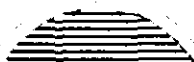




**DIÁRIO**



# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 65

SEXTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1993

BRASÍLIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte.

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1993

**Regulamenta a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União, a que se refere ao art. 73, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, ocorrerá dentre os brasileiros que preencham os seguintes requisitos:

I — mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

II — idoneidade moral e reputação ilibada;

III — notórios conhecimentos em uma das seguintes áreas:

a) jurídica;

b) contábil;

c) econômica;

d) financeira; ou

e) de administração pública;

IV — mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

Art. 2º As vagas abertas na composição do Tribunal de Contas da União, a que se refere o **caput** do art. 1º deste decreto legislativo, serão preenchidas, na ordem estabelecida no art. 105, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, mediante iniciativa, alternadamente, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

§ 1º No prazo de cinco dias úteis, contado da notícia de abertura de vaga na composição do Tribunal de Contas da União, dar-se-á a habilitação de candidato indicado pelas lideranças da Casa.

§ 2º A indicação será instruída com o **curriculum vitae**, do candidato e submetida à Comissão competente após a leitura em plenário.

§ 3º A arguição pública do candidato será procedida somente perante a Comissão iniciadora do processo, devendo ser feita em prazo não superior a três dias úteis, contado do recebimento da indicação.

§ 4º Será pública a sessão de arguição do candidato e secreto o voto, vedada a declaração ou justificação, exceto quanto ao aspecto legal.

**EXPEDIENTE****CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor Executivo

**CARLOS HOMERO VIEIRA NINA**

Diretor Administrativo

**LUIZ CARLOS BASTOS**

Diretor Industrial

**FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA**

Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Semestral ..... Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Art. 3º A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados submeterão à apreciação, do Plenário da respectiva Casa, projeto de decreto legislativo aprovando a escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União.

§ 1º O parecer da Comissão deverá conter relatório sobre o candidato e elementos informativos necessários ao esclarecimento do Plenário.

§ 2º O parecer, com o projeto de decreto legislativo, será apreciado pelo Plenário, em sessão pública e votado por escrutínio secreto.

Art. 4º O candidato escolhido por uma Casa será submetida à aprovação da outra, em sessão pública e mediante votação por escrutínio secreto.

Parágrafo único. Considera-se escolhido o candidato que lograr a aprovação de ambas as Casas do Congresso Nacional.

Art. 5º O nome do Ministro do Tribunal de Contas da União, escolhido pelo Congresso Nacional, será comunicado, mediante Mensagem, ao Presidente da República para o fim do disposto no art. 84, inciso XV, da Constituição Federal.

Art. 6º A primeira escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União, de competência do Congresso Nacional, dar-se-á por iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Art. 7º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 22 de abril de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

**SENADO FEDERAL****SUMÁRIO****1 — ATA DA 62ª SESSÃO, EM 22 DE ABRIL DE 1993****1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.1 — Ofícios do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados**

— Nº 141/93, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 22/89 (nº 4.244/89, naquela Casa), que dispõe sobre o transporte de presos e dá outras providências.

— Nº 146/93, comunicando a rejeição da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 32/93-Complementar (nº 147/93-Complementar, na Casa de origem), que

estabelece normas sobre fixação de coeficientes no Fundo de Participação dos Municípios e dá outras providências.

**1.2.2. — Comunicações da Presidência**

— Deferimento, *ad referendum* do Plenário, dos Requerimentos nº 361 e 362, de 1993.

— Recebimento da Mensagem nº 162/93 (nº 186/93, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional relatório da aplicação do fundo criado pelo Decreto-Lei nº 1.437/75, na parte relativa à retribuição Adicional Variável, abrangendo o segundo semestre de 1991.

**1.2.3 — Discursos do Expediente**

**SENADOR NEY SUASSUNA** — Revisão da política de medicamentos, objetivando o fim do abuso nos preços, o controle da qualidade e melhor comercialização.

**SENADOR EDUARDO SUPLYCY** — Registro da presença, na Tribuna de Honra, de presidentes de diversos sindicatos de médicos do Brasil inteiro, aguardando leitura de projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados e de interesse da categoria.

**SENADOR JÚLIO CAMPOS** — Dificuldades na importação de medicamentos não disponíveis no mercado nacional. Desburocratização no registro de novos medicamentos.

**SENADOR BELLO PARGA** — Realizações do Governador Edison Lobão, do Maranhão, no setor rodoviário, a propósito do 3º aniversário de seu Governo.

#### 1.2.4 — Leitura de Projeto

Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1993, de autoria do Senador Marco Maciel, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, equiparando aprendiz a estagiário.

#### 1.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992 (nº 82/91, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 29 da Constituição Federal. **Apreciação sobrestada** nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1991 (nº 45/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal. **Apreciação sobrestada** nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

#### 1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Observações sobre declarações atribuídas pela Imprensa aos Srs. Lula e Brizola, consideradas por S. Exª ofensivas aos membros do Congresso Nacional.

**SENADOR NEY MARANHÃO** — Esclarecimentos sobre perfuração de poço artesiano em sua propriedade, feita pelo DNOCS.

**SENADOR PEDRO TEIXEIRA** — Inutilidade do plebiscito de ontem sobre forma e sistema de Governo. Multiplicidade de partidos políticos em nosso País.

**SENADOR EDUARDO SUPLYCY** — Resultados parciais do plebiscito de ontem. Recebimento de resposta a requerimentos de S. Exª sobre o leilão da CSN.

#### 1.3.2 — Comunicação da Presidência

— Término do prazo, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido de inclusão em Ordem do Dia, da emenda da Câmara ao Projeto de Decreto Legislativo nº 2/93, que regulamenta a indicação de Ministro do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional. **À promulgação.**

#### 1.4 — ENCERRAMENTO

#### 2 — ATAS DE COMISSÃO

#### 3 — MESA DIRETORA

#### 4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 5 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES.

## Ata da 62ª Sessão, em 22 de Abril de 1993

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Júlio Campos, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo e Pedro Teixeira.*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aureo Mello \_ Bello Parga \_ Carlos De'Carli \_ Garibaldi Alves Filho \_ Gilberto Miranda \_ Humberto Lucena \_ Josaphat Marinho \_ José Paulo Bisol \_ Juvêncio Dias \_ Lavoisier Maia \_ Mansueto de Lavor \_ Marco Maciel \_ Ney Maranhão \_ Pedro Teixeira \_ Raimundo Lira.

**O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

#### EXPEDIENTE

#### OFÍCIOS

#### DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 141/93, de 19 de abril corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1989, (nº 4.244/89,

naquela Casa), de autoria do Senador Jamil Haddad, que dispõe sobre o transporte de presos e dá outras providências.

(Projeto enviado à sanção em 19 de abril de 1993.)

Nº 146/93, de 19 de abril corrente, comunicando a rejeição da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1993-Complementar (nº 147/93-Complementar, na Casa de origem), que estabelece normas sobre fixação de coeficientes no Fundo de Participação dos Municípios e dá outras providências.

(Projeto enviado à sanção em 19 de abril de 1993.)

**O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo)** — O Expediente lido vai à publicação.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 43, § 2º, do Regimento Interno, defere, **ad referendum** do Plenário, os Requerimentos nºs 361 e 362, de 1993, do Senador Esperidião Amin, lidos em 19 do corrente, por não terem sido votados em duas sessões ordinárias consecutivas, devido à falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo)** — A Presidência recebeu a Mensagem nº 162, de 1993 (nº 186/93, na origem), de 20 do corrente, encaminhando ao Congresso Nacional rela-

tório da aplicação do fundo criado pelo Decreto-Lei nº 1.437/75, na parte relativa à Retribuição Adicional Variável, abrangendo o segundo semestre de 1991.

O expediente será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos e, em cópia, ao Presidente da Câmara dos Deputados, para conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo)** — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, primeiro orador inscrito.

**O SR. NEY SUASSUNÁ (PMDB — PB.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a política de medicamentos, no Brasil, precisa ser revista com a maior brevidade possível, não só no que se refere aos preços, mas também ao controle de qualidade e à comercialização dos produtos. Basicamente, há nessa questão dois pontos que devem ser urgentemente analisados, para que se encontrem soluções definitivas — o aspecto econômico e o aspecto social. Se, por um lado, o setor farmacêutico está enfrentando sérias dificuldades, principalmente no que se refere ao setor farmacêutico estatal, por outro lado o povo brasileiro não está sendo atendido em suas reais necessidades de saúde.

Embora a Constituição Federal tenha estabelecido direitos e garantias de atendimento à saúde, o que estamos vivenciando é uma prática inteiramente oposta aos fundamentos legais, segundo os quais é dever do Estado criar mecanismos para que toda a população tenha acesso aos medicamentos de que necessita para a própria sobrevivência.

Nenhum outro segmento do sistema econômico parece mais desajustado dos princípios da livre concorrência e dos limites éticos do mercado do que a indústria farmacêutica. Medicamentos não são bens de consumo e, portanto, a preocupação maior deveria ser com a produção e a distribuição de remédios essenciais, colocando-se o caráter social acima da finalidade comercial e lucrativa.

A sociedade brasileira está cansada de ser tomada pelos laboratórios como massa de manobra para o enriquecimento ilícito, que é o resultado da manipulação dos preços. A Nação inteira está a reclamar uma política mais realista para a saúde, que impeça os abusos cometidos contra vidas humanas e possibilite, quando necessário, o acesso a medicamentos aptos a curar doenças ou a, pelo menos, diminuir a expressividade ou conseqüências delas.

Confortada por um liberalismo permissivo, a estrutura de produção farmacêutica se expandiu no Brasil muito além das necessidades de mercado. E, depois de um longo período em que os preços ficaram submetidos ao controle governamental, a indústria quer agora recompor os lucros com rapidez. No entanto, tentar recuperar o atraso, num momento em que a recessão atinge o auge, devido ao achatamento sem precedentes dos salários, equivale a um atestado de insensibilidade social por parte dos empresários desse setor.

A indústria farmacêutica brasileira tornou-se extremamente complexa. Constitui-se, atualmente, de 400 empresas, com cerca de 50 mil funcionários, produzindo e distribuindo cerca de 5.700 marcas, desde medicamentos bastante simples e conhecidos, até os mais sofisticados e de última geração.

Segundo estatísticas, enquanto dez milhões de famílias são assistidas pelas previdências pública ou privada, outras quinze milhões de família só têm assistência eventual ou nenhuma ajuda para se tratar. Isso significa que temos uma

população, superior à de muitos países europeus, que se encontra carente e desassistida.

Os fabricantes alegam que o remédio no Brasil não é caro — o preço médio é de 7 mil cruzeiros por unidade, a preços de três meses atrás —, ficando abaixo dos congêneres vendidos em outros países da América Latina. Argumentam que a população é pobre e não pode suportar a despesa. Esquecem-se de observar que esse mercado não é de supérfluos, nem facultativo. Embora sejam bens de consumo, nós não poderemos considerá-los como tal, uma vez que são de necessidade social básica. Estamos lidando com a doença, com a dor, com o sofrimento, com o medo da morte, com a impotência diante dos limites da própria condição humana.

Há denúncias muito graves, segundo as quais a indústria farmacêutica estaria operando em alguns segmentos com lucros exorbitantes, nunca inferiores a 100%, e, freqüentemente, acima de 1.000%. Calcula-se que os preços sejam de até 21 vezes acima dos registrados no mercado internacional. Com isso, laboratórios aqui instalados estariam faturando cerca de 4 bilhões de dólares por ano.

Distorções significativas estão sendo constatadas nos preços praticados no mercado. Como exemplo, temos o caso dos três fabricantes do genérico Diazepam, que oferecem seus produtos a 14 mil, 479 cruzeiros, 12 mil, 727 cruzeiros e 11 mil, 700 cruzeiros — preços de três meses passados, quando fizemos a pesquisa —, enquanto a marca Vallium, com o mesmo princípio ativo, é vendida a 13 mil, 520 cruzeiros. No entanto, existe um outro genérico do Diazepam, produzido pela Brasmédica, vendido a 4 mil, 614 cruzeiros. É claro que a Brasmédica está tendo o seu lucro e consegue vender o produto por 4 mil, 614 cruzeiros. Então, como explicar que o Vallium, com o mesmo princípio, a mesma composição, seja vendido a 13 mil, 520 cruzeiros? Nesse caso, o Vallium é três vezes mais caro que o genérico equivalente. Urge um monitoramento mais eficiente, uma vez que a sociedade não possui mecanismos próprios de controle, mesmo porque até os consumidores mais instruídos não passam de leigos, do ponto de vista da ciência médica.

Por outro lado, tornou-se praxe entregar a etapa comercial a distribuidores, alguns sem o menor escrúpulo, que confundem fármacos com supérfluos. A comercialização é feita de tal forma que coisas popularescas, tidas como remédios, mas que não passam de simples táticas alternativas ou derivadas de credices, jamais respaldadas em indispensáveis avaliações científicas, são vendidas livremente, sem qualquer restrição ou controle de qualidade por parte dos órgãos oficiais competentes.

Aqui, eu até faço justiça ao Ministério da Saúde que, há dois meses — quando já havíamos feito a pesquisa —, proibiu a venda de alguns produtos considerados inócuos.

O Dr. Chabo, meu conterrâneo de Campina Grande, após pesquisas, chegou à conclusão de que inúmeros medicamentos estavam sendo postos à venda, sem que tivessem nenhuma eficácia, e divulgou uma relação, contendo os nomes e proibindo o uso desses medicamentos.

Precisamente para evitar tais absurdos é que foi criado o INCQS — Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, órgão subordinado à Fundação Oswaldo Cruz, que tem a atribuição de promover a avaliação sistemática da qualidade dos alimentos, medicamentos, cosméticos, sangue e outros produtos relacionados à saúde, consumidos pelos brasileiros.

O ideal para o consumidor seria a comercialização de remédios identificáveis pela designação genérica — a substância básica — e não pela marca. Se o médico receita pela marca, o cidadão não pode escolher o produto cujo preço melhor lhe convém. Ao doente, já não resta muita escolha, muitas vezes nem a escolha de um médico da sua confiança pessoal. Mas, se quisermos adotar princípios democráticos, teremos de defender o direito de exigir que o médico revele o que está receitando e que o farmacêutico forneça uma lista-gem completa com alternativas de medicamentos.

**O Sr. Gerson Camata** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NEY SUASSUNA** — Ouço o aparte do nobre Senador Gerson Camata.

**O Sr. Gerson Camata** — Ilustre Senador Ney Suassuna, começo a ouvir o seu pronunciamento, abordando a trágica situação dos medicamentos no Brasil com a certeza de que, no desdobramento de sua fala, V. Ex<sup>a</sup> vai, cada vez mais, aprofundar essas mazelas existentes na indústria farmacêutica brasileira, e talvez até do mundo, sendo os nossos problemas os mais graves. Em 1976, na Câmara dos Deputados, foi criada uma CPI para análise dos problemas do consumidor brasileiro. Essa CPI começou a levantar tantos problemas na área de medicamentos que, nas suas recomendações finais, foi solicitada à Câmara a instalação da CPI dos Medicamentos. Todos os problemas levantados na CPI do Consumidor e na CPI dos Medicamentos, em 76, estão sendo focalizados novamente por V. Ex<sup>a</sup>. Quer dizer, daquele período até agora, apesar da recomendação das duas CPI, nenhuma providência dura, firme, foi tomada, nem pelo Legislativo — que não aprovou nenhuma das leis recomendadas pelas duas CPI —, nem pelo Executivo — que não baixou nenhum decreto ou portaria para acertar, ou pelo menos minorar, os problemas existentes na área da indústria farmacêutica. Quando o Ministro Jamil Haddad começou essa campanha no sentido de baratear o custo do medicamento e até moralizar o mercado, todos esses problemas voltaram à tona. Se pudéssemos voltar atrás e ouvir V. Ex<sup>a</sup> em 1976, o discurso seria o mesmo, porque nada se fez. Em cima de todas essas mazelas, há um outro problema muito sério que o Ministro agora tenta corrigir, mas entendo que deveria ser uma iniciativa do sindicato dos proprietários e da própria indústria farmacêutica. Naquela época, a CPI chegou à conclusão de que um balconista, por exemplo, que vende sapatos e um balconista que vende remédios são o mesmo cidadão. Às vezes, o comerciante trabalha numa loja que vende camisas, tênis, cuecas, meias, deixa aquele emprego e vai trabalhar numa farmácia. Na época, a CPI recomendava que se deveria submeter esse comerciante a um curso de pelo menos 90 dias para concientizá-lo de que se vendesse um número errado de sapato poderia no máximo machucar o pé do seu freguês, mas se vendesse remédios inadequados, empurrando medicamentos, coisa que é estimulada pelos laboratórios — e nisso os laboratórios brasileiros de capital nacional são os campeões —, ele provocaria danos sérios não só à economia mas também à saúde do cidadão. Um outro problema, ao qual, certamente, V. Ex<sup>a</sup> chegará, é o relativo às bulas dos medicamentos brasileiros. Na época, foi feita uma pesquisa em 20 medicamentos, escolhidos ao acaso, fabricados por laboratórios multinacionais e por laboratórios nacionais por concessão multinacional. Foram comprados os 20 medicamentos nos Estados Unidos e no Brasil. Constatamos que nas bulas americanas havia a interdição do medicamento a mulheres grávidas e a crianças com menos de 8 anos, o que

não havia na bula do remédio brasileiro. O mais grave é que as bulas brasileiras — e até hoje esse problema existe — indicam o espectro de ação do medicamento de forma ampliada. Por exemplo, o caso da novalgina: nos Estados Unidos, a bula do princípio ativo — dipirona — admite o medicamento apenas para controle de temperatura do corpo, quando outros medicamentos estiverem falhado; aqui, no Brasil, a bula indica que é para dor de cabeça, dor de dente, dores em geral, reumatismos; ou seja, alarga o espectro de ação da droga, numa linguagem bem popular. Na parte da contra-indicação, a bula fecha o espectro e coloca uma linguagem científica, para que o consumidor admita — normalmente nós, que não estudamos medicina — não possa entender os males que aquele medicamento ocasiona. No caso da dipirona, que provoca um mal que pode chegar ao câncer no sangue, com o aumento violento de glóbulos brancos, enquanto a bula americana recomenda estrito controle médico durante o uso, a bula brasileira diz que o uso freqüente poderá provocar agranulocitose, que é o nome científico dado ao câncer no sangue. Ora, nenhum consumidor ficará chocado ao ler essa palavra, mas se consultar o dicionário levará um susto. À época, a CPI recomendou que a indicação do medicamento fosse escrita em linguagem científica e suas contra-indicações, em linguagem popular a fim de se evitar a automedicação, ou seja, o inverso do que os laboratórios fazem. Há poucos dias, verifiquei que algumas bulas de remédios continuam com essa prática, forçando o cidadão que vai à farmácia à automedicação, que, inadvertidamente, compra uma série de remédios. Tivemos também uma declaração, que repercutiu na imprensa, de um farmacologista ligado a um laboratório multinacional que chegou a afirmar que a dipirona só provocava o câncer no sangue de pessoas da raça saxônica; que para nós, brasileiros, não havia problema; estava lançado o racismo medicamentoso! Parabenizo e cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. Quanto mais falarmos sobre isso, mais conscientizaremos a sociedade, nós mesmos — o Governo, o Legislativo e o Judiciário — de que medidas urgentes devem ser tomadas prontamente para que o mercado de medicamentos, no Brasil, seja destinado a produzir saúde e não a tomar dinheiro dos incautos e produzir doença no seio da sociedade brasileira. Muito obrigado.

**O SR. NEY SUASSUNA** — Obrigado pelo aparte, nobre Senador Gerson Camata. Vamos insistir tantas vezes quantas tenhamos oportunidade porque acreditamos que "água mole em pedra dura tanto bate até que fura".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é óbvio que vamos esbarrar na vaidade humana, pois a maioria dos médicos defende o direito de receitar o desejado, contrapondo-se a supervisões. Também a indústria perderia o poder da venda pela publicidade — exatamente o que o Senador Gerson Camata acabou de comentar. Então, pergunto, nobres Senadores: estamos aqui, no Senado Federal, para defender os direitos de alguns ou para estabelecer melhores condições de vida e promover o bem-estar da Nação brasileira?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, em economia e em administração não se fazem milagres. Não se baixam preços por decreto, e esse tem sido um nó górdio para nossos economistas, ministros e governantes. Eis a origem da guerra que ora se trava em virtude dos reajustes nos preços dos produtos. Junto com o controle de preços, houve um verdadeiro sucateamento dos laboratórios oficiais, razão pela qual estes não apresentam, atualmente, condições financeiras nem tecnoló-

gicas de competir com as multinacionais, que dominam, hoje, 80% do mercado brasileiro.

Nada temos contra as multinacionais. Mas, na minha cabeça, essa é uma área de interesse nacional, e aí a presença do Estado deveria ser maior. O Brasil é potencialmente rico, mas ainda depende muito do exterior. Quase a totalidade dos sais componentes dos medicamentos é importada, e existem fármacos indispensáveis que são, lamentavelmente, muito caros. Alguns, não disponíveis em instituições públicas, estão sendo adquiridos pelos clientes, em órgãos privados, mediante o pagamento de quantias por demais elevadas. Enquanto a importação de matéria-prima é caríssima, a exportação das pastas extraídas das nossas florestas é feita a preços irrisórios.

A falta de incentivos à produção nacional é uma das causas do drama que se vive na área. O setor se ressentido de equipamentos hoje inadequados e de escassez de recursos. Por outro lado, a discretíssima participação de universidades e indústrias nacionais na busca de novos conhecimentos no campo farmacêutico está merecendo um novo enfoque, uma nova postura.

Exatamente por tratar-se de uma atividade econômica com características muito peculiares, a indústria farmacêutica depende basicamente da pesquisa científica. Faz-se, portanto, imprescindível a retomada dos investimentos, virtualmente paralisados no País nos últimos anos, reativando-se os laboratórios oficiais, que estão funcionando com apenas cerca de 30% de sua capacidade de produção. Tal medida viria a aumentar a produtividade e acompanhar o desenvolvimento dos padrões de qualidade e competitividade que são seguidos no resto do mundo.

É muito importante incentivar o aproveitamento da capacidade ociosa dos laboratórios nacionais, com conseqüente aumento da produção, o que provocaria maior concorrência às empresas multinacionais que hoje dominam o mercado e impõem preços cada vez mais altos. Da mesma forma, garantiríamos o abastecimento da rede pública de saúde e diminuiríamos a demanda por remédios nas farmácias.

Técnicos e cientistas já provaram que os laboratórios estatais, uma vez reativados, poderão produzir 90% dos medicamentos básicos necessários à população brasileira. Essa produção poderia ser destinada à rede hospitalar pública, o que significaria redução de despesas e maior possibilidade de controle de qualidade, além de maior adequação às nossas diversidades regionais, também presentes no âmbito da saúde. Por outro lado, tal medida incentivaria a pesquisa local e forneceria um parâmetro real do custo da produção de medicamentos, inclusive para efeitos comparativos com a empresa privada.

Em São Paulo, o Hospital das Clínicas, desde que iniciou sua própria produção, reduziu consideravelmente os gastos com medicamentos. Para isso, passou a importar apenas os princípios ativos para a fabricação dos medicamentos e a fazer uso da embalagem hospitalar. Comparando o preço dos remédios produzidos com os preços dos mesmos remédios no mercado, o hospital detectou uma diferença de 560% no preço dos remédios utilizados no tratamento da epilepsia e da insuficiência cardíaca. Atualmente, o Hospital das Clínicas, de São Paulo, produz aproximadamente 60% dos remédios ministrados a seus pacientes.

Acabar com os abusos na área farmacêutica e garantir o acesso aos medicamentos não é uma tarefa fácil. Alguns países desenvolvidos adotaram a fiscalização do lucro da indústria farmacêutica. Nos Estados Unidos, nenhum laboratório pode lucrar mais que 10% ao ano. Vejam, os Estados Unidos,

templo da concorrência, templo da liberdade econômica, mesmo assim, permitiram 10% do lucro dos laboratórios ao ano; na Alemanha e na Inglaterra, o lucro é tabelado em 6%, e, na França, 2%. Da mesma forma, a concessão de benesses a empresas, traduzida por isenções quanto ao pagamento de impostos, exige regulamentação e valorização de critérios para eliminar propósitos basicamente lucrativos, sem que a população interessada sinta o impacto das vantagens atribuídas.

O Governo tem o direito de coibir abusos do poder econômico. O problema é que as medidas adotadas para conter os aumentos abusivos de lucros sempre esbarram na falta de detalhamento dos diversos tipos de crimes contra a ordem econômica. Ou seja, a legislação falha dificulta a sua aplicação. As Leis nºs 4.137/62 e 5.168/91, ora em vigor, que tratam do assunto, não estipulam o índice de lucro considerado abusivo, nem estabelecem quais critérios seriam utilizados para definir o lucro abusivo. Dessa forma, as autoridades governamentais não dispõem de instrumentos legais para coibir o aumento arbitrário de lucros praticados por empresas de vários setores da economia.

Sob o ponto de vista da administração pública, o principal objetivo deve ser o de evitar os desperdícios, como os constantes casos de hospitais e postos de saúde com medicamentos vencidos ou sem remédios para atender aos clientes, simplesmente por falta de critérios na elaboração da lista de fármacos essenciais.

**O Sr. Josaphat Marinho** — Permite-me um aparte, nobre Senador?

**O SR. NEY SUASSUNA** — Concedo aparte a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Josaphat Marinho** — Nobre Senador, com muita oportunidade V. Ex<sup>a</sup> trata do assunto que está na Ordem do Dia. Permite-me lembrar que há leis no Brasil — até leis delegadas do tempo do Governo João Goulart — destinadas a reprimir o abuso do poder econômico. O que está acontecendo é que só no Brasil se entende que liberdade econômica significa poder de explorar o povo; é isso que está acontecendo. Não precisa de mais leis. Basta interpretar, inteligente e firmemente, as leis que aí estão e o Governo poderá intervir. Não intervém porque não quer; não intervém porque é solidário com o abuso do poder econômico.

**O SR. NEY SUASSUNA** — Obrigado, Senador Josaphat Marinho, realmente falta vontade e força política. Os inúmeros casos ocorrem, atualmente, em todo o território nacional, em vários lugares; incineração de medicamentos que não podem ser consumidos porque perderam a validade; gastaram-se fortunas, e, hoje, os medicamentos estão jogados fora, incinerados, enterrados. Isso representa um prejuízo incalculável. A imprensa noticiou, recentemente, o fato de que na Central de Medicamentos do Rio de Janeiro estão armazenadas 386 toneladas de matérias-primas para remédios, estragadas, no valor de 3,4 milhões de dólares. Isso não acontece nos países ricos. Como podemos permitir que isso aconteça conosco?

Mas o problema dos medicamentos, Sr. Presidente, não se resume aos preços. Essa é apenas a ponta do iceberg, e seria uma posição extremamente simplista acreditarmos que tudo se resolverá com um possível controle de preços, ou com uma fiscalização precária que se contenta em recolher determinados produtos em algumas farmácias das grandes capitais. Isso não basta. A nossa situação é muito mais grave. O Governo não tem controle, nem possui dados reais que conduzam a uma ação eficaz no combate a este caos absoluto que se instalou no setor farmacêutico brasileiro.

As distorções são muitas, tanto nas relações mercadológicas relativas aos preços, quanto no abastecimento e na qualidade dos produtos farmacêuticos. Recentemente, os órgãos oficiais de controle do Ministério da Saúde revelaram que 50% dos medicamentos postos à disposição dos consumidores não dispõem de qualquer eficácia terapêutica. Ao contrário, há suspeitas de que grande parte deles pode gerar efeitos colaterais de extrema nocividade para a saúde. Parece absurdo, parece ficção, mas é a nossa realidade.

Processos de registros de medicamentos desapareceram da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, e há denúncias de concessão de registros provisórios, com os quais o produto é lançado no mercado sem prévia avaliação científica.

Sr. Presidente, o registro provisório é um mecanismo que não existe na legislação, mas foi introduzido, na prática, para acelerar a liberação do produto. Em uma linguagem bem clara, se me permitem, o registro provisório é um crime cometido com a completa anuência da autoridade responsável, ou irresponsável, digamos assim.

Entre 1990 e 1991, 32 mil registros de remédios simplesmente desapareceram dos computadores, enquanto outros produtos foram retirados do mercado sem notificação oficial. Há também o caso — inexplicável, até agora — de indústrias que obtiveram registros de produtos, mas não os lançaram no mercado. Existe, ainda, a maquiagem, isto é, medicamentos que mudam de nomes e de preços ou que passam de um laboratório para outro, com a evidente finalidade de terem seus preços aumentados.

Nos Estados Unidos, os padrões éticos para a liberação de novos medicamentos são rigorosíssimos. De cada cem drogas que entram em testes, apenas vinte têm sua aprovação definitiva para utilização comercial, num processo meticulosamente supervisionado pela Food and Drug Administration, o FDA, órgão governamental americano encarregado do controle de produção e venda de alimentos e medicamentos naquele país.

Os testes de um novo medicamento duram cerca de doze anos. São divididos em cinco fases, cuja duração varia entre um a três anos e meio. Antes que as novas drogas sejam experimentadas em seres humanos, os fabricantes têm que mostrar os resultados de experiências com animais e como, onde e por quem os novos estudos serão conduzidos. Além disso, devem explicar a estrutura química dos compostos utilizados no novo medicamento, como se imagina que ela vai funcionar no organismo, e seus efeitos tóxicos nos testes anteriores.

No fim dos experimentos, a que só chegam 27% das drogas em teste, os laboratórios apresentam um requerimento solicitando a comercialização da nova droga, acompanhado de um relatório que, em geral, tem cerca de cem mil páginas e que leva, em média, vinte e sete meses para ser analisado.

Somente, então, o FDA libera o medicamento para prescrição médica, embora os laboratórios continuem obrigados a fornecer informações periódicas ao órgão, incluindo os casos de reações adversas e os índices de controle de qualidade. Com essa trajetória, um medicamento novo custa, para ser desenvolvido, em média, cerca de 231 milhões de dólares, segundo um levantamento feito pelo Centro para o Estudo do Desenvolvimento de Drogas da Tufts University, de Massachusetts.

No Brasil, ninguém se interessa em saber o conteúdo do remédio que está ingerindo. Ninguém se incomoda com

as denúncias relativas a determinados produtos, revelando-se uma total ignorância do tipo de ameaça a que estamos sendo submetidos — literalmente, uma ameaça às nossas vidas. Ninguém se surpreende ao constatar a inexistência, nos remédios, de fármacos indicados na bula. Ninguém se abala quando são descobertos no mercado produtos manipulados de forma irresponsável, capazes de provocar danos irreparáveis à saúde.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Ex<sup>a</sup> me permite um novo aparte?

O SR. NEY SUASSUNA — Ouço V. Ex<sup>a</sup> com o maior prazer, nobre Senador.

O Sr. Josaphat Marinho — Exatamente para ir ao encontro do pensamento de V. Ex<sup>a</sup>, e note que isso não se verifica apenas com os medicamentos propriamente ditos, mas com produtos diversos. Há dias seguidos, a televisão vem dizendo que produtos como iogurte, por exemplo, estão sendo comercializados sem que os ingredientes correspondam, realmente, ao que constam das inscrições dos invólucros. Mas o produto continua sendo vendido, não há quem seja capaz de adotar a providência sancionadora em benefício do povo. Por que o Governo não interfere? Falta a lei? Não. Falta o que V. Ex<sup>a</sup> disse, a decisão política e administrativa.

O SR. NEY SUASSUNA — É verdade, Senador Josaphat Marinho. Muito obrigado.

O alerta das autoridades sanitárias funciona às avessas — até pela nossa cultura — e, quando anunciam providências para retirar do mercado um determinado medicamento, a população corre às farmácias, compra todos os frascos que encontra e faz um estoque em casa. De que outra forma poderia reagir um povo desde sempre habituado à divulgação enganosa, em absurdas escalas de frequência, em torno de milagrosos unguentos, xaropes, pomadas e outras variações da farmacologia de uso intensivo?

Eis outro ponto que merece ser tratado em maior profundidade: o degenerado sistema de propaganda. A fúria propagandística dos fabricantes, praticada de inúmeras maneiras, influi indiscutivelmente nas prescrições médicas. Do lado do paciente, a automedicação e o consumo de remédios com efeito duvidoso estão, quase sempre, ligados à propaganda e à desinformação. A automedicação é flagrante e habitual, sem qualquer tipo de coibição. Possibilita lucros para inescrupulosos, reflete má educação e, pior do que tudo, causa agravamento de moléstias, uma vez que comumente retarda tratamentos corretos.

Falta-nos uma legislação para coibir a propaganda enganosa, o anúncio indiscriminado de produtos farmacêuticos sem eficácia comprovada, que são apresentados como se fossem “um santo remédio”, capaz de aliviar exatamente aquela dor que o consumidor está sentindo. Restringir esse tipo de abuso seria, também, uma forma de combater a automedicação e a comercialização irresponsável.

Medicamentos específicos contra moléstias insidiosas, já condenados nos países de origem, continuam a ser vendidos aqui sem o menor constrangimento, até o dia em que despertam a intervenção social ou em que as ofensas ao organismo se tornam tão ostensivas que os próprios consumidores reagem e impulsionam as autoridades.

Neste momento, eu lhes faço uma indagação, nobres colegas: como poderemos combater tais abusos, se a imprensa nacional informou, recentemente, com todas as letras, em machetes garrafas, que o brasileiro, por causa da crise econômica, da recessão e do desemprego, assim como do desabaste-

cimento da rede pública, está buscando nos remédios de uso animal uma alternativa mais barata para a cura de doenças?

Ainda que o consumo de medicamentos de uso veterinário por seres humanos seja uma prática constatada em apenas algumas regiões agropecuárias do País, não podemos ignorar fatos, denunciados para todo o território nacional, de crianças intoxicadas com remédios específicos para gado bovino, assim como não podemos fechar nossos olhos e tapar nossos ouvidos diante de reportagens que nos apresentam idosos impossibilitados de comprar os medicamentos de que necessitam para aliviar as dores da velhice.

Ninguém compra remédio por prazer, nem para se divertir. Logo, vamos tratar esse assunto com um pouco mais de seriedade, mesmo porque as faixas populacionais mais prejudicadas são exatamente aquelas que não podem se auto-sustentar — as crianças e os velhos. São esses os maiores consumidores de medicamentos, os mais frágeis, e, quanto mais pobres, maior o sofrimento diante da doença e da necessidade de cuidados médicos.

Enquanto as classes mais favorecidas buscam seu tratamento no exterior, e de lá importam drogas caríssimas, os trabalhadores se angustiam com prescrições médicas que não podem custear, ou recorrem a sugestões do balconista da farmácia. Esses balconistas, geralmente, são simples empregados do comércio, com alguma prática de venda e nenhuma de ciência médica, como bem alertou o Senador Gerson Camata. Exercem o que se costuma chamar, jocosamente, de “empurroterapia”, ou seja, “empurrar” para o freguês desesperado medicamentos dos quais o doente certamente não necessita.

Existem, ainda, os laboratórios **gueltas**, laboratórios de fundo de quintal que conseguem um lugar para a venda de seus produtos, clandestinamente, *embaixo* do balcão da farmácia. Muito raramente somos atendidos por um profissional credenciado, um farmacêutico responsável pelo produto que está sendo vendido. Não há seriedade, fiscalização nem controle no comércio de produtos farmacêuticos, revelando-se uma profunda falta de respeito pela saúde da população.

Os mais pobres, já que não podem mesmo comprar os remédios, recorrem a chás ou emulsões de fabricação caseira. Junto com a tradição e os costumes, há a crença popular e a ignorância, como o hábito de tomar creolina com leite para curar problemas de estômago. Isso existe no Brasil, e é muito triste. Já é tempo de buscarmos novos caminhos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, diante deste cenário que nos é apresentado, o essencial, a curto prazo, é melhorar a distribuição e preservar o consumidor de abusos praticados. Faz-se necessária uma política social de distribuição que abasteça os hospitais com remédios mais baratos, uma vez que a distância entre os preços dos medicamentos e o poder aquisitivo dos trabalhadores é muito grande.

Está devidamente comprovado que os aumentos dos preços no mercado de remédios não são compatíveis com os custos verdadeiros de produção, ultrapassando os limites éticos. A consequência disso é que grande parte da população brasileira, em virtude do baixo poder aquisitivo, está impossibilitada de adquirir produtos essenciais à sua sobrevivência.

A legislação brasileira deverá, necessariamente, prover o Estado dos mecanismos capazes de enquadrar quaisquer de seus transgressores, de evitar abusos, e, principalmente, de fazer cessar os efeitos dos atos considerados lesivos ao bom funcionamento da lei de mercado.

Ao Poder Legislativo caberá analisar a transparência da estrutura de produção, a evolução e a composição dos preços

dos remédios de maior utilização, a importação de fármacos e o efetivo posicionamento das organizações nacionais e multinacionais no mercado, denunciando as distorções da indústria farmacêutica em suas relações de produção e comercialização. Trata-se de uma questão da maior importância, de grande apelo popular e de notória dimensão política.

Estamos diante da necessidade de uma redefinição da política de medicamentos, para que seja implementada uma política global, norteadora, que elimine definitivamente as atuais angústias e incertezas. Uma vez definidas as novas diretrizes, caberá ao Governo adotar ações organizadas e uniformes, indispensáveis sob múltiplos pontos de vista, tais como o estímulo à pesquisa e o incentivo às indústrias nacionais.

Que seja uma preocupação governamental a redução dos preços dos remédios mais consumidos pela população carente, isso é muito importante. Porém também é importante — e é bom que fique bem claro — saber que essa meta só poderá ser alcançada se atacarmos simultaneamente todos os múltiplos problemas do setor farmacêutico.

Existem abusos, sim, porém também há falhas, tanto legislativas quanto administrativas. Temos que rever a importação de sais utilizados na fabricação de medicamentos, os impostos que estão sendo cobrados, a necessidade de subsídio, o estímulo à produção nacional, a reativação dos laboratórios estatais, os mecanismos fiscalizadores da produção e da comercialização, as restrições à propaganda enganosa, e, principalmente, a retomada dos investimentos em pesquisa científica.

Assim, o futuro será simplesmente uma consequência dos atos de agora. A solução para os nossos problemas econômicos e sociais só pode ser buscada nas raízes da questão, ou não será definitiva e duradoura. Para cada doença, o remédio exato. Para os males do Brasil, o diagnóstico preciso, a prescrição honesta, o tratamento intensivo, com trabalho e dedicação. Eis o caminho para alcançarmos a saúde da nossa população e a vitalidade econômica do nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma brevíssima comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) — Tem V. Exª a palavra, com a anuência do próximo orador inscrito, nobre Senador Júlio Campos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT — SP. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, solicitei a palavra, apenas para fazer um registro. Estão presentes na tribuna de honra do Senado Federal diversos presidentes de sindicatos de médicos e da Federação dos Médicos de todos os Estados brasileiros. Vieram para ouvir a leitura de Projeto de Lei que a Câmara dos Deputados aprovou e está encaminhando para o Senado Federal. E como, provavelmente, será lido de hoje para amanhã, então haverá a hora adequada para a leitura prevista pela Mesa. Faço apenas o registro de que aqui vieram para ouvir a leitura de Projeto de Lei, relativamente ao salário mínimo de médicos e cirurgiões-dentistas a que se refere a Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961. Era apenas esse registro, com anuência do Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) — A Presidência comunica a V. Exª, nobre Senador Eduardo Suplicy, que são 40 projetos que acabam de chegar hoje à Mesa. E, diante do número bastante significativo de projetos, provavelmente, somente na próxima sessão é que se dará a leitura dos mesmos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.



**O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a abertura do mercado brasileiro para importação de produtos provocou certa euforia no País, especialmente entre os que prezam carros estrangeiros. O próprio Governo estruturou-se para viabilizar rapidamente a importação desses bens. Hoje, praticamente em todas as grandes cidades brasileiras, encontram-se automóveis produzidos em outros países, à disposição dos interessados. São carros oriundos do Japão, da Coreia, da Rússia, da Alemanha, dos Estados Unidos, da França e de outras partes. Até mesmo carros usados já podem ser trazidos dos Estados Unidos, conforme anunciam os jornais, e as empresas do ramo treinam seus operários para darem assistência aos compradores. Desse modo, atualmente, os que compraram veículos importados podem dispor de mecânicos para o desenvolvimento de testes, preparação de diagnósticos e execução da manutenção, decodificação do computador do carro, análise eletrônica do motor e outros serviços.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, todas essas coisas são normais e revelam o dinamismo da sociedade e do próprio Governo quando se trata de alguns setores econômicos. Contudo, o mesmo não acontece em relação a outros aspectos de cunho não diretamente econômico, mas de interesse e necessidade de um número significativamente maior da população brasileira.

Refiro-me, especificamente, ao problema que ainda enfrenta aquela parcela da população para a qual a abertura comercial do País significa muito mais do que a simples possibilidade de compra de automóveis ou de brinquedos eletrônicos de última geração. Para milhares de brasileiros, a abertura do comércio adquire maior sentido pela possibilidade que lhes oferece de comprarem no exterior os medicamentos ainda não disponíveis no mercado interno, medicamentos de que dependem para viver. No entanto, o caminho a seguir para a importação dos remédios está repleto de obstáculos, que transformam a tarefa em martírio para os que podem fazê-lo diretamente, tendo os que dependem de terceiros de enfrentar entraves burocráticos de toda ordem.

A forma mais fácil para importar remédio é utilizar o serviço de alguns dos numerosos escritórios de importação. Isso, contudo, cria maiores gravames financeiros, pois, além das taxas alfandegárias e do custo do transporte, o paciente deverá pagar os serviços do escritório, cujo preço, como sói acontecer, varia de acordo com o medicamento e com a rapidez exigida pelo cliente.

A imensa maioria dos consumidores não sabe onde adquirir os remédios no exterior ou quais os procedimentos legais necessários para realizar a transação, segundo afirmam os que atuam no ramo comercial dessa atividade. Por essa razão, a maioria dos necessitados prefere pagar os serviços dos intermediários, para não correr o risco de não dispor do medicamento dentro do prazo requerido.

Em termos legais, qualquer pessoa física pode importar medicamentos, com isenção até o valor de 50 dólares e pagando 20% de imposto, se a importância for de 50 até 500 dólares. Nesse caso, a importação é permitida apenas para consumo individual, e são proibidas todas as compras para fins comerciais. Por essa razão, as importadoras tornam-se procuradoras dos clientes e caracterizam sua atividade como prestação de serviços.

Por outro lado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o processo para registro de medicamentos no Brasil é extremamente lento, mesmo que estejam aprovados e em uso no exterior.

Em consequência, proporcionam-se estímulos para o surgimento de empresas especializadas na importação de remédios sem registro, pelos quais os consumidores brasileiros pagam altos preços. Tais medicamentos entram, com frequência, de maneira clandestina no nosso País, percorrendo um caminho que visa tão-somente ao lucro, sem pagamento de impostos.

Além disso, ao lado da lentidão do Governo na concessão de registro de medicamentos descobertos, analisados e testados no exterior, dissemina-se entre as farmácias nacionais de manipulação a prática de revenda de remédios importados, não registrados no Brasil, acondicionados em embalagens nacionais, como se aqui tivessem sido produzidos.

Pensar que o Brasil tenha condições de atingir, em curto espaço de tempo, um estágio de progresso que lhe permita desenvolver medicamentos novos é um sonho inatingível. A tecnologia química hoje é extremamente sofisticada; por isso, mesmo os laboratórios de países desenvolvidos, que investem sistematicamente em pesquisa, enfrentam dificuldades. Em razão dessas dificuldades, países como Japão e Rússia poucas drogas novas inventaram, preferindo utilizar as obtidas por laboratórios europeus e norte-americanos.

**O Sr. Ney Suassuna** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JÚLIO CAMPOS** — Concedo o aparte ao nobre Senador, com muito prazer.

**O Sr. Ney Suassuna** — Gostaria de registrar a minha satisfação em ver que abordamos o mesmo assunto, uma vez que, há pouco, concluí pronunciamento mediante o qual manifestei preocupações em relação às dificuldades que temos encontrado nessa área. Identifiquei, durante o brilhante discurso de V. Ex<sup>a</sup>, a existência de duas extremidades: o Governo, através dos laboratórios estatais, não fabrica, de maneira satisfatória, os mais simples e necessários remédios para a população carente. Por outro lado, não estamos tranquilos em relação à importação de remédios novos. Creio que os pronunciamentos de hoje, somados, darão ao Governo um panorama geral da situação, que poderá contribuir para o aperfeiçoamento da política adotada em relação aos medicamentos. Parabéns, nobre Senador.

**O SR. JÚLIO CAMPOS** — Agradecendo a V. Ex<sup>a</sup>, incorporo, com muita honra, o seu aparte ao meu pronunciamento.

Reconheço que nem sempre nossos debates têm merecido a devida atenção por parte do Executivo. Lamento que tal ocorra, porque acredito que, com a nossa contribuição, providências poderiam ser adotadas com maior rapidez e eficácia.

Continuando, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Professor Sebastião A. P. Sampaio, dermatologista, professor emérito da Universidade de São Paulo e ex-membro do Comitê Internacional de Dermatologia, cita, como exemplo da morosidade brasileira na aprovação de medicamentos, o caso da isotretinoína, remédio de primeira linha para o tratamento da acne grave. Tal medicamento permite a cura definitiva da afecção, evitando-se as cicatrizes e os sérios problemas psicológicos vivenciados pelos adolescentes. A isotretinoína, comercializada nos Estados Unidos e na Europa há mais de dez anos, encontra-se facilmente também no Brasil. Porém, em nosso País, apenas em 1992 teve o registro aprovado. Atualmente está aguardando a aprovação da bula, sem previsão de data para que isto aconteça. Imaginem, Srs. Senadores, o que vai ocorrer: depois de aprovado o registro, a bula que acompanha o invólucro do medicamento deverá ser aprovada, o que, com certeza, demandará muito tempo, talvez anos.

Trata-se do atraso da burocracia do nosso Ministério da Saúde, das nossas autoridades do Governo Federal.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não estou aqui defendendo o interesse nem das indústrias, nem das farmácias; defendo o acesso de todos os brasileiros aos medicamentos comprovadamente eficazes, aprovados e aplicados no exterior e inexistentes no Brasil. Um exemplo típico é o caso do AZT, um dos poucos medicamentos contra a AIDS e que é usado freqüentemente pelos aidéticos no mundo inteiro. No Brasil, contudo, há uma permanente crise em relação a esse produto. Nos hospitais do meu Estado, Mato Grosso, há uma dificuldade terrível em se adquirir esse medicamento, principalmente no Hospital Universitário Júlio Müller, onde há uma ala reservada aos doentes aidéticos. Lá constatou-se, nos últimos dias, a falta do AZT para medicar os pacientes que necessitam desse remédio, simplesmente porque a burocracia que envolve a compra desse produto, hoje tão importante em todo o mundo, é imensa.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é imperioso e urgente desburocratizar o processo de importação de medicamentos. Não é justo! Atualmente, no nosso País, é muito mais fácil importar um automóvel ou um computador de última geração do que um remédio importante para salvar vidas. Há poucos dias, conversei com um garimpeiro do meu Estado, que teve a infelicidade de contrair o vírus da hepatite B, em plena selva amazônica, e está necessitando se tratar com um medicamento chamado Interferon, importado dos Estados Unidos. Uma vez que o produto não pode ser encontrado em Cuiabá, ele teve que se deslocar para São Paulo e, lá chegando, teve que procurar uma dessas firmas importadoras, onde pagou um preço absurdo, porque o medicamento não é controlado pelas autoridades federais.

**O Sr. Josaphat Marinho** — V. Exª me permite um aparte?

**O SR. JÚLIO CAMPOS** — Ouço-o com muita atenção, nobre Senador.

**O Sr. Josaphat Marinho** — Nobre Senador, a administração pública, não apenas neste Governo, mas já de longa data, não está preocupada em corrigir as irregularidades da burocracia para servir bem à comunidade. Veja, agora, o que está acontecendo: o Governo apura que há graves irregularidades, que há corrupção no INAMPS. Ao invés de anunciar a apuração rigorosa dos fatos para punição dos culpados, o que anuncia é a extinção do INAMPS. Quer dizer, a população mais pobre, que nada tem a ver com a corrupção, é que sofre o efeito dela com a extinção do órgão que lhe devia servir.

**O SR. JÚLIO CAMPOS** — Incorporo, com muita honra, o aparte de V. Exª e concordo plenamente com suas palavras.

Ainda neste final de semana, discuti com pessoas amigas essa decisão do Governo Itamar Franco. Ao invés de punir severamente, com prisão, se necessário, ou com o seqüestro de bens, os corruptos que lesaram o INAMPS e o Erário público em mais de 1,3 bilhão de dólares num ano só, ele anuncia que vai extinguir o órgão e, com isso, espera acabar com o crime.

Hoje, pela manhã, assisti, no programa Bom Dia Brasil, à entrevista com o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Carlos Átila, em que S. Exª levanta essa mesma tese de que essa Corte não vai concordar com a atitude do atual Presidente do INAMPS, Dr. Carlos Mosconi, endossada pelos Ministros da Saúde e da Previdência Social, que sugeri-

ram ao Presidente da República a extinção pura e simples do INAMPS em virtude da corrupção ali instalada. S. Exª enfatizou que é muito grave se isso ocorrer, porque o Tribunal de Contas da União quer investigar a fundo a corrupção levantada no instituto e já praticamente comprovada, e que não é de hoje. Aliás, a corrupção não se verifica apenas no INAMPS, mas também na merenda escolar.

Na última audiência que tive, na terça-feira, com o Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Eliseu Resende, eu dizia a S. Exª que é um crime o que vem ocorrendo, justamente quando se comentava o problema do INAMPS, com o qual o Ministro está profundamente revoltado, dizendo que ele não tem dinheiro de espécie alguma nem para obras mais importantes. Tínhamos ido a S. Exª para dizer-lhe que Mato Grosso tem, hoje, cerca de cinco milhões de toneladas de grãos produzidos e precisa de recursos para fazer uma operação "tapa-buraco" em suas estradas para poder transportar essas cinco milhões de toneladas de arroz, soja, milho, feijão etc., pois o Estado não tem consumidor, em razão de sua população diminuta.

S. Exª nos disse que, infelizmente, não tinha como atender-nos, porque estávamos pedindo 30 milhões de dólares, enquanto que só o INAMPS havia sido lesado em 1,3 bilhão de dólares, que corresponde ao tamanho do rombo da corrupção no órgão.

Além disso, levantei a questão da merenda escolar, dizendo: "Se V. Exª mandar investigar o absurdo que ocorre na merenda escolar, vai descobrir outro crime que se comete contra o País. A carne produzida em Mato Grosso é industrializada pela Sadia, vai para São Paulo, depois é recomprada pelo MEC e enviada para alimentar as crianças lá no Aripuanã, distante 1.000 quilômetros de Cuiabá, quando se poderia muito bem comprar a carne diretamente no mercado mato-grossense.

Outro absurdo são os produtos que chegam estragados, o charque, por exemplo. Nunca vi um Estado que tem oito a dez milhões de cabeças de gado, como Mato Grosso, ser obrigado a comprar charque de São Paulo ou de Minas para fazer a merenda escolar.

É necessária e urgente a descentralização, para evitar-se essa corrupção que se generalizou em nosso País.

**O Sr. Ney Suassuna** — Permite-me V. Exª um novo aparte?

**O SR. JÚLIO CAMPOS** — Pois não.

**O Sr. Ney Suassuna** — Concorde em gênero, número e grau com V. Exª: falta vontade política para punir culpados, seja os da fraude do INAMPS, seja os do desvio de recursos da seca, seja os que estão utilizando a estrutura pública indevidamente. Não podemos continuar sendo o país da impunidade. Exemplos têm que ser dados, até para que a juventude acredite que a Justiça existe, pois ela está virando uma ficção, como o Papai Noel e a cegonha.

**O SR. JÚLIO CAMPOS** — Eminentíssimo Senador Ney Suassuna, penso que o maior exemplo de impunidade neste País é o que vem ocorrendo no escândalo PC Farias. Já se vão seis meses que este Senado Federal decretou o **impeachment** e cassou os direitos políticos do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, depois da longa e tenebrosa CPI do PC Farias, e até hoje nenhuma medida foi tomada para valer com relação ao assunto.

O emperramento da máquina do Judiciário brasileiro é o pior possível. Se o Poder Executivo, que mais uma vez venceu com esse plebiscito, tapeando o povo com mentiras

e obtendo vantagens para esse presidencialismo que está aí, não conseguiu punir ninguém, muito mais grave é a situação do Judiciário, que, baseado ainda em códigos de 20, 30, 50, 80 anos atrás, não consegue punir ninguém. A impunidade ocorre no Brasil de cabo a rabo; vem desde o município, continua no Estado e no Governo Federal, e o Poder Judiciário é o mais burocratizado.

**O Sr. Ney Suassuna** — Nobre Senador, permita-me mais um esclarecimento: no caso PC, só para fazer a citação judicial, foram gastos quatro meses, porque a citação tinha que ser feita pessoalmente. Para evitar fatos como esse, tive a honra de apresentar aqui, recentemente, um projeto de lei que permite que o Judiciário faça a citação pelo Correio, como ocorre no Código de Processo Civil. Isto porque a citação em todos os processos oriundos do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal tem que ser física. Por isso, foram necessários quatro meses para se fazer a citação no caso PC. Enquanto isso, o povo espera a punição. V. Ex<sup>a</sup> está coberto de razão. Realmente, dói ver a lentidão com que os corruptos são punidos.

**O SR. JÚLIO CAMPOS** — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>

Sr. Presidente e Srs. Senadores, concluo o meu pronunciamento a respeito das dificuldades, em razão da burocracia, existentes no País para se importar remédios para a população carente, dizendo que a desburocratização trará numerosos benefícios à população que necessita dos remédios. A simplificação dos procedimentos fará com que os pacientes paguem menos e obtenham a droga com mais facilidade e rapidez, e evitará os caminhos tortuosos que favorecem a clandestinidade e a sonegação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Júlio Campos, o Sr. Valmir Campelo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Teixeira.*

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Teixeira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Bello Parga.

**O SR. BELLO PARGA** (PFL — MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, apraz-me trazer ao conhecimento desta Casa alguns fatos significativos da vida política e administrativa do meu Estado.

Há cerca de um mês, aniversariou a administração do atual Governador Edison Lobão, que já pertenceu a esta Casa, onde pontificou como político e legislador.

Esse evento, que poderia ser, como muitas vezes acontece, apenas motivo para manifestações de regozijo pessoal ou de grupos políticos, ou uma oportunidade para festejos sem qualquer consequência, o Governador Edison Lobão aproveitou para assinalar, de forma concreta e positiva, as realizações que tem efetuado em prol da coletividade do meu Estado. S. Ex<sup>a</sup> dedicou-se, neste ano de 1993, a salientar o trabalho profícuo que vem realizando no campo das comunicações, precisamente no campo rodoviário.

Dentro das comemorações do segundo ano de governo, o nosso Governador inaugurou, no dia 20 de março, a rodovia que liga os municípios de Dom Pedro e Gonçalves Dias. A pavimentação asfáltica dessa ligação foi executada pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Maranhão, vinculado à Secretaria de Estado de Infra-estrutura. Aberta ao público

na mesma data, tal obra possibilitou ao trecho serviços complementares de drenagem, meios-fios, bueiros em concreto armado e sinalização vertical e horizontal, proporcionando aos seus usuários o máximo de segurança no tráfego. Essa via vai intensificar o intercâmbio comercial entre os municípios ora ligados com o de Eugênio Barros, retirando do isolamento povoados, distritos de grande produção agrícola até então de difícil acesso, o que onerava o preço dos produtos agrícolas, tais como Cedro dos Primos, Beirada, Veneza e Centro das Rosas.

No dia seguinte, 21 de março, o Governador Edison Lobão inaugurou uma estrada vicinal de importância estratégica para a economia maranhense, unindo o Município de Fortaleza dos Nogueiras ao Distrito de São Pedro dos Crentes, no Município de Grajaú. Essa estrada recebeu 51,3Km de revestimento primário, meios-fios e pontes de madeira, executados pela Companhia de Desenvolvimento Rodoviário do Maranhão, empresa estatal também vinculada à Secretaria de Infra-Estrutura. Ela abre comunicação pelo Município de Estreito, à margem do Rio Tocantins, onde ocorre a interseção das BR-010 e 230, aos Estados do Tocantins, Pará e Goiás. Propicia, ainda, sensível redução entre a distância que separa a região Tocantina dos Estados do Nordeste e dos municípios do sertão maranhense e do Médio Parnaíba. A criação dessa estrada vai beneficiar, de imediato, cerca de 150 mil pessoas que labutam nos Municípios de Sambaíba, Loreto, Estreito, Balsas, São Félix de Balsas e Grajaú.

Juntamente com a Rodovia MA-006, BR-230 e BR-010, beneficiando, ainda, os Municípios de Riachão, Balsas, Carolina e Estreito, essa vicinal fecha a perimetral de uma vasta área agricultável, assegurando o escoamento mais rápido e seguro da produção dos municípios beneficiados para a capital, São Luís, e para os corredores Nordeste III e do Araguaia/Tocantins. Também encurta, em mais de 90%, a distância dos principais municípios da região sul e Estreito, facilitando o acesso à BR-010, que é a denominação oficial da Belém-Brasília.

Para mostrar a extensão da obra realizada pelo Governo do Estado, através da Companhia de Desenvolvimento Rodoviário do Maranhão — CODERMA, o Governador Lobão informou que nela foram utilizadas 180 mil carradas de terra e picarra, o que equivale a 1.000Km de caçambas enfileiradas.

Os Srs. Senadores poderão muito bem verificar, pelos recursos financeiros que foram empregados nessa via vicinal, o seu profundo sentido estratégico para a economia do Estado, notadamente na integração com a futura rodovia Transmaranhão, que ligará o sul do Estado com o litoral, levando a produção agrícola de uma vasta região para os terminais do Porto de Itaqui.

Antigas reivindicações dos produtores e da população do sul do Estado, essa estrada faz parte do programa de ampliação da rede rodoviária que vem sendo desenvolvida com bastante sucesso pela administração estadual.

Uma outra rodovia foi completada, Srs. Senadores. Trabalho idêntico em pavimentação foi executado no trecho Fortaleza dos Nogueiras/Entroncamento da BR-230, com 48Km, inaugurado neste mês de abril, interligando os centros de produção agrícola localizados na extensão que vai do Município de Fortaleza dos Nogueiras ao de São Raimundo das Mangabeiras e Grajaú.

O asfaltamento de um novo trecho dessa MA-006, conhecida como Transmaranhão, foi inaugurado pelo Governador Edison Lobão, sendo que o trecho entre Fortaleza dos Noguei-

ras e Entroncamento foi completado com serviço de drenagem, meios-fios, bueiros, pontes de concreto armado e sinalização vertical e horizontal, permitindo um fluxo mais seguro e mais célere dos veículos que dele se utilizam.

Fruto dos compromissos assumidos pelo Governador Lobão, durante a sua campanha ao Governo do Estado, o programa rodoviário se amplia com essa estrada de excelente qualidade. A rodovia vai assegurar o escoamento da produção agrícola e pecuária, o transporte e a circulação de riquezas numa vasta região do sul do Estado, onde se incluem os Municípios de Balsas, Grajaú, Fortaleza dos Nogueiras, Riachão, Carolina, Estreito e São Raimundo das Mangabeiras, região essa que tem recebido o influxo da migração de lavradores oriundos, principalmente, do Rio Grande do Sul, mas também do Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

Esses nossos compatriotas têm ido para o Maranhão levando seu capital e sua experiência no cultivo de lavouras como as de arroz de sequeiro e de soja, contribuindo para o enriquecimento da nossa economia.

A construção dessa rodovia garante ainda redução considerável da distância que separa os Estados do Nordeste, os municípios do sertão maranhense e o médio Parnaíba — via paralela à que acabei de descrever. Os benefícios gerados por esse trecho de estrada atingem hoje mais de 150 mil habitantes dos municípios da região, cujas atividades predominantes são a pecuária de corte, a produção de soja, arroz, feijão e milho.

Além disso, a rodovia integra o corredor norte de exportação com o Porto de Itaqui, através da malha Rodoviária Federal e Estadual e da Ferrovia de Carajás. Essa interligação reduz o custo do transporte e favorece o comércio da soja maranhense com os grandes centros de consumo no exterior.

Da mesma forma, ela irá facilitar e garantir o maior conforto no transporte de passageiros naquela região, que antes era feito com dificuldades e maior tempo de percurso. Igualmente, permitirá a redução nos custos com manutenção e aquisição de peças e acessórios danificados com a trepidação nas antigas lombadas que se formavam no piçarramento da via.

Um outro feito, Sr. Presidente, verificou-se na Capital do Estado que também não foi esquecida pelo programa rodoviário do Governador Edison Lobão.

Ali inaugurou-se, também no início deste mês, a duplicação de um trecho de 840 metros da Avenida Collares Moreira, no Bairro de São Francisco, entre os retornos do Quartel da Polícia Militar, no bairro do Calhau, e do Marcus Center, na mesma localidade.

Com a duplicação, São Luís ganha uma de suas vias urbanas mais modernas: são duas pistas de pavimentação asfáltica de oito metros de largura cada, que entram em funcionamento com o duplo objetivo de evitar acidentes de trânsito na área e complementar o sistema viário de acesso ao Bairro do Calhau, um dos bairros residenciais mais recentes de São Luís.

Na avenida foram feitos serviços de drenagem, canteiro central gramado, duas calçadas para pedestres, sinalização vertical e horizontal e plena iluminação das pistas.

As obras foram executadas pelo Departamento de Estrada de Rodagem do Maranhão — DERMA, com supervisão da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura — Sinfra.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa duplicação veio desfogar o tráfego que em determinadas horas do dia, naquilo que tecnicamente chamam de rush, causava grandes engarrafamentos do trânsito, prejudicando os usuários, notadamente

as pessoas que, indo para o trabalho no comércio e no setor público, perdiam um tempo muito grande no deslocamento de seus locais de trabalho até as suas residências, impossibilitando-os, muitas vezes, de regressarem, no intervalo do almoço, às suas residências. Ficou desimpedido o escoamento do trânsito de veículos nos sentidos centro da cidade/bairro e Vice-versa.

**O Sr. Ney Maranhão** — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador?

**O SR. BELLO PARGA** — Pois não, nobre Senador Ney Maranhão. Fico muito grato em ouvir o aparte de V. Exª

**O Sr. Ney Maranhão** — Nobre Senador Bello Parga, V. Exª, nesta tarde, mostra da tribuna o trabalho sério que o Governador Edison Lobão vem realizando em seu Estado. Todos nós, no Senado, conhecemos a competência do Senador Edison Lobão como parlamentar. S. Exª sempre trabalhou pelos altos interesses do Maranhão e do Nordeste. Portanto, nobre Senador Bello Parga, para mim não é novidade e nem surpresa o trabalho magnífico e progressista que o seu Governador vem fazendo naquele Estado. Aproveito, também, nobre Senador, para citar outros bons governos, além da gestão do Sr. Edison Lobão: o Governador da Bahia, Estado que tem como representante o nobre Senador Josaphat Marinho, aqui presente; o Governador Ciro Ferreira Gomes e tantos outros. Tenho uma emenda que deverá entrar em votação, provavelmente, na próxima semana ou no começo do mês, objetivando justamente atingir os bons governadores, os bons prefeitos, o Presidente da República. O que o Governador do Estado de V. Exª vem realizando é um exemplo, como outros bons governos: como Jarbas Vasconcelos, em Pernambuco, que, em pesquisa, obteve 80% de aprovação da população; Jaime Lerner, em Curitiba. A minha emenda, Senador Bello Parga, é um incentivo aos bons governantes. Essa emenda dá direito à reeleição de prefeitos, de governadores e de blica. Sob esse prisma, estou remetendo cartas aos prefeitos do Brasil mostrando a minha emenda e suas vantagens, para que esses solicitem ao Congresso que a aprove, pois é um estímulo aos bons governadores para que completem suas obras. Tenho certeza que o Governador Edison Lobão, amanhã, nas urnas no Estado do Maranhão, terá um julgamento positivo, ganhando com isso o povo daquele Estado. E terá S. Exª condições de, em mais quatro anos de mandato, continuar o governo do quilate que V. Exª, neste momento, descreve da tribuna e que todos conhecemos. Parabenizo-o e agradeço o aparte, que foge um pouco do discurso de V. Exª, lembrando, ao mesmo tempo, que o povo sempre apóia aqueles que trabalham bem pelo País.

**O SR. BELLO PARGA** — Senador Ney Maranhão, como parlamentar e cearense, sinto-me satisfeito e até mesmo lisonjeado pelas referências e pelo conceito que tem do meu companheiro de partido, o Governador Edison Lobão. Fico muito satisfeito por ver que V. Exª, companheiro dele aqui no Senado, ainda não esqueceu de sua marcante passagem por esta Casa.

Quanto à emenda de V. Exª, tenho certeza que o Congresso Nacional, no momento oportuno, levará em conta os argumentos que V. Exª muito bem expõe sobre a necessidade e a conveniência dos bons governadores serem merecedores de um mandato subsequente, caso a população sinta-se inteiramente satisfeita com o desempenho do governo.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, citei aqui quatro itens de realizações administrativas do Governador

Edison Lobão no campo rodoviário. Quero dizer que não se tratam de itens ou fatos isolados, fazem parte de um programa de Governo.

Lançado em 1991 pelo Governador Edison Lobão, diante do atraso econômico injustificável em regiões de farto potencial, o Programa Rodoviário do Estado do Maranhão chega ao seu segundo ano exibindo um quadro não apenas alentador, pois supera todas as metas anteriormente previstas ou pré-fixadas — só os itens Restauração de Rodovias Pavimentadas e Restauração de Rodovias não Pavimentadas somam, respectivamente, 1.117,8 e 1.992Km já inaugurados —, o programa é reconhecido pelos maranhenses como o principal fator de modernização do Estado.

A esse respeito, o Presidente da Federação da Agricultura do Estado (FIEAMA), Sr. Raimundo Coelho de Sousa, lembra que "antes da pavimentação e recuperação das estradas, o escoamento da produção agrícola dos centros produtores até as cidades consumidoras, onde estão os armazéns, era seriamente prejudicado". Garante, aquele líder classista, que os médios e os pequenos agricultores do médio sertão, uma das maiores concentrações de trabalhadores rurais do Maranhão, depositaram confiança no Governador no sentido de que o Programa Rodoviário possibilita investimentos também em obras de eletrificação e formação de barragens para o aproveitamento de água.

O Secretário do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário, Sr. José Olavo Farias, lembra que "o contribuinte está vendo que o imposto pago está representando retorno com o asfaltamento de estradas, estabelecendo uma relação de confiança com o seu governante".

O sucesso do Plano Rodoviário, Sr. Presidente e Srs. Senadores, pode ser expresso numericamente, como passo a fazer:

- Implantação de rodovias, 104,5Km; além, portanto, das metas previstas;
- Asfaltamento, 533,0Km;
- Restauração de rodovias pavimentadas, 1.117,8Km;
- Restauração de rodovias não pavimentadas, 1.992,5Km;
- Construção de pontes de madeira, 212m;
- Recuperação de pontes de madeira, 1.117m;
- Construção de pontes de concreto, 546m.

Esses quantitativos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, são em si eloquentes, porque demonstram que temos, no nosso Estado, para gáudio nosso, para a satisfação dos cidadãos, um governante que cumpre as promessas que fez em campanha eleitoral; que não só executa à risca, mas se antecipa aos programas fixados e que recebe, portanto, o reconhecimento dos seus governados.

Esse reconhecimento, Sr. Presidente — já que falei em números — expressa-se no resultado de uma pesquisa, feita por uma entidade especializada nesse tipo de trabalho, recentemente. O Governador Edison Lobão apresentou um percentual de aprovação de 74%, somando-se os itens "ótimo", "bom" e "bom para regular".

Está assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, aprovado pelo povo do Maranhão, o Governo do Sr. Edison Lobão. Fazemos votos para que S. Ex.<sup>a</sup> continue com esse trabalho benéfico e frutífero em favor do Estado do Maranhão, do fortalecimento da sua economia e do incentivo à agricultura, a fim de que o povo possa gozar de melhores dias no futuro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Bello Parga, o Sr. Pedro Teixeira deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 1º Secretário.*

*Durante o discurso do Sr. Bello Parga, o Sr. Júlio Campos, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Teixeira.*

#### COMPARECEM MAIS OS SENHORES:

Albano Franco \_ Almir Gabriel \_ Álvaro Pacheco \_ Eduardo Suplicy \_ Gerson Camata \_ João Calmon \_ Jonas Pinheiro \_ Júlio Campos \_ Lourival Baptista \_ Nelson Carneiro \_ Ney Suassuna \_ Valmir Campelo.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Teixeira) — Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário.  
É lido o seguinte

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 1993

**Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, equiparando aprendiz a estagiário.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. Para efeito do previsto no **caput** deste artigo, são equiparados a estagiários os aprendizes participantes de programas que objetivem atender ao disposto nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990."

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta dias) contado de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

A Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo, em seu art. 4º estabelece que:

"O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e o estagiário poderá receber bolsa, ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, ressalvado o que dispuser a legislação previdenciária, devendo o estudante, em qualquer hipótese, estar seguro contra acidentes pessoais."

Com esta desobrigação do vínculo empregatício e a possibilidade das empresas pagarem aos estagiários remuneração (bolsa) inferior ao salário dos profissionais diplomados (apesar de desenvolverem trabalhos semelhantes), os legisladores agiram sabiamente e incentivaram o empresariado e os próprios órgãos da Administração Pública direta e indireta a oferecerem maior número de vagas para estagiários.

O que se pretende com este projeto é justamente possibilitar uma equiparação entre o menor aprendiz e o estagiário, objetivando garantir mais oportunidades de profissionalização do menor no Brasil.

A ampliação do direito do menor à profissionalização é, pois, o objetivo maior do projeto, o qual resguarda também os interesses dos próprios órgãos governamentais e das empresas públicas e privadas, ao estabelecer que o aprendiz, como o estagiário, não terá vínculo empregatício de qualquer natureza.

Assim, a sua aprovação, além de proporcionar maiores oportunidades, garantindo ao menor condições de aprendiz com bolsa de aprendizagem (que significa aumento da renda familiar), não lhe retira nenhum direito assegurado constitucionalmente ou na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Trata-se, portanto, de uma proposição justa e oportuna que merece o apoio de todos os membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 22 de abril de 1993. — Senador **Marco Maciel**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### LEI Nº 6.494, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1977

**Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º Grau e supletivo, e dá outras providências.**

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As pessoas jurídicas de Direito Privado, os órgãos da administração pública e as instituições de ensino podem aceitar, como estagiários, alunos regularmente matriculados e que venham freqüentemente, efetivamente, cursos vinculados à estrutura do ensino público e particular, nos níveis superior, profissionalizante de 2º Grau e Supletivo.

§ 1º O estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação, devendo, o estudante para este fim, estar em condições de estagiar, segundo disposto na regulamentação da presente lei.

§ 2º Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem a serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim desse constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

Art. 2º O estágio, independentemente do aspecto profissionalizante, direto e específico, poderá assumir a forma de atividades de extensão, mediante a participação do estudante em empreendimentos ou projetos de interesse social.

Art. 3º A realização do estágio dar-se-á mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente, com interveniência obrigatória da instituição do ensino.

§ 1º Os estágios curriculares serão desenvolvidos de acordo com o disposto no § 2º do art. 1º desta lei.

§ 2º Os estágios realizados sob a forma de ação comunitária estão isentos de celebração de termo de compromisso.

Art. 4º O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e o estagiário poderá receber bolsa, ou outra forma de contraprestação, que venha a ser acordada, ressalvado o que dispuser a legislação previdenciária, devendo o estudante, em qualquer hipótese, estar segurado contra acidentes pessoais.

Art. 5º A jornada de atividade em estágio, a ser cumprida pelo estudante, deverá compatibilizar-se com o seu horário escolar e com o horário da parte em que venha a ocorrer o estágio.

Parágrafo único. Nos períodos de férias escolares, a jornada de estágio será estabelecida de comum acordo entre o estagiário e a parte concedente do estágio, sempre com a interveniência da instituição de ensino.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

**Ernesto Geisel** — Presidente da República.

**Ney Braga**.

#### LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

**Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.**

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

#### **Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho**

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de 14 (quatorze) anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

Art. 61. A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta lei.

Art. 62. Considera-se aprendizagem a formação técnica-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

Art. 63. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

I — garantia de acesso e freqüência obrigatória ao ensino regular;

II — atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;

III — horário especial para o exercício das atividades.

Art. 64. Ao adolescente até 14 (quatorze) anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de 14 (quatorze) anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Art. 66. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado trabalho:

I — noturno, realizado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte;

II — perigoso, insalubre ou penoso;

III — realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV — realizado em horários e locais que não permitam a freqüência à escola.

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I — respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II — capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

### TÍTULO III Da Prevenção CAPÍTULO I

(À Comissão de Educação — Decisão Terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Teixeira) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

A Presidência, nos termos do art. 174 do Regimento Interno, dispensa o período destinado à Ordem do Dia da sessão de hoje.

São os seguintes os itens adiados:

#### — I —

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 1992

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992 (nº 82/91, na Câmara dos Deputados), que altera o artigo 29 da Constituição Federal, tendo Parecer favorável, sob nº 246, de 1992, da — Comissão Temporária.

#### — 2 —

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 1991

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1991 (45/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 24, de 1992, da — Comissão Temporária.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Teixeira) — Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO** (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o plebiscito ocorreu. Os resultados aí estão. Mas a grande vítima do plebiscito, Sr. Presidente, foi o Congresso Nacional.

Os presidencialistas, em especial, aproveitaram a oportunidade para agredir o Congresso Nacional. Primeiro, esqueceram que os 503 Deputados não são 503 pessoas escolhidas ao acaso; são 503 parlamentares que, somados, são a própria manifestação da vontade popular.

Foram colocados, de um lado, os 503 cidadãos, e, do outro lado, a vontade popular, dissociando-se a vontade que os parlamentares representam.

Mas, sobretudo, Sr. Presidente, aproveitou-se a oportunidade para agredir o Congresso Nacional.

Hoje, tomei um susto quando li uma declaração do Presidente do PT, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Felizmente, no **Jornal do Brasil** há uma corrigenda. O que os jornais de Brasília publicaram foi o seguinte: "O Congresso Nacional é uma instituição falida diante dos olhos do povo", e paravam por aí. No entanto — e devo fazer justiça —, o **Jornal do Brasil** publicou a declaração do Presidente do PT na íntegra, ou seja, colocou uma frasezinha continuando: "lamentando que os políticos sérios acabem penalizados".

Ora, Sr. Presidente, é muito difícil distinguirmos os parlamentares sérios dos que não são sérios. O Congresso Nacional é uma soma de todas as vontades, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, representando, portanto, uma opinião que deve ser examinada e julgada com serenidade.

O Presidente do PT errou apenas quando se referiu aos políticos sérios, pois deveria ter enumerado aqueles que não o são, ou aqueles que o são, para o julgamento da Nação.

Sr. Presidente, muito mais grave, porém, é a afirmação do ilustre Governador do Rio de Janeiro, Sr. Leonel Brizola, publicada no **Jornal do Brasil** do último domingo, que diz o seguinte:

"Esse Congresso, o mesmo que aprovou os pacotes econômicos do Governo Collor, não tem autoridade moral nem política para fazer a revisão constitucional. Esta é uma tarefa para o próximo Congresso."

Ora, Sr. Presidente, será que o Sr. Leonel Brizola tem autoridade para julgar o Congresso Nacional, onde militam numerosos representantes do seu próprio partido? Será que este Congresso Nacional, que realizou, talvez pela primeira vez na história da política mundial, o **impeachment** e depôs um Presidente da República, no meio do seu mandato; será que este Congresso não tem autoridade moral nem política?

Essa é uma afirmação que choca, Sr. Presidente. E choca porque dita por um homem que tem uma longa vida pública. Aliás, essa afirmação só surpreende os que não conhecem, os que não se dedicam às coisas do passado.

Em 1961, ocorreu um episódio neste País que, ao contrário do que se espalhou, constituiu uma página de grandeza para o Congresso Nacional: o Sr. Jânio Quadros renunciou. Os ministros militares publicaram um manifesto que proibia a presença de João Goulart no País. A Aeronáutica ia ao aeroporto fiscalizar os aviões que chegavam; corriam até às privadas para ver se ali estava escondido João Goulart, como depuseram vários parlamentares naquele tempo.

O que fez o Congresso? Ao receber uma comunicação do Presidente Ranieri Mazzilli, em nome dos militares, proibindo a presença de João Goulart no Brasil, nomeou uma comissão, presidida pelo Senador Jefferson Aguiar e relatada por Oliveira Brito, que, em 24 horas, respondeu exatamente o contrário, reafirmando o que se vinha pleiteando desde o dia 25 de agosto: que João Goulart era o Presidente do Brasil e tomaria posse no País.

E realmente basta lembrar que, em 1961, Brasília começava; Brasília tinha um ano; o Congresso não possuía revólver, o Congresso não tinha uma segurança; apenas a do voto popular, a segurança do respeito que lhe dava o voto conquistado nas urnas.

E assim se opôs, e aquela expectativa que tinha o apoio prévio do Presidente João Goulart, através de comunicações telefônicas sucessivas — ele estava no exterior —, aquela



decisão do dia 25 de agosto se tornou realidade no dia 2 de setembro, sete dias depois, após a Câmara haver votado, por duas vezes, por mais de dois terços, a Emenda Parlamentarista. E depois o Senado, por mais de dois terços, em duas oportunidades, referendou a Emenda Parlamentarista, afinal promulgada.

Em sete dias, o Congresso reagiu; reagiu ao poder dos Chefes militares, não se rendeu, não precisou contar com as baionetas; tinha a sua força moral, e foi esta que o levou à vitória em 1961.

Mas o Sr. Leonel Brizola, falando à imprensa mineira no dia 26 de dezembro de 1962, dizia:

“Estamos arrependidos de não ter fechado o Congresso, quando os ministros militares tentaram o golpe, e a maioria de deputados e senadores violaram a Constituição, nos impingindo esse regime que aí está.”

Portanto, esse desapareço ao Congresso não é novo; é antigo, conta muitos anos.

Sr. Presidente, além da agressão ao Legislativo, o Governador do Rio de Janeiro desceu às pessoas, numa linguagem que aqui não reproduzimos porque a censura parlamentar não permite. Diz S. Ex<sup>a</sup>:

“Os Líderes do Governo no Senado, Pedro Simon, e na Câmara, Roberto Freire, foram cínicos quando disseram que eu estaria ameaçando a governança.”

Ora, Sr. Presidente, tudo isso repercutiu nas urnas que ontem se abriram; era o Congresso injuriado, era o Congresso acusado, era o Congresso exposto como um réu à sanha dos seus adversários.

**O Sr. Ney Suassuna** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Com muita honra.

**O Sr. Ney Suassuna** — Ex<sup>a</sup>, a mim causou espécie não só as declarações, como a presença constante do Sr. Leonel Brizola na televisão, ao arripio da lei, que não dava espaços a partidos. Inclusive, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tivemos a obrigação de relatar um parecer em que negávamos completamente a presença de partidos em qualquer frente. E, no entanto, permanentemente, o Sr. Leonel Brizola ocupou as televisões, fazendo propaganda partidária e aproveitando a oportunidade para deturpar o Congresso Nacional.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Isso aí foi uma fraqueza da Frente Presidencialista, e lamento que aqui não esteja o nobre Senador Marco Maciel para explicar onde encontrou razões de direito para acolher, numa divulgação que seria restrita às Frentes Partidárias, porque era essa a lei, a presença de um partido e de um candidato, inclusive, com a participação de pessoas gritando o seu nome e o nome de seu partido.

Mas, Sr. Presidente, queria terminar esta breve intervenção, dizendo que, em 1963, também houve um plebiscito, e ganharam os presidencialistas, ganharam com um dilúvio de dinheiro e de corrupção. E agora em 1993, 30 anos depois, ganharam pela segunda vez; mas ganharam com o desinteresse do povo. Pelo que dizem os jornais, as urnas mostram que, no mínimo, 45% dos eleitores não votaram ou votaram nulo. De modo que isso tem 30 anos: 1963 a 1993.

Vem aí 1994, Sr. Presidente; será que em 1994 se repetirá o que aconteceu em 1964? Não; não esperamos qualquer manifestação militar. Estamos certos de que os militares continuarão na caserna. O povo, porém, novamente iludido, será aquele que, convocado para as urnas, elegerá quem tenha outro pensamento, outra aspiração, outra visão do panorama político brasileiro.

Sr. Presidente, 30 anos se passaram. Oxalá 1994 não repita 1964, pois 1993 já repetiu 1963. Peçamos a Deus que tal não aconteça.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Nelson Carneiro, o Sr. Pedro Teixeira deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jonas Pinheiro.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jonas Pinheiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

**O SR. NEY MARANHÃO** (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho hoje à tribuna do Senado Federal para, em primeiro lugar, dar uma satisfação aos meus Pares com respeito a uma reportagem publicada na revista *Veja* e em alguns jornais do País sobre a perfuração de poços pelo DNOCS, nas quais o meu nome foi citado.

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a imprensa. Nós todos, políticos e homens públicos, temos que prestigiar a imprensa falada, escrita e televisionada. Quando alguma coisa de errado acontece neste País, em que governantes e pessoas que detêm um mandato popular estão envolvidas, a imprensa é o grande fator de fiscalização para que o regime democrático e as instituições se aperfeiçoem cada vez mais. Também, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é necessário que os homens da imprensa escrita, falada e televisada separem o joio do trigo.

Quando surgem algumas informações, denúncias a respeito de um homem que tem responsabilidades muito grandes, temos que examiná-las e permitir que a imprensa divulgue, mas que seja feita justiça, para que não sejam enlameados os nomes daqueles que são dignos e que muito lutam para que a sua imagem seja condizente com aquilo que representam perante as comunidades de seu Estado, em particular, e de todo o povo brasileiro.

Fatos como esse, Sr. Presidente e Srs. Senadores, vêm acontecendo no Brasil. E faço daqui um veemente apelo à imprensa para, quando mostrar à Nação algum erro praticado pelo representante do povo, principalmente quando se tratar do Congresso Nacional, que aponte os erros, mas que tenha em mãos as provas, a fim de que isso não se propague e amanhã a nossa imagem fique prejudicada perante o eleitorado e o povo brasileiro.

Dentro desta linha, vou ler uma carta — que acredito todos os Senadores devem estar recebendo — relatando os fatos relacionados a esse escândalo dos poços artesanais perfurados no Nordeste. Alguns políticos, algumas pessoas foram envolvidas, mas é preciso que se saiba como foi envolvida, como foi o pedido, para que foi o pedido e quem se aproveitou desse benefício. Vou relatar, esclarecer, porque eu costumo matar a cobra e mostrar o pau. Sou um homem que tem 40 anos de vida pública, desde prefeito da minha cidade, Deputado Federal por quatro legislaturas. Depois passei um tempo fora da vida pública, obrigado que fui na época dos governos militares, quando cassaram os meus direitos políti-



cos. Hoje, represento o meu Estado, o meu País, com muita dignidade neste Congresso e não posso admitir, e me revolta profundamente ver o meu nome inserido em reportagem dessa natureza em uma revista de grande circulação, como se eu estivesse me aproveitando do mandato de Senador da República para pedir algo que me viesse beneficiar diretamente ou a minha família.

Para isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu trouxe aqui, para ser transcrito nos Anais do Senado Federal, o pedido que fiz desse poço artesiano. Ele foi solicitado por mim a pedido da maioria dos vizinhos e dessa gente que trabalha nessa nossa propriedade, onde temos uma escola com quase 100 alunos. Trouxe as fotografias, está tudo aqui para quem quiser ver. E essa água era exclusivamente para ajudar a essa gente. Os meninos dessa escola não têm água potável para beber, porque na minha propriedade tenho uma lâmina de água de mais de seis hectares, mas tenho provas da sua insalubridade.

"Boletim de Análise da Água. Laboratório de Análise de Água e Solo e Consulta Limitada".

Laboratório de maior técnica em Pernambuco.

"Conclusão:

Água salobre, inadequada para consumo humano e irrigação".

Ela serve apenas para o consumo do gado. Como eu disse à *Veja*, mas ela interpretou de outra maneira, já de má-fé, dizendo que "esse poço era para esse gado beber".

Tenho documento, também, desse mesmo laboratório, dizendo a mesma coisa a respeito desse poço: "Conclusão: água imprópria para consumo humano *in natura*". Estão aqui todos os documentos relacionados ao poço que paguei, para beneficiar essa coletividade e estão aqui as fotografias das escolas, do arruado — como dizemos lá no Nordeste — na nossa propriedade, onde todos os camponeses que trabalham conosco têm água encanada, saneamento e rede de esgotos nas suas casinhas. As provas estão aqui para todos que se interessarem delas tomar conhecimento. A única fonte de água potável vem de uma cacimbinha — como falamos lá no Nordeste — que mal abastece a casa-grande. Esse pedido referente a esse poço é, exclusivamente, para o abastecimento de nossas escolas, pois os quase 100 alunos não dispõem de nenhuma água para beber no verão, a não ser essa água do açude. E, como prova disto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, trago e peço para que seja transcrito nos Anais do Senado este abaixo-assinado com mais de 200 assinaturas dos camponeses que trabalham nessa região, pais dos alunos que estudam nessa escola.

Diz o abaixo-assinado:

"Nós, abaixo-assinados, moradores do Engenho Galiléia de Taubaté..." — Galiléia, o nordestino se lembra, é uma propriedade ligada à nossa e que pertenceu à famosa Liga Camponesa, cujo chefe era um primo meu, o ex-Deputado Francisco Julião. Esses camponeses e os seus filhos estudam nessa propriedade pertencente a este Senador, e Taubaté — que é a minha propriedade —, onde temos filhos estudando na Escola Constâncio Maranhão — que é o nome do meu pai.

"Solicitamos a V. Exª a perfuração de um novo poço artesiano nesta localidade, tendo em vista que o poço aberto por esse órgão não é apropriado para o consumo, conforme laudo anexo. Esse novo poço

irá beneficiar não só os setenta alunos da escola, como também duas dezenas de famílias que residem na localidade."

Esse o abaixo-assinado do povo daquela região.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é certo que em todos os lugares há pessoas boas e ruins. Entretanto, as notícias truncadas criam uma imagem distorcida do Congresso Nacional, cuja maioria absoluta faz jus ao seu mandato, assumindo responsabilidade pela defesa do povo brasileiro.

O Sr. Ney Suassuna — V. Exª me permite um aparte.

O SR. NEY MARANHÃO — Com todo prazer, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna — Está mais do que explicado o caso de V. Exª, mas creio que alguns — e não são muitos —, que não são tão bem esclarecidos e, pelo contrário, até erroneamente são feitos, é que toldam, que mancham a imagem do Parlamento. Nós, Parlamentares, nunca devíamos utilizar a estrutura pública. Se dependesse de mim, seria cobrado de um Parlamentar que usasse a estrutura pública três vezes o preço, exatamente para inibir aqueles que caíssem na tentação, porque, dessa forma, não só não ajudamos o País como ainda denegrimos o único lugar onde realmente a liberdade é praticada e onde as facções antagônicas se encontram na prática da democracia. Estou inteiramente satisfeito com as explicações de V. Exª. Em virtude da lisura do comportamento de V. Exª durante toda a sua carreira, tenho certeza de que jamais V. Exª praticaria um ato ilícito.

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Ney Suassuna, agradeço-lhe o aparte.

Essas notícias, muitas vezes, recaem em pessoas que desejam fazer o bem, como é o caso deste Senador.

Vou ler, para conhecimento do Senado, carta que recebi em meu gabinete, dirigida à Câmara dos Deputados, que vem corroborar o que acabo de destacar neste pronunciamento, ou seja, a possibilidade de se denegrir a imagem do Congresso Nacional.

"São Paulo, 14 de abril de 1993.

À Câmara dos Deputados — Brasília

At. Presidência e Demais Deputados.

Ref.: Uso de verbas públicas, DNOCS etc.

É com revolta que observamos o uso de verbas públicas destinadas a resolver questões tão afilivas tratadas com o mesmo descaso de PC Farias e cia.

Como os senhores ainda não perceberam a gravidade dessa situação? Todos os dias, através de jornais, revistas e, principalmente, televisão, nós, cidadãos honestos, trabalhadores, e nossas famílias somos bombardeados pelos abusos cometidos por pessoas que não têm o direito de usar qualquer verba pública em benefício pessoal.

Lembrem-se que a ditadura acabou e, com ela, os segredos das falcatruas feitas por baixo do pano. Ainda existem? Sim. Mas, graças à Deus, temos uma imprensa livre, que está atenta a essas barbaridades.

Agora, os senhores não deem em berço esplêndido, porque essa situação que nos envergonha, a nós e a tantos outros brasileiros, não pode continuar. É preciso urgentemente que façamos alguma coisa porque, assim como nós, tenho certeza que milhares de outras pessoas estão muito revoltadas com tudo isso.

Que tal se nós, cidadãos honestos, que custeamos essa roubafeira, fizéssemos uma campanha e não pagássemos mais nenhum tributo? Tenho certeza que empresários, pessoas comuns, representantes de vários setores topariam dar um grande calote nesse Estado que, a cada dia, nos mostra como nós, cidadãos honestos, somos perfeitos idiotas. Ou, então, se concretizássemos o movimento separatista Sudeste do resto do País?

Esperamos sinceramente que os senhores tenham a hombridade de reconhecer os erros e limpem essa mancha de uso abusivo, indiscriminado e fisiológico do nosso dinheiro. Vemos mesmo que fomos vítimas da propaganda enganosa que fizeram a nós, eleitores, quando da campanha eleitoral.

Com uma denúncia dessas, no mínimo, a Câmara deveria trocar o seu Presidente...

Ivan Rossi."

Seguem assinaturas e o endereço do remetente.

Foram enviadas cópias para o Presidente da República, Presidente do Senado, **Folha de São Paulo**, Boris Casoy, **Jornal da Tarde**, revista **Veja**, Ministério da Justiça, PROCON, Presidentes do PT, PSDB, PL, PTB, PMDB, PRN, Sr. Roberto Marinho e Deputado José Genoíno.

Sr. Presidente, esse é reflexo de atitudes erradas de alguns membros do Congresso Nacional. Não pode, porém, o Parlamento como um todo, que representa o pulmão da sociedade, ser responsabilizado por essas falcaturas, pois onde há um Congresso forte existe uma democracia forte. Por outro lado, com um Congresso fraco impera a ditadura, em que só tomamos conhecimento dos escândalos quando eles estouram, tais como os da Coroa Brastel, Delfin etc.

Hoje, todos nós temos, em nossos gabinetes, um computador ligado aos Ministérios, às Secretarias, que nos permite conhecer as verbas que são liberadas e suas respectivas aplicações, possibilitando a que muitas irregularidades sejam evitadas. Inclusive, o nobre Senador Eduardo Suplicy muito lutou para que pudéssemos exercer esse controle.

Isso não ocorreu apenas no Governo Fernando Collor de Mello ilitando — como o caso do INSS —, mas está acontecendo também no Governo do Presidente Itamar Franco, em que vários erros estão sendo apurados.

Sr. Presidente, estou certo de que a fiscalização da imprensa é importantíssima. Penso que a guarda da nossa democracia é uma imprensa livre, mas responsável. Precisamos, por isso, apressar a apreciação da Lei de Imprensa, que objetiva evitar notícias infundadas, visto que o proprietário do jornal torna-se responsável por tudo que se publica, inclusive financeiramente, como nos países industrializados, do Primeiro Mundo.

O Sr. Eduardo Suplicy — V. Exª me permite um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy — Senador Ney Maranhão, não conheço a região Nordeste nem a ação do DNOCS, desde sua criação, em 1902, tão bem como V. Exª Segundo informa a imprensa, um poço artesiano, para ser aberto por empresas privadas que tratam desse assunto custaria aproximadamente 100 milhões de cruzeiros, enquanto o DNOCS realiza essa operação por preços em torno de 15 a 30 milhões de cruzeiros a unidade, possivelmente dependendo da complexidade da

obra e da dificuldade de realizá-la. Se de fato há empresas privadas que realizam a prospecção de poços artesanais ao preço de 100 milhões de cruzeiros, há um mercado para isso; se o DNOCS também realiza essas obras; se a necessidade da realização de abertura de poços artesanais é muito grande — dado o problema da seca no Nordeste e a sua extensão —, então, obviamente, coloca-se a questão da prioridade: onde devem ser abertos os poços em primeiro lugar? Que política deveria ter o DNOCS para cobrar um preço, digamos, subsidiado? Qual é o critério para se abrir poços em determinado lugar e não abrir em outro? Há, efetivamente, da parte do DNOCS, uma sistemática de avaliação da relação custo/benefício social de cada obra? Se há, por exemplo, 100 possíveis poços para serem abertos (todos a um preço de 30 milhões de cruzeiros), obviamente, alguns deles irão beneficiar um número muito maior de pessoas do que outros ou irão beneficiar atividades produtivas de muito maior relevância do que outros. Nas reportagens da revista **Veja**, da **Folha de S. Paulo**, bem como de outros órgãos de imprensa, foram apresentados alguns aspectos da questão, dentre eles o fato de que diversos poços foram abertos por solicitação de alguns políticos — Deputados e Senadores; em alguns casos, em número significativo de seis ou oito poços ao longo dos últimos dois ou três anos. Houve casos, até, de poços artesanais abertos para servir a piscinas ou para outras atividades não prioritárias, já que não atendem a um grande número de pessoas nem a atividades produtivas de grande alcance social, como a irrigação, que poderia estar viabilizando a agricultura e o direito de sobrevivência e bem-estar de centenas ou milhares de famílias de trabalhadores agrícolas. Com isso, prezado Senador Ney Maranhão, é natural que tenha surgido um grande movimento de protesto contra esses abusos.

O SR. NEY MARANHÃO — Concorde com V. Exª

O Sr. Eduardo Suplicy — É importante que o Congresso Nacional reflita a respeito de como corrigir esses procedimentos e como fazer com que um organismo como o DNOCS tenha uma atuação clara e transparente na escolha de prioridades, porque me parece que isso não ocorre. A imprensa registra também que, ontem, na fila de votação, o Ministro do Desenvolvimento Regional, Senador Alexandre Costa, disse que, se fosse no Sul, não teria havido esta grita, porque, lá, quando se abre uma estrada ou se realiza uma obra pública não se procura verificar quem está sendo beneficiado. Ora, Senador Ney Maranhão, os mesmos critérios que avalio sejam importantes para a definição de obras públicas no Nordeste devem ser válidas para todo o País: a questão da escolha de prioridades e a relação custo/benefício para definir o que fazer. O Presidente Itamar Franco, diz a imprensa, está por enviar mensagem ao Congresso Nacional modificando a Lei Orçamentária para 1993, recém-aprovada. Parece que o Presidente da República quer modificar, inclusive, o que foi definido por parlamentares. Se houver uma clareza de definição sobre o que pretende o Executivo, se as alterações vão resultar em investimentos que impliquem benefícios sociais muito maiores dos que os custos, em comparação com a proposta inicial dos Parlamentares, creio que teremos que examinar isso com atenção. Temos tido, na história dos investimentos e gastos governamentais, uma situação que deixa muito a desejar, um procedimento pouco transparente. Então, V. Exª tem razão ao dizer que a imprensa, ao revelar esses fatos, na verdade, chama a atenção para algo que precisa ser corri-

gido. No caso da sua propriedade, V. Exª mostra que um número significativo de pessoas está sendo beneficiado em função do poço artesiano aberto. Não conheço de perto para poder avaliar em toda a sua extensão...

**O SR. NEY MARANHÃO** — V. Exª, que vai a Pernambuco, amanhã, com o Presidente do seu partido, passará, coincidentemente — se for de automóvel para Garanhuns e Caetés — na frente da propriedade.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Então, vou ver se o ônibus pára lá.

**O SR. NEY MARANHÃO** — E terei um enorme prazer, se V. Exª tiver um tempinho, de convidá-lo a comer um bode comigo, quando poderá examinar, com a seriedade com que cumpre seu mandato, se estou dizendo alguma coisa errada.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Concluindo, Senador Ney Maranhão, V. Exª, que tem uma relação de respeito, de amizade e de franqueza com os parlamentares do PT, inclusive com o Deputado José Genoíno, que tem tido o cuidado de levantar essa questão perante a Câmara dos Deputados e, também, perante o Presidente Inocêncio Oliveira, está percebendo que há um forte sentimento da opinião pública no sentido de que é preciso corrigir os critérios de definição do uso dos recursos que são do povo. Muito obrigado.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Senador Eduardo Suplicy, meu caro amigo, ouvi atentamente o aparte de V. Exª

No Nordeste não existe seca. Seca que conheço é no Saara, na Somália, é no deserto do Chile, no deserto Negev, e não no Nordeste. José Américo de Almeida, grande Ministro de Getúlio Vargas, naquela época, já dizia: "O Nordeste não precisa de esmolas; precisa apenas pegar o rio São Francisco para molhar as suas terras calcinadas pelas secas para tornar-se a Califórnia da América do Sul, abastecer o Brasil e exportar para o mundo". Dessa forma, não haveria a necessidade da elaboração, por V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, de um projeto de renda mínima para o Nordeste. Se os governos anteriores tivessem ouvido o que disse José Américo de Almeida, naquela época, nos anos 30, e elaborado uma política de irrigação para o Nordeste, não teríamos, hoje, 400 mil hectares de terra irrigada, mas, sim, 10 milhões de hectares.

V. Exª sabe o que está acontecendo nessas áreas irrigadas de Petrolina e naquelas áreas onde não existe miséria? O que existe, Senador Eduardo Suplicy, são erros, que têm de ser consertados.

Quem não se lembra das "barragens sonrisal"? Quando batia a chuva, o cimento sumia, desaparecia a barragem e a água ia embora. Era o resultado do furto, da safadeza, da ladroagem. Mas o povo está tomando consciência dessa situação.

Veja, por exemplo, Senador Eduardo Suplicy, o problema do DNOCS. V. Exª sabe que as verbas do DNOCS, destinadas à perfuração de poços artesianos, são ínfimas; tenho certeza de que se o DNOCS tivesse verbas suficientes a sua prioridade seria a de perfurar poços nas áreas públicas. Mas não há verbas, e as que tem são pequenas, portanto, o pessoal está parado, as máquinas ficam ociosas, fazendo com que se dê prioridade, então, à perfuração de poços nas áreas particulares. O que também está errado.

Nesse sentido, nós, do Congresso Nacional, devemos elaborar uma lei. O subsolo não é de ninguém, é da coletividade.

Então, a água de um poço, mesmo particular, deve servir à coletividade. O principal problema é a falta de verbas para reposição de peças para máquinas quebradas, que são máquinas caríssimas. Com esses poços perfurados em área particular, são essas pessoas que financiam as peças de reposição para as máquinas, permitindo o seu funcionamento. Assim, pelo menos, os poços estão jorrando água — se é para particular ou se é para o público não podemos afirmar — e alguém vai bebê-la. Agora, temos que ajustar essa lei; mas não podemos é misturar o joio ao trigo. É para isso que quero chamar a atenção de V. Exª

Tenho certeza de que muitos fizeram esses poços na maior boa-fé, como este Senador, porque essa água é para beneficiar a coletividade, não é para mim; mas fui pego e levei a culpa sem tê-la.

Mas o que acontece, Senador Eduardo Suplicy? A primeira notícia é a que fica. Hoje, estou escrevendo uma carta para a revista *Veja*, cujo texto solicito seja transcrito nos Anais do Senado.

Passo à sua leitura:

"Caro Redator-Chefe:

É dever de quem pratica um jornalismo sério não brincar com informação, nem omitir dados para buscar o sensacionalismo. O poço perfurado pelo DNOCS em fazenda de minha propriedade visou apenas o abastecimento d'água dos trabalhadores e, sobretudo, o fornecimento de água potável para os quase cem alunos da escola que funciona na fazenda. Para informar melhor os "jornalistas" desta redação e os leitores, gostaria de dizer que para o abastecimento da casa sede é feito através de água proveniente de uma mina d'água — que é insuficiente; no verão, falta água até na casa grande. Os animais têm à disposição uma lagoa de água salobra, com mais de 6 hectares de lâmina d'água. Por solicitação dos moradores da fazenda e dos alunos, encomendei o poço ao DNOCS. Como a água produzida não se presta ao consumo humano, tornarei a pedir nova perfuração ao órgão. Se a *Veja* estiver interessada, qualquer um de seus funcionários poderá encontrar em meu gabinete, no Senado Federal, cópias do abaixo-assinado dos mais de 200 moradores. Assim como poderá verificar na fazenda a destinação que se daria à água do poço perfurado pelo DNOCS. Acreditando ainda na seriedade dessa revista, aguardo a publicação da carta no menor prazo possível, como prescreve a lei."

Vou, ainda hoje, ligar para a redação da revista e pedir-lhes que publiquem esta carta. Mas a notícia primeira que saiu, inclusive com a minha fotografia, informando que pedi o poço para abastecer o gado que tenho em minha propriedade, já foi lida por muitas pessoas, e isso prejudica minha imagem. Quem não deve não teme. Por isso vim à tribuna dar uma satisfação não só aos meus Pares mas também ao povo. Como representante do povo pernambucano, com muito orgulho, nesses 40 anos, tenho uma imagem a preservar.

Portanto, agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, a paciência de Jó, pois já ultrapassei muito o tempo regimental.

Solicito, também, a transcrição desses documentos nos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NEY  
MARANHÃO EM SEU DISCURSO:**

Caro redator-chefe:

É dever de quem pratica um jornalismo sério não brincar com informação nem omitir dados para buscar o sensacionalismo. O poço perfurado pelo DNOCS em fazenda de minha propriedade visou apenas o abastecimento d'água dos trabalhadores e, sobretudo, o funcionamento de água potável para os quase 100 alunos da escola que funciona na fazenda. Para informar melhor os "jornalistas" desta redação e os leitores, gostaria de dizer que para o abastecimento da casa-sede é feita através de água proveniente de uma mina d'água. Os

animais tem à disposição uma lagoa de água salobra com mais de seis hectares de lâmina d'água. Por solicitação dos moradores da fazenda e dos alunos encomendei o poço ao DNOCS. Como a água produzida não se presta ao consumo humano, tornarei a pedir nova perfuração ao órgão. Se a Veja estiver interessada, qualquer um de seus funcionários poderá encontrar em meu gabinete do Senado Federal cópias do abaixo-assinado dos mais de 200 moradores. Assim como poderá verificar na fazenda, a destinação que se daria à água do poço perfurado pelo DNOCS. Acreditando ainda na seriedade dessa revista, aguardo a publicação da carta no menor prazo possível, como prescreve a lei. — Ney Maranhão. — Senador da República.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS  
DIRETORIA DE ENGENHARIA RURAL**

Orçamento estimativo de poço denominado C. MARANHÃO  
Solicitado por \_\_\_\_\_  
Município de \_\_\_\_\_ Distrito VITÓRIA ST. ALTA  
Perfuração do poço tubular com \_\_\_\_\_ m de profundidade, para revestimento com tubos de \_\_\_\_\_ " de acordo com a tabela de Preços Unitários em vigor.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT.	UNID.	UNITÁRIO (Cr\$)	P. TOTAL (Cr\$)
Perfuração no cristalino em 8" "	30	M	12.005,57	360.166,71
Perfuração no sedimento e outros materiais em 6" "	40	M	11.442,77	457.710,8
Teste de Bombeamento	10	M	3.301,17	33.011,7
Desenvolvimento	10	M	3.301,17	33.011,7
Sub Total (1)				823.890,98
Desconto para zona rural				205.982,48
Sub Total (2)				617.908,50
Locação		ULD	101.642,11	101.642,11
Instalação Perfuratriz		ULD	62.139,27	62.139,27
Instalação compressor		ULD	62.139,27	62.139,27
Instalação Carro-Pipa				
Transporte perfuratriz	350	km	2.395,82	838.537,0
Transporte compressor	350	km	2.395,82	838.537,0
Transporte carro-pipa				
Transporte Unid. bombeamento	350	km	2.395,82	838.537,0
Aplicação do revestimento	20	M	2.071,15	41.423,0
Crivagem				
Sub Total (3)				1.500.901,56

DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT.	UNID.	UNITÁRIO (Cr\$)	P.TOTAL (Cr\$)
Revestimento em _____ "				
Filtro				
Pré-Filtro (cas. selecionados )				
Preparo e aplicação de concreto				
Para isolamento do poço				
Análise físico químico completa da água.				
Tampa do poço				
Sub Total (4)				
Total Geral = (1) ou (2) + (3) + (4) =				2.844,23,05

\* Preço de mercado

NOTA: O desconto de 30% na zona rural, incidirá somente nos itens:  
perfuração, teste de bombeamento e desenvolvimento;

04, 02, 92

Assinatura do resp. pelo cálculo

Concordo com o valor estimado deste orçamento

Assinatura do proprietário

Obe: Cam... do ...

⇒ R\$ 2.844,23,05

*Durante o discurso do Sr. Ney Maranhão, o Sr. Jonas Pinheiro deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) — Os documentos serão transcritos, de acordo com o pedido de V. Exª

Nesta oportunidade, queremos também trazer a V. Exª a nossa solidariedade pelo seu pronunciamento e fazer um apelo à imprensa brasileira, em especial à revista *Veja*, para que dê acolhida ao documento de V. Exª, e para que pare, de uma vez por todas, com esse tipo de infâmias e calúnias que, sem nenhuma averiguação profunda, tem deturpado a imagem dos nossos Congressistas.

Gostaria de expressar a minha solidariedade, os meus sentimentos, num reconhecimento de que V. Exª, realmente, tem prestado, com a sua atuação no Congresso Nacional, grandes serviços ao Estado de Pernambuco e ao Brasil. Conte V. Exª com o nosso apoio.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Partindo de um Senador que hoje representa um Estado tão importante, e do qual foi Governador, muito me orgulho e fico muito sensibilizado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** (PP — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, terminamos, enfim, de cumprir a inútil campanha do plebiscito, inutilidade contra a qual me venho batendo desde o primeiro dia do exercício do meu mandato. Não se saiu bem a classe política, porque a realidade nua e crua é que a grande maioria do povo, desde a primeira hora, demonstrou que havia metas mais importantes, outras reformas substanciais necessárias e possíveis. Denunciei-o, continuo denunciando e denunciarei, constantemente, pois, antes de fazer política por fazê-lo, de fazer política pelo poder, administrar, trabalhar é preciso!

Sinto, diante da evidência dos fatos, que a primeira de todas as reformas, a prioritária, a reforma de base é a do sistema partidário. Tivesse o Senhor Presidente da República se dedicado a ela desde a primeira hora de seu Governo, para — com a colaboração do Congresso — colocá-la dentro do sentido dos princípios constitucionais, teria conseguido a governabilidade que parece estar à beira do abismo.

Apegaram-se os políticos ao sentido gramatical das primeiras palavras do art. 17 da Constituição e fundaram, com a permissão de lei inconstitucional, essa pluralidade de partidos, que atuam inconstitucional e ditatorialmente! A vida política, do poder pelo poder, vinte e quatro horas por dia, durante todos os dias do mandato dos representantes do povo, é um somatório de atos inconstitucionais desde a sua raiz!

Anteontem lembrei, aqui no Senado, o fato de ter Juscelino — até ele, o grande Juscelino — iniciado sua campanha para voltar ao poder no momento exato em que passou a faixa a seu trêfego sucessor. Dali saiu ele com enorme comitiva, que o glorificava com faixas, vivas e gritos de “Juscelino 66”, deixando Jânio Quadros boquiaberto ao iniciar o seu governo. Por isso, só por isso, cassaram-lhe os direitos políticos — imposição pessoal de Costa e Silva.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, administrar é preciso! A crise brasileira é gravíssima! Tão grave que já nos acostumamos a ela.

A minha geração, que sentiu a 2ª Guerra nas carnes, viu a Alemanha e o Japão renascem das cinzas e se transfor-

marem em alguns dos cinco países mais ricos do mundo. Fruto da administração de seus políticos e de seu povo! Políticos que souberam construir normas por meio das quais seus países são bem dirigidos. Políticos que souberam sacrificar seus interesses pessoais pelos interesses de suas pátrias! Políticos que tiveram estadistas para conter a ganância dos ambiciosos, pelo bem do povo. Políticos que agiam mais e faziam menos discursos demagógicos; que eram sinceros e sem essa demagogia latina dos que vivem gritando pela democracia, pelos direitos humanos, pela igualdade, pela fraternidade, quando constroem leis e praticam a ditadura dos partidos e depois criam condições para a sua pulverização, o que tira a legitimidade da representação e a governabilidade de qualquer governo!

Presidencialismo ou parlamentarismo, ou qualquer outro “ismo” que queiram inventar, evidentemente não podem se sustentar com essa pluralidade partidária, sem disciplina e sem nenhum compromisso de fidelidade ao que foi acertado hoje para ser feito amanhã. Qualquer fato novo é motivo de rompimento e o Governo não tem como efetivar nenhum plano que esboce.

Dai o troca-troca de promessas e favores; e o fisiologismo que a oposição, quando na oposição, profliga, e a situação, quando na situação, pratica.

E se ninguém trabalha — porque a recessão é a regra absurda do combate à inflação e que, apesar disso, vai indo a galope —, o que podemos esperar dos políticos e de seus “suportes econômicos”, que, enquanto ninguém trabalha pesado para enriquecer a Nação, trabalham para manter suas regalias no poder; os líderes partidários, em suas lideranças; os grandes, médios, pequenos, nanicos e simples legendas de aluguel?

Esse é o nosso retrato real, e quem quiser contestar, contestará para defender a permanência do que é, para deixar ficar como está, para ver como é que fica.

O grande mal está nas lideranças reais dos partidos, dos grandes aos nanicos, que não querem perder suas chefias! Reduzir a quantidade de partidos ao número necessário para garantir o exercício democrático de uma “democracia pelos partidos” significa eliminar aquelas chefias que necessariamente têm que desaparecer! Então, eles gritam: — “É livre a criação dos partidos! Está na Constituição e fora disso é “mexicanismo”, é fascismo! Que se dane a governabilidade fascista! Preferimos a desordem, a inflação, a fome, a miséria democrática, mesmo que elas possibilitem o enriquecimento dos mais ricos e o empobrecimento dos mais pobres!”

À cegueira desses ambiciosos, respondemos: — Não é bem isso. O art. 17 da Constituição diz que é livre a criação dos partidos. Mas submete essa deusa da liberdade a determinadas condições e princípios:

“Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

I — caráter nacional (dos partidos, acrescido);

IV — funcionamento parlamentar (dos partidos, acrescido) de acordo com a lei.”

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em flagrante ofensa à Constituição, a maioria dos partidos se organiza e pratica a ditadura partidária em sua ação diuturna, principal-

mente quando está escolhendo os candidatos, de vereador a Presidente da República, o que fere a "representação" de ilegitimidade desde a sua origem. Exatamente como nas eleições a "bico de pena", antes da Revolução de 30.

Os partidos ofendem os direitos fundamentais da pessoa humana, porque são todos "fechados", quando normas de convênios internacionais, dos quais somos signatários, a Constituição e as leis ordenam e garantem que "todos os partidos devem ser abertos a todos os cidadãos". Naturalmente, eles podem e devem estabelecer normas de fidelidade partidária, e penalidades aos infiéis, que impeçam a ação da "quinta coluna" que por acaso queira infiltrar-se traiçoeiramente.

Jamais fechar suas portas a quem quer que seja, por qualquer motivo.

A lei poderia corrigir muita coisa ao estabelecer normas sobre o funcionamento parlamentar, mas não o fez, e está aí registrada essa multiplicidade de partidos, inconstitucionalmente, porque eles não têm caráter nacional (exigência constitucional) e vivem praticando a ditadura interna, o que tira toda a legitimidade da representação, de todos os que se dizem representantes do povo.

Essa situação, inconstitucional de fato, é que suporta nosso chamado Estado de Direito.

Nosso Estado tem um vício de origem: a legitimidade da representação de todos. E isto é muito grave! Foi isto que deu legitimidade à Revolução de 30.

Aí está o Poder Judiciário, com a extensão de seu poder "jurisdicente", para pôr fim à nossa crise político-partidária, pois os políticos, os líderes, os eternos candidatos não permitirão as reformas necessárias. Eles fingirão que vão fazê-las e construirão uma farsa, pois há anos privilegiados vêm fazendo isso.

Primeiro, era a mentira eleitoral, por meio das eleições a "bico de pena". Foi preciso Getúlio, com a Revolução de 30, para afastar os privilegiados que praticavam a grande mentira eleitoral. Hoje, isto é praticado dentro dos partidos, na "escolha" dos candidatos.

Não enxergam, esses privilegiados, que eles estão desafiando a vontade do povo?

Se assim é, vejo uma luz no fim do túnel: o Poder Judiciário. Um estudo deveria ser elaborado por nossos juristas — que os há no Congresso —, que não pertencem à classe dos "privilegiados" que não querem as reformas necessárias e urgentíssimas, para depois se invocar o poder jurisdicional.

Depois do pronunciamento de anteontem, feito diante de cadeia de televisão, o Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, apareceu como verdadeiro líder do momento, em defesa da governabilidade do País, em defesa necessária da honra do Senhor Presidente da República, ofendido pelo Governador Brizola.

Depois de seu brilhante pronunciamento em cadeia de televisão, S. Ex<sup>a</sup>, mais do que ninguém, poderia convocar um grupo de juristas, para tentar pôr as coisas nos eixos pois, tão claro como a luz do sol, o partido político para ser criado tem que ter necessariamente caráter nacional. Quais os partidos políticos registrados e em funcionamento que têm caráter nacional?

Aqueles que não têm, evidentemente, devem ter seus registros cassados porque ofendem a Constituição. Os eleitos por esses partidos também devem ter os seus mandatos cassados!

Foi com essa tese que o Superior Tribunal Eleitoral cassou o mandato do Partido Comunista do Brasil, ocasião em que

Carlos Prestes, Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, João Amazonas e todos os demais candidatos eleitos por aquele partido, também perderam seus mandatos.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a tese é séria e não pode deixar de ser levada em consideração, porque ninguém vai tratar de reformas sérias, urgentes e necessárias que retirem poderes de privilegiados! Essas reformas não serão permitidas por aqueles que têm o poder nas mãos: os líderes, os chefes, os donos dos partidos, os que nos comandam!

Foi por entenderem isso que os idealistas dos anos 20, 40 anos depois de proclamada a República, formaram um movimento civil chamado Aliança Liberal em busca da verdade eleitoral. Como os donos do poder não faziam as reformas, eles, os idealistas, as fizeram pelo poder das armas. E quem quer ver isso repetido hoje ou amanhã?

Ninguém!

E para que nós ou nossos filhos não assistamos à fatal rebelião do povo é que eu me dirijo, daqui desta tribuna, ao Senhor Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, para que estude aprofundadamente as linhas aqui bosquejadas, pois S. Ex<sup>a</sup> merece hastear a bandeira que lhe ofereço, como demonstrou pelo extraordinário pronunciamento feito em cadeia de televisão, pronunciamento que o consagrou definitivamente!

Ao Ministro da Justiça os meus sinceros parabéns!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLCY (PT — SP.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, os resultados parciais do plebiscito realizado ontem, dia 21 de abril, mostram que está vencendo a opção do povo brasileiro pela República: 24 milhões, 654 mil, segundo os últimos dados agora revelados, *versus* 3 milhões, 853 mil para a Monarquia. Portanto, quanto à forma de governo, a vantagem da República em relação à Monarquia é seis vezes maior!

Com respeito ao sistema de governo, parlamentarismo e o presidencialismo, os últimos dados informam que há 19 milhões, 960 mil votos para o presidencialismo *versus* 9 milhões, 786 mil para o parlamentarismo. Portanto, uma diferença aproximada de 2 para 1 em favor do presidencialismo.

Não há dúvida, Sr. Presidente, que o povo brasileiro dificilmente viria considerar para valer a volta da Monarquia. Não há entre nós uma tradição que fizesse o povo brasileiro sentir realmente saudades do imperador, do rei ou do regime monárquico. Nem mesmo a figura de um rei havia; havia diversos possíveis reis e o Congresso Nacional ainda teria que definir quem seria o futuro rei do Brasil. Além disso, muito se duvidou da legitimidade do possível monarca ou da família do imperador, pois realmente resolvemos fazer a Independência do Brasil e, na medida em que o povo brasileiro resolveu ser autônomo e independente em relação a Portugal, não haveria mais por que se pensar em termos uma Monarquia com os descendentes da família real portuguesa. Deveríamos, então, pensar em outra família para escolhermos o rei, quem sabe uma família daqueles que vieram forçados, como escravos, da África? Ou deveríamos pensar num rei descendente de Zumbi do Quilombo de Palmares? Talvez fosse mais legítimo. Ou mais legítimo ainda fosse escolher um rei descendente de um dos caciques das diversas tribos

indígenas que aqui habitam há muito mais tempo do que os portugueses que colonizaram o Brasil.

Só o pensar sobre essas questões fez com que um número realmente avassalador de brasileiros não cogitasse a hipótese de termos de volta a Monarquia.

No que diz respeito à escolha entre o presidencialismo e o parlamentarismo, avalio que a decisão levou em conta, sobretudo, o fato de que para nós é muito forte a vontade de escolhermos o principal governante para o País, e, mais do que isso, também para os Estados e Municípios.

Foi, talvez, pensando na consequência da extensão do parlamentarismo o nível estadual e depois o nível municipal que muitas pessoas se deram conta de que, estendendo-se o parlamentarismo a todos os níveis, não iríamos nem mais escolher em nosso Município o Prefeito, nem escolher em nosso Estado o Governador.

Esses argumentos fizeram com que o povo pensasse muito antes de transformar um sistema que, na verdade, na sua forma mais democrática, é relativamente novo para os brasileiros. Por quê? Se a campanha parlamentarista tantas vezes observou que, em 103 anos de regime republicano, o presidencialismo não deu certo, o fato concreto é que presidentes eleitos diretamente em eleições realmente livres foram poucos. Além disso, havia um anseio muito forte por eleições, em especial depois de quase três décadas sem escolhermos o presidente em eleições livres e diretas; diante das lembranças da campanha pelas "Diretas Já" de 1983 e 1984; diante da lembrança do que foi a campanha eleitoral para a Presidência da República, em 1989 — na verdade, a primeira grande campanha que mobilizou extraordinariamente tanto a população quanto candidatos com possibilidade de haver debates pelos meios de comunicação, sem Lei Falcão, sem procedimentos que viessem a impedir um livre debate dos candidatos e numa forma mais ampla, mais extensa do que foram as campanhas que levaram à presidência da República Jânio Quadros, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, ou o Marechal Dutra.

A campanha de 1989, especialmente após o período do regime militar, teve um caráter de ampliação da democracia, do direito de votar, inclusive com o voto dos analfabetos; o número de eleitores foi muito maior do que em qualquer outra fase da História brasileira. Por isso, senti que seria prematuro caminharmos na direção do parlamentarismo sem antes experimentarmos, por um pouco mais de tempo, o presidencialismo. Seria necessário, pelo menos, mais dois ou três mandatos, para que houvesse uma escolha mais madura. Como a decisão deu-se neste ano, optei pelo presidencialismo.

Essa também foi a opção da maioria dos filiados do Partido dos Trabalhadores, que, em 14 de março último, participaram do plebiscito interno, ou seja, no âmbito do PT, quando aproximadamente 70% votaram em favor do presidencialismo, refletindo aquele que será o resultado do plebiscito.

Mas, qual o significado do plebiscito para o Governo atual, para o Presidente Itamar Franco? Aumenta muito a sua responsabilidade diante da Nação, do povo, que espera a resolução dos seus problemas. É inegável que essa é uma consequência do resultado do plebiscito.

O Presidente Itamar Franco dispõe apenas de 20 meses de governo. Sabe-se que, nesse curto espaço de tempo, Sua Excelência não poderá resolver todos os problemas que o Brasil enfrenta; o período é curto, mas muita coisa há por fazer e pode e precisa, nesses 20 meses, ousar.

O Presidente, agora, está livre e conta com significativo apoio, ainda, da opinião pública para realizar transformações que venham caracterizar esse seu curto mandato, que, obviamente, é de transição e para fazer com que a economia brasileira retome um ritmo de crescimento positivo, razoável, que signifique esperança para todos, sobretudo para aqueles que se vêem negados a ter oportunidades de trabalho. Que possa combater a inflação, reduzindo-a significativamente; dar, efetivamente, prioridade ao combate à fome, à pobreza, da maneira mais eficaz possível; resguardar os direitos da cidadania; e fazer com que o Brasil, de 1993 para 1994, possa escolher a forma mais livre e democrática possível, coibindo-se o abuso do poder econômico. Enfim, um Presidente da República que esteja à altura das aspirações de todos que participaram deste plebiscito.

Se houve um número significativo de votos brancos, nulos ou de abstenções, isso decorre também do sentimento de tantos brasileiros que avaliaram que não seria o caso de realizar uma mudança, agora, no sistema de governo ou na forma de governo, pois outras coisas mais importantes estão por acontecer.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um breve aparte?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** — Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** — Senador Eduardo Suplicy, acho que V. Ex<sup>a</sup> tem razão, quando diz que aumenta a responsabilidade do Presidente Itamar Franco a partir do resultado desse plebiscito. Se ele não buscou esse resultado, se não fez campanha pelo presidencialismo, mas, sendo o Presidente da República, não resta dúvida de que o resultado legítimo ainda mais o seu mandato. É preciso compreender, a meu ver, que todos nós também temos maiores responsabilidades a partir de agora; não apenas o Presidente, mas o Congresso, os Líderes partidários, de modo a ajudar o Presidente Itamar Franco a cumprir esse mandato, que, como disse V. Ex<sup>a</sup>, é de transição e, em assim sendo, é peculiaríssimo. O que se está exigindo muitas vezes é que Sua Excelência resolva os graves problemas em apenas um breve mandato de transição. Então, creio que essa responsabilidade que V. Ex<sup>a</sup> coloca nos ombros do Presidente deve ser colocada nos ombros de todos nós.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** — Concorde com V. Ex<sup>a</sup>, prezado Senador Garibaldi Alves. O Congresso Nacional tem uma responsabilidade muito grande. E se for verdade que certos fatos, que caracterizaram a ação do Congresso Nacional, contribuíram para que o parlamentarismo tivesse menos força nestas eleições, nós precisamos, inclusive os que votaram no presidencialismo, observar que os defeitos do Congresso Nacional precisam ser corrigidos em qualquer que seja o sistema.

O Congresso Nacional fortalecer-se-á na medida em que as nossas ações possam ser consideradas sérias, de interesse público e que estejamos agindo no interesse maior da população.

Há notícia, hoje, Senador Garibaldi Alves Filho, de que o Presidente Itamar Franco está por encaminhar mensagem ao Congresso Nacional modificando a Lei Orçamentária de 1993, recém-aprovada. Será esta uma oportunidade de responsabilidade mútua.

Se o Presidente, ao analisar aquilo que o Congresso aprovou, observou que a aplicação dos recursos públicos não está



exatamente de acordo com o que se poderia justificar em termos de prioridades sócio-econômicas, então acho que devemos analisar isso.

Aliás, o Executivo, ao encaminhar a sua mensagem orçamentária, não respeitou certos critérios delineados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em especial a questão de se destinar recursos, proporcionalmente em 50% à população dos Estados e em 50% ao inverso da renda *per capita* de cada Estado. Seria a oportunidade para o Presidente fazer a correção, porque já veio do Executivo com problemas.

Se é verdade que algumas das prioridades delineadas pelo Congresso Nacional, melhor examinadas pelos técnicos do Executivo, não atendem às prioridades da melhor maneira possível, então vamos fazer conjuntamente uma análise de custos e benefícios sociais das diversas propostas. Se o Governo está por apresentar alguma proposta que faça mais sentido para o conjunto da população, avalio que é nossa responsabilidade examinar essa proposição. Entendo que esse é um exemplo do que possa ser essa responsabilidade mútua, que venha na direção de corrigir as falhas do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, na última terça-feira encaminhei aos Presidentes dos fundos de pensão um questionário com três perguntas, solicitando que respondessem quais razões fizeram com que o fundo de pensão, presidido por cada um deles, participasse ou não, e em que extensão, do leilão da Companhia Siderúrgica Nacional; qual o procedimento usualmente tomado pela Diretoria; quem é consultado; se os trabalhadores, se os cotistas dos fundos de pensão, ou os conselhos curadores ou de administração. E se houve tempo suficiente entre a decisão anunciada pelo Presidente Itamar Franco de permitir aos fundos de pensão, relacionados aos organismos públicos de participarem do leilão da CSN e a realização do leilão, para que o fundo, presidido por cada um deles, estivesse apto a adquirir ações daquela empresa.

Quero dizer que até esta quinta-feira já recebi — portanto, num prazo de 48 horas — três respostas: a do Dr. Sílvio Lins Nóbrega, presidente da Fundação dos Economistas Federais — FUNCEF; a do Diretor-Superintendente do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos — POSTALIS, Sr. Sinécio Jorge Greve; e a do Diretor-Superintendente da Fundação Ferroviária de Seguridade Social — REFER, Sr. Luiz Eduardo Pires e Albuquerque.

Vou fazer uma análise das respostas, possivelmente daqui a uma semana, ou na próxima segunda-feira, dia 3 de maio, para ter o conjunto de todas as respostas e poder fazer um balanço mais adequado.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que fossem registradas como parte do meu pronunciamento as respostas dadas por esses três presidentes. O Sr. Sílvio Lins Nóbrega, inclusive, disse que a Funcef participou do leilão da Companhia Siderúrgica Nacional, adquirindo 373 mil e 103 lotes, de mil ações, com um volume financeiro de Cr\$225.973.563 mil, correspondendo a 0,82% da Companhia.

A avaliação geral será feita de modo melhor, quando tiver todas as respostas.

Sr. Presidente, requeiro sejam transcritas nos Anais, como parte integrante de meu pronunciamento, essas três respostas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

#### *DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUPPLY EM SEU DISCURSO:*

##### **FUNCEF FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS**

Resposta às indagações do Senador Eduardo Matarazzo Supply

**1. Que razões fizeram com que o Fundo presidido por V. S<sup>a</sup> participasse ou não, e em que extensão, do leilão da CSN?**

Seguindo a estratégia aprovada pelo COMIN — Comitê de Investimentos desta FUNCEF, quanto à participação de empresas estatais, foi realizado um parecer pela área técnica, concluindo pela viabilidade da participação desta Fundação, utilizando títulos públicos ainda disponíveis em carteira.

Foram adquiridos 373.103 lotes de mil ações, com um volume financeiro de Cr\$225.973.563 mil, correspondendo a 0,82% da Companhia.

**2. Qual o procedimento usualmente tomado pela diretoria do Fundo de Pensão para decidir a compra de ações numa operação de vulto como a aquisição de participação acionária da CSN? É o Conselho Curador ou de Administração normalmente consultado? Há representantes dos quotistas do Fundo e dos trabalhadores da empresa neste órgão de consulta?**

Toda aquisição de ações realizada pela FUNCEF obedece, obrigatoriamente, aos seguintes procedimentos:

Parecer técnico favorável elaborado por um analista e referendado pelo Gerente de Análise, pelo Chefe da Divisão de Aplicações, pelo Diretor Financeiro e pelo Comitê de Investimentos.

O COMIN — Comitê de Investimentos é constituído pela Diretoria Executiva do Fundo, por um representante eleito da FENACEF — Federação Nacional das Associações dos Aposentados e Pensionistas da CEF, por um representante da FENAE — Federação Nacional das Associações de Pessoal da CEF e demais membros da área técnica.

**3. Houve tempo suficiente entre a decisão anunciada pelo Presidente Itamar Franco, de permitir aos Fundos de Pensão relacionados aos organismos públicos de participarem do leilão da CSN, e a realização do leilão, para que o Fundo presidido por V. S<sup>a</sup> estivesse apto a adquirir ações daquela empresa?**

Sim. A FUNCEF já vinha se preparando para participar deste leilão, estando, inclusive, com suas moedas (títulos públicos) depositadas na C.L.C. — Câmara de Liquidação e Custódia S/A para este fim.

Brasília, 22 de abril de 1993.



**FUNCEF Fundação dos Economistas Federais**

DESTINO	A/C DE:	FAX Nº:
SENADO FEDERAL	SENADOR EDUARDO SUPPLY	(061) 311-1086

ORIGEM:	DATA	TELEFONE:
FUNCEF/PRESI	22.04.93	(061) 226-4664
		FAX Nº: (061) 226-4732

Nº DE FOLHAS, INCLUINDO ESTA 02

**OBSERVAÇÕES E/OU MENSAGEM:**

EM ATENÇÃO À MENSAGEM FAC-SÍMILE DE 20.04.93, DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SENADOR EDUARDO SUPPLY, ENCAMINHAMOS, ANEXO, AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS.

**POSTALIS  
INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS  
CORREIOS E TELEGRÁFICOS**

Brasília, 22 de abril de 1993.

Excelentíssimo Senhor  
Senador Eduardo Matarazzo Suplicy  
FAX (061) 311-1086

Ass. Privatização da CSN — participação do Postalís  
Ref. Fax datado de 20 de abril de 1993.

Excelentíssimo Senador,

Em atenção ao expediente de referência, em que Vossa Excelência solicita informações deste Fundo de Pensação a respeito do leilão de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, temos a esclarecer o seguinte:

1. O Postalís não participou do referido leilão, em decorrência de elevados investimentos já concretizados no segmento de siderurgia, assim como pelo fato de o processo de privatização estar, na ocasião, muito confuso/conturbado.

2. Qualquer operação financeira realizada pelo Postalís é precedida de estudos e avaliações pelos técnicos da área de investimentos do Instituto (por vezes com o apoio de avalia-

ções externas) e posteriormente aprovada pela Diretoria Executiva. São também realizados contatos e consultas prévias a outros Fundos de Pensão.

O Conselho de Curadores não é consultado a respeito do investimento que, no entanto, é realizado em consonância com o Plano de Aplicação do Patrimônio, por ele aprovado a cada exercício.

De se ressaltar que todos os membros dos órgãos colegiados do Postalís (Diretoria Executiva, Conselho de Curadores e Conselho Fiscal) são também Participantes do Instituto e empregados das Patrocinadoras (há, no Conselho Fiscal, um representante dos aposentados).

3. Decisões dessa natureza e importância normalmente são tomadas com maior antecedência. No caso específico da privatização da CSN, o Postalís já havia decidido não participar.

Na expectativa de que as informações ora apresentadas atendam ao solicitado por Vossa Excelência, subscrevemo-nos,

Cordialmente, — **Sinecio Jorge Greve**, Diretor-Superintendente.

**CRT**  
**DISUP** FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURANÇA SOCIAL - REFER

FAX: Nº (061) 311-1086 DATA 22/04/93

Nº DE FOLHAS 03 (INCLUINDO COPIA)

DESTINATÁRIO SENADO FEDERAL

ATENÇÃO DE SENADOR EDUARDO M SUPLYCY

REF LEILÃO DA CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL (REFER)

*[Assinatura]*  
MARCESSA KAPLUN  
Ass. Juríd. de Diretoria

SE HOUVER ALGUM PROBLEMA NA RECEPÇÃO DESTA MENSAGEM  
ENTRAR EM CONTATO PELO TELEFONE: 021-2639761

Brasília, 20 de abril de 1993.

Ilmo Sr.

Luiz Eduardo Pires e Albuquerque

Presidente da Refer — Fundação Rede Ferroviária de Segurança Social

Senhor Presidente;

Em virtude da polêmica surgida desde a realização do leilão da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), pelo fato de o Presidente Itamar Franco só ter permitido a participação dos Fundos de Pensão ligados às diversas estatais e organismos financeiros oficiais dois dias antes da data marcada, solicito, se possível, enviar-me até quinta-feira, pela manhã (Fax 061-311-16) esclarecimentos sobre as seguintes indagações:

1. Que razões fizeram com que o Fundo presidido por V. Sª participasse ou não, e em que extensão, do leilão da Companhia Siderúrgica Nacional?

2. Qual o procedimento usualmente tomado pela diretoria do Fundo de Pensão para decidir a compra de ações numa operação de vulto como a aquisição de participação acionária da CSN? É o Conselho Curador ou da Administração normalmente consultado? Há representantes dos quotistas do Fundo e dos trabalhadores da empresa nestes órgãos de consulta?

3. Houve tempo suficiente entre a decisão anunciada pelo Presidente Itamar Franco, de permitir aos Fundos de Pensão relacionados aos organismos públicos de participarem do Leilão do CSN, e a realização do Leilão, para que o Fundo presidido por V. Sª estivesse apto a adquirir ações daquelas empresas?

Na medida em que estas questões estão sendo feitas simultaneamente aos presidentes dos maiores Fundos de Pensão relacionados às instituições oficiais, V. Sª compreenderá a

importância de ter o Congresso Nacional as respostas o mais rápido possível.

Atenciosamente, — Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

CRT/0025-93/DISUP

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1993.

Exmº Senhor

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

Senado Federal

Brasília — DF

Assunto: — Leilão da Companhia Siderúrgica Nacional

Senhor Senador

Em atenção à carta de 20 de corrente pela qual V. Sª nos solicita esclarecimentos sobre a participação da REFER no leilão da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), vimos informar o seguinte:

**Quesito 1**

Uma vez, na ocasião, não foi considerado entre as alternativas de investimetnos da Fundação.

**Quesito 2**

O Plano de Aplicação do patrimônio da REFER é aprovado por seu conselho de Curadores no qual tem assento representante eleito pelos empregados das Patrocinadoras.

**Quesito 3**

Prejudicado.

Colocando-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, renovamos a V. Exª protestos de consideração e de apreço.

Atenciosamente, — Luiz Eduardo Pires e Albuquerque, Diretor-Superintendente.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) — V. Exª será atendido na forma do Regimento Interno.

Esgotou-se hoje o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da inclusão em Ordem do Dia, da Emenda da Câmara ao Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1993, de autoria do Senador César Dias, que regulamenta a indicação de Ministros do Tribunal de Contas da União pelo Congresso Nacional.

A matéria foi aprovada em apreciação conclusiva pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O projeto vai à promulgação.

É o seguinte o texto final aprovado:

**TEXTO FINAL APROVADO PELA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA  
E CIDADANIA,  
EM SUA REUNIÃO DE 17 DE MARÇO DE 1993**

(A Comissão esclarece que *procedeu a algumas alterações de redação no texto, com a finalidade de escoimar defeitos de técnica legislativa.*)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1993**

**Regulamenta a escolha de Ministros do Tribunal  
de Contas da União pelo Congresso Nacional.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A escolha dos ministros do Tribunal de Contas da União, a que se refere o art. 73, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, ocorrerá dentre brasileiros que preencham os seguintes requisitos:

I — mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

II — idoneidade moral e reputação ilibada;

III — notórios conhecimentos em uma das seguintes áreas:

- a) jurídica;
- b) contábil;
- c) econômica;
- d) financeira, ou
- e) de administração pública.

IV — mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

Art. 2º As vagas abertas na composição do Tribunal de Contas da União, a que se refere o caput do art. 1º deste decreto legislativo, serão preenchidas, na ordem estabelecida no art. 105, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, mediante iniciativa, alternadamente, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

§ 1º No prazo de cinco dias úteis, contado da notícia da abertura de vaga na composição do Tribunal de Contas da União, dar-se-á a habilitação de candidato indicado pelas lideranças da Casa.

§ 2º A indicação será instruída com o *curriculum vitae* do candidato e submetida à Comissão competente após a leitura em plenário.

§ 3º A Comissão convocará o candidato para, em prazo não superior a três dias úteis, contado do recebimento da indicação, ouvi-lo em arguição pública.

§ 4º Será pública a sessão de arguição do candidato e secreto o voto, vedada a declaração ou justificação, exceto quanto ao aspecto legal.

Art. 3º A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados submeterão à apreciação, do Plenário da respectiva Casa, projeto de decreto legislativo aprovando a escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União.

§ 1º O parecer da Comissão deverá conter relatório sobre o candidato e elementos informativos necessários ao esclarecimento do Plenário.

§ 2º O parecer, com o projeto de decreto legislativo, será apreciado pelo Plenário, em sessão pública e votado por escrutínio secreto.

Art. 4º O candidato escolhido por uma Casa será submetido à aprovação da outra, em sessão pública e mediante votação por escrutínio secreto.

Parágrafo único. Considera-se escolhido o candidato que lograr a aprovação de ambas as Casas do Congresso Nacional.

Art. 5º O nome do Ministro do Tribunal de Contas da União, escolhido pelo Congresso Nacional, será comunicado, mediante Mensagem ao Presidente da República, para o fim do disposto no art. 84, inciso XV, da Constituição Federal.

Art. 6º A primeira escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União, de competência do Congresso Nacional, dar-se-á por iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Art. 7º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) — A Presidência comunica ao Plenário que não foram designadas matérias para a Ordem do Dia da sessão ordinária de amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) — Nada mais havendo a tratar, está encerrada sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h35min.)

**ANEXO À ATA DA 13ª REUNIÃO (DE TRABALHO) DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR A SITUAÇÃO ATUAL DA EVASÃO FISCAL NO PAÍS, REALIZADA EM 5-11-92, NA SALA 6, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

Presidente: Senador Ronan Tito

Vice-Presidente: Senador Meira Filho

Relator: Senador Jutahy Magalhães

(Íntegra de acompanhamento taquigráfico.)

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**

**Criada através do Requerimento nº 935, de 1991, "destinada a investigar a situação atual da evasão fiscal no País".**

**Ata da 13ª Reunião realizada  
em 5 de novembro de 1992**

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e dois, na sala nº 6, da Ala Senador Nilo

Coelho, presentes os Senhores Senadores: Ronan Tito (Presidente), João Calmon, Esperidião Amin e Beni Veras, reúne-se à Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "investigar a situação atual da evasão fiscal no País". O Senhor Presidente, Senador Ronan Tito, declara abertos os trabalhos da Comissão e informa que devido à sobreposição de horários da reunião ordinária em pauta com os trabalhos que tratam do processo do Presidente afastado Fernando Collor de Mello, não será possível a realização daquela reunião de trabalho. Em seguida, o Senhor Presidente submete à Comissão a convocação na próxima quinta-feira dos Srs. Aloysio Biondi e Abílio dos Santos Diniz. O Senhor Presidente convida os presentes para o depoimento do Sr. Luiz Felipe Kunz Netto, empresário do setor de bebidas, a realizar-se na terça-feira próxima, às 15 horas. Esclarece que o depoente tem revelações muito importantes para a CPI, pois não se trata de denúncia, de firma de casos individuais, mas de todo um setor da maior ais. O Senhor Presidente salienta ainda que o setor de bebidas quentes possui uma alta tributação, chegando a 100%, e que o uso e abuso dessa comercialização está se generalizando e tornando inviável a vida dos empresários que pretendem recolher os tributos, tendo em vista a alta taxa de tributos que incide sobre o produto. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, agradecendo a presença dos Srs. Senadores e da Assessoria, encerra os trabalhos e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada irá a publicação com o apanhamento taquigráfico que faz parte integrante desta ata.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Declaro aberta a reunião.

Os Senadores, neste instante, deveríamos ter uma reunião ordinária da CPI da Evasão Fiscal. No entanto, com o processo do Presidente afastado Fernando Collor, tenho a obrigação de fazer um relatório sobre as declarações do Senhor Presidente da República afastado. Como há uma sobreposição de horários e como, neste momento, parece-me mais importante que eu esteja lá, apenas quero submeter aos Srs. Senadores aqui presentes que, na próxima quinta-feira, esta CPI possa convocar Aluísio Biondi e Abílio Diniz.

Se V. Ex<sup>as</sup> estiverem de acordo, determinarei à Secretária que faça as convocações, ofereça as passagens ao Sr. Aluísio Biondi e pergunte ao Sr. Abílio Diniz se há necessidade de emissão de passagem. (Pausa.)

Convido-os também para uma reunião na terça-feira próxima, às 15 horas, quando o Dr. Luís Felipe Courson deverá prestar o seu depoimento a convite da Presidência. O Dr. Luís Felipe Courson tem revelações muito importantes para esta CPI, pois que não se trata de uma denúncia, de uma firma de casos individuais, mas de todo um setor da maior importância para a arrecadação de tributos federais.

O setor de bebidas quentes tem uma alta tributação, que chega a 100% a 144% de IPI. Segundo declarações prestadas a mim pelo Dr. Luís Felipe, o uso e abuso dessa comercialização está se generalizando e tornando inviável a vida dos empresários que pretendem recolher os tributos, tendo em vista a alta taxa de tributos que incide sobre o produto.

Assim sendo, agradeço a presença dos Srs. Senadores, da Assessoria e declaro encerrada esta reunião, convidando os Srs. Assessores para que estejam conosco na sessão secreta agora, para examinar as declarações de rendas e de bens do Sr. Fernando Collor de Mello e do Sr. Cláudio Vieira.

Está encerrada a reunião.

#### Ata da 14ª Reunião realizada em 10 de novembro de 1992

Aos dez dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e dois, na sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores: Magno Bacelar, Ronan Tito (Presidente), João Calmon, Beni Veras, Jutahy Magalhães (Relator) e Elcio Álvares, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "Investigar a Situação Atual da Evasão Fiscal no País". Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Ronan Tito, declara abertos os trabalhos da Comissão e convida o Sr. Senador João Calmon para ser relator *ad hoc* da reunião. Em seguida, o Senhor Presidente solicita ao depoente, Dr. Luiz Felipe Kunz Netto, Empresário do Setor de Bebidas, que procede o juramento. O Senhor Presidente faculta a palavra ao depoente para fazer sua explanação. O depoente denuncia a intensa sonegação no setor de bebidas no Estado do Rio Grande do Sul, inviabilizando totalmente assim, esse setor. A presidência concede a palavra ao relator *ad hoc*, Sr. Senador João Calmon, para fazer suas indagações. Reassume a relatoria o Sr. Senador Jutahy Magalhães. Em seguida, é concedida a palavra ao relator, Sr. Senador Jutahy Magalhães, para fazer seu questionamento. Na fase interpelatória usa a palavra o Senhor Senador Beni Veras. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, convidando todos os presentes para o depoimento do Sr. Abílio dos Santos Diniz, Vice-Presidente do Executivo do Grupo Pão de Açúcar, a realizar-se na quinta-feira às 10:00 horas e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada irá a publicação com o apanhamento taquigráfico que faz parte integrante desta ata.

*ANEXO À ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR A SITUAÇÃO ATUAL DA EVASÃO FISCAL NO PAÍS, REALIZADA EM 10-11-92 NA SALA 6, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, COM O OBJETIVO DE OUVIR O DEPOIMENTO DO SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO, EMPRESÁRIO DO SETOR DE BEBIDAS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.*

Presidente: Senador Ronan Tito

Vice-Presidente: Senador Meira Filho

Relator: Senador Jutahy Magalhães

(Íntegra de acompanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Declaro aberta a reunião.

Convido o nobre Senador João Calmon para ser o relator *ad hoc* desta reunião.

A Presidência convida o Sr. Luís Felipe Kunz Netto para tomar assento à mesa.

O Sr. Luís Felipe Kunz Netto é técnico em contabilidade, empresário do setor de bebidas desde os 17 anos, ex-gerente e ex-diretor da empresa Bebidas Morumbi S/A. Em 1977, foi gerente da empresa Rio Malte Indústria de Bebidas Ltda., em Porto Alegre, até 1988, quando esta encerrou suas atividades. Em 1985, adquiriu a empresa de bebidas Embel Ltda., que funciona até hoje, sendo seu proprietário. Condecorado pelo Exército, em 1959, pelo Ministro da Guerra, com a medalha Marechal Hermes.

Sr. Luís Felipe Kunz Netto, o Regimento obriga que cada depoente, antes de prestar o seu depoimento, submeta-se ao juramento.

Solicito aos presentes que se coloquem de pé.

O SR. LUÍS FELIPE KUNZ NETTO — “Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar a situação atual da evasão fiscal no País.”

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Sr. Luís Felipe Kunz Netto, a sistemática dos trabalhos e de depoimentos normalmente funciona com uma breve exposição do depoente e, em seguida, é aberto o microfone para aqueles Senadores que quiserem fazer perguntas a V. Ex<sup>a</sup>

Concedo a palavra ao Sr. Luís Felipe Kunz Netto.

O SR. LUÍS FELIPE KUNZ NETTO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desde 1988, estamos denunciando às autoridades federais e estaduais a intensa sonegação que está ocorrendo no setor de bebidas no Estado do Rio Grande do Sul, inviabilizando totalmente o setor. Dez empresas já fecharam, outras arrendaram o estabelecimento e outras estão sendo varridas do mercado consumidor, baseado num violento e criminoso **dumping** predatório que está sendo patrocinado por intensa sonegação de IPI e ICS. Os impostos representam, na área de bebidas de 100 a 144%, dependendo do produto. Isso permite que as empresas que sonegam dêem descontos em cima desses impostos, quando vendem a mercadoria sem nota, de 30, 40, 50% e algumas, até, de 100%, o imposto integral, inviabilizando totalmente as demais empresas que querem trabalhar corretamente e não conseguem.

Estamos numa situação, realmente, desesperadora e em pânico. Empresas vinícolas estão falindo, as que ainda não foram, estão indo a qualquer momento; as cooperativas estão quebrando. Estou denunciando isso desde 1988, por escrito, às autoridades, inclusive sugerindo medidas que já podiam estar corrigindo esse problema, porque o **dumping** predatório não se corrige com multas. A empresa sonegadora ao ser multada, sonega mais ainda para pagar a multa, isto quando paga, porque normalmente não paga. O próprio Superintendente da Receita Federal, em Porto Alegre, confidenciou-me que não adianta mais multar as empresas porque elas não pagam. Portanto, estamos aqui, perante o Governo, para solicitar que seja organizado imediatamente um grupo de trabalho com as empresas que querem auxiliar o Governo a solucionar esse problema, contando com a presença de um representante da Receita Federal e do CADE, do Ministério da Justiça. Nas dificuldades de fiscalização, os fiscais de ICM da Receita Federal poderiam auxiliar. A situação, realmente, está tão grave que não temos outra saída a não ser denunciar — o que fiz ontem — na Procuradoria-Geral da República, como crime de prevaricação, ou condescendência criminosa, as seguintes autoridades: Romeu Tuma, ex-Secretário da Receita Federal em Brasília; Sr<sup>a</sup> Cely Depine Delduque, Chefe da Fiscalização do Setor da Receita Federal em Brasília; os Superintendentes da Receita Federal de Porto Alegre; Flávio Ozório Marques, ex-Superintendente; Antônio Gilberto da Costa, também ex-Superintendente; Luiz Jair Cardoso, atual Superintendente e Ademir da Silva Oliveira, também Superintendente Adjunto da Receita Federal de Porto Alegre. Denuncio, também, o Sr. Nino de Freitas Martine, Delegado

da Receita Federal de Porto Alegre e o Sr. José Delchiario, que foi Secretário da Secretaria Nacional do Direito Econômico do Ministério da Justiça. Todas essas autoridades, desde 1990, estão a par dessa situação. Os superintendentes da Receita Federal, desde 1988, estão a par dessas denúncias e não tomaram providências. Essa é a razão dessa denúncia como crime de prevaricação e condescendência criminosa.

Quero, também, estender essa denúncia aos Srs. José Ernesto Pascoto, César Chemer, Orion Erter Cabral, Secretários da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul; Ênio Lopes Fraga, Superintendente da Administração Tributária do Rio Grande do Sul e Dr. Alécio Lovato, Promotor da Justiça que está atuando junto à fiscalização estadual do Estado do Rio Grande do Sul. Todas essas autoridades souberam e nada fizeram; omitiram-se totalmente, não tomaram as providências que deveriam ser tomadas. Por isso, faço essas denúncias.

As denúncias dos Superintendentes — Dr. José Delchiario e Dr. Ronino de Freitas Martins — e do delegado Romeu Tuma foram feitas ontem a Procuradoria-Geral da República. Tenho aqui o protocolo; vou passá-lo às mãos do Presidente, Senador Ronan Tito.

Estou a disposição para as perguntas que quiserem formular.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Ofereço ao Sr. Senador João Calmon a opção de fazer perguntas ao Sr. Luís Felipe Kunz Netto.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Presidente, Senador Ronan Tito, ilustre depoente:

A sua corajosa denúncia coincide com a publicação na edição desta semana da Revista **Exame** de uma reportagem de capa com esse título:

“A Revolta contra os Impostos”.

“Cansadas de dar dinheiro ao Governo, dezenas de empresas estão recorrendo à Justiça para não pagar o Fisco. Do Finsocial ao Imposto de Renda, os processos somam 21 bilhões de dólares.”

Devido a reportagem ser longa, eu focalizaria algumas manchetes:

“O Fisco perde, por ano, 2 PIB do Chile.”

“Só 10 mil empresas respondem por 84% da receita.”

“Pior do que pagar é ver o Governo gastar mal.”

Há outro quadro comparativo sob o título:

“Leão Desdentado: A carga tributária no Brasil, em percentual do PIB, é relativamente pequena. O problema é que incide sobre poucos.”

O quadro comparativo da carga tributária, em relação ao PIB, mostra que na Alemanha ela é de 39,2%; na Itália, 37,9%; na Inglaterra, 37,1%; na Espanha, 29,8%; no Japão, 28,3%; nos Estados Unidos, 27,7%; no Brasil, 22,3%.

No final da reportagem, a revista salienta:

“O ponto é que pagar impostos, hoje, no Brasil tornou-se uma questão jurídica.”

Para o advogado José Pinheiro Neto, o raciocínio dos clientes interessados em contestar na Justiça a cobrança de impostos é outro:

“Não há nada de mais em pagar tributos, porque se sabe que o Estado, inevitavelmente, acaba sendo um sócio da empresa. O problema é que esse sócio quer demais e cobra mais da metade do que rende o negócio” — o sócio é o Estado —; “nesse ponto, o outro sócio começa a achar demais”.

Desse ponto de que fala Pinheiro Neto à declaração de guerra é, como se pode ver, hoje, um simples passo.

Tenho focalizado, com muita frequência, essas tremendas e criminosas distorções ocorridas no Brasil, porque sou, como também o é o Senador Ronan Tito, fascinado pela Educação. Se não houvesse um percentual tão elevado de sonegação de impostos, o Brasil não estaria enfrentando uma crise tão dramática na área da Educação e em outras áreas também importantes, como é o caso, por exemplo, da Saúde.

Em última análise, esse problema de sonegação, que V. S<sup>a</sup> focalizou com tanta objetividade na sua curta exposição, decorre, sem dúvida, da falta de educação do povo, em geral, e do contribuinte, em particular, bem como do poder público. Decorre também como V. S<sup>a</sup> comentou, de uma corrupção desenfreada e impune. Raramente há casos de fiscais surpreendidos em crime de corrupção que percam seus cargos ou sejam condenados à prisão. Falta coragem, neste País, para pôr na prisão, como acontece nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, o sonegador, por mais importante que ele seja, por mais alta que seja a posição que ocupa na escala social. Se todos os brasileiros tivessem a sua coragem cívica, a sua coragem patriótica, a situação seria menos grave.

Esta CPI, tem realizado um esforço, sem dúvida, meritório que se deve creditar, por dever primário de justiça, ao dinamismo e ao desvelo do nosso eminente Presidente, Senador Ronan Tito.

Quando vemos, nesta sala, uma cena melancólica como esta — há, apenas, dois Senadores presentes —, não se pode atribuir integralmente a culpa dessa distorção à falta de sensibilidade ou de patriotismo dos que integram o Poder Legislativo, porque também apresentamos numerosas deficiências.

Uma delas é a simultaneidade de realização de sessões no plenário e em várias Comissões Técnicas. De acordo com o Regimento, quando está havendo sessão do Senado, nenhuma Comissão Técnica deve exercer qualquer atividade. Infelizmente, esse artigo do Regimento é letra morta.

Desejo, como relator *ad hoc*, parabenizar V. S<sup>a</sup> pela sua coragem e perseverança. V. S<sup>a</sup> deslocou-se do Rio Grande do Sul e aqui compareceu para fazer uma denúncia da maior gravidade, que poderia alcançar repercussão significativa, se contássemos com a cobertura adequada dos meios de comunicação — jornais, rádio, televisão.

Infelizmente, esta Comissão tem sido alvo de pouco interesse dos órgãos de comunicação social; essa deficiência prejudica enormemente os nossos trabalhos.

A palavra de ordem, a sugestão que insistimos em apresentar é a de uma decisão que envolva perseverança inquebrantável.

V. S<sup>a</sup> comparece, aqui, pela segunda vez e não está sendo muito mais feliz do que da primeira vez. Todavia, pelo menos, está sendo ouvido pelo nosso Presidente, Senador Ronan Tito, que tem batido recordes de dedicação, de assiduidade, de zelo, e pelos nossos magníficos assessores, todos eles técnicos da mais alta categoria, que têm dedicado cuidado realmente insuperável ao trabalho de análise dos documentos apresentados e das informações que temos conseguido na Receita Federal.

Perguntaria a V. S<sup>a</sup> se, além do problema de transcendental gravidade já denunciado por V. S<sup>a</sup> em termos de sonegação de impostos no seu Estado, se tem havido algum prejuízo para a indústria vinícola nacional com a participação de empresas multinacionais que nos últimos anos têm atuado,

principalmente no Rio Grande do Sul, com êxito, sem dúvida, invejável.

Tenho vínculos com o Rio Grande do Sul há muitos anos e lembro-me de uma das empresas mais importantes dessa área, que é a Dreher. Parece-me que o seu fundador faleceu há muitos anos. Não sei se os herdeiros conseguiram levar avante a luta do fundador. A concorrência, às vezes, é leal, é correta, mas algumas vezes é predatória, por parte de gigantes internacionais do setor de bebidas — é também outra dificuldade além dessa concorrência desleal, criminosa, que está levando à insolvência várias empresas que procuram agir corretamente, como é o caso, sem dúvida, da empresa da qual V. S<sup>a</sup> é um dos diretores.

Essas grandes organizações internacionais, inclusive algumas americanas, têm causado algum dano na área da indústria vinícola, ou os prejuízos decorrem apenas dessas denúncias de extrema gravidade que V. S<sup>a</sup> acaba de apresentar a esta Comissão?

O SR. LUÍS FELIPE KUNZ NETTO — Não. As empresas multinacionais que estão atuando no setor vinícola são as que — entendo — estão tentando salvar o setor vinícola do Rio Grande do Sul. Elas não sonegam impostos — ao menos não se tem notícia de sonegação praticada por essas empresas —; não praticam concorrência desleal, ao contrário, até pagam melhor ao produtor de uva.

A concorrência a que me referi é das empresas regionais, que se valem de intensa sonegação, o que as multinacionais do setor vinícola não fazem. Pelo menos disso não se tem conhecimento. Essa intensa sonegação inviabiliza as demais empresas e estão levando as cooperativas à falência e ao desespero a classe toda. Não temos previsão de que isso vá melhorar, a não ser que o Governo se sensibilize e ouça, pelo menos, as sugestões que há quatro anos estamos fazendo. Parece que o Governo não está ouvindo ou não quer ouvir. Não sei o que está acontecendo.

O nosso problema é, principalmente, a sonegação praticada pelas empresas regionais. Inclusive, as empresas de São Paulo estão sendo tremendamente prejudicadas; elas não conseguem quase mais vender seus produtos no Estado do Rio Grande do Sul, não conseguem enfrentar a prática de **dumping** que está sendo feita no nosso estado.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Eu sugeriria a V. S<sup>a</sup> que foi muito conciso na sua exposição, que lesse para os membros da Comissão, inclusive para efeito de gravação, o texto da sua denúncia, já formalizada e encaminhada à Receita Federal. Como não temos ainda — inclusive para fazermos um questionamento mais objetivo —, seria interessante a leitura desse libelo que V. S<sup>a</sup> encaminhou ao poder público nos últimos dias.

O SR. LUÍS FELIPE KUNZ NETTO — Pois não. Eu fiz um resumo. Vou abreviar para não ser muito longo.

“Desde 88, estou denunciando o que está ocorrendo no setor de bebidas no Rio Grande do Sul: a intensa sonegação praticada pelas maiores empresas do setor, as empresas regionais, que se utilizam de todas as fraudes possíveis, como notas frias, talões duplos, notas de compras frias, para gerar créditos, emitidas por firmas fantasmas ou empresas já desativadas, venda sem o selo de controle ou a sua reutilização, e, inclusive, a utilização de selos de controle falsos. Tudo isso está motivando a quebra das empresas que

querem trabalhar corretamente e que não querem praticar esses procedimentos ilícitos.

Essa intensa sonegação permite que essas empresas pratiquem preços baixos — **dumping** —, inviabilizem totalmente o setor e provoquem o fechamento ou a falência das empresas concorrentes.

Como os impostos das bebidas alcoólicas ultrapassam a casa dos 100%, as empresas sonegadas brincam com descontos de 40% a 50%, ganham um outro tanto e ficam debochando dos que *querem* trabalhar corretamente e não podem.

Em 17-6-88, denunciei e prestei depoimento na Receita Federal, perante uma comissão fiscal, assinada por Antonio Fachi e Edison Pereira Rodrigues.

Em 4-8-88, dois meses após, em correspondência ao Superintendente da Receita Federal, disse da situação dramática e desesperadora em que se encontravam várias indústrias, e solicitava providências urgentes e drásticas no menor tempo possível, pois a situação era insuportável.

Em 28-10-88, vinte dias após, voltei, por escrito, às autoridades federais e estaduais, Receita Federal, Fazenda estadual e III Exército, onde o III Exército, ao saber da minha denúncia, encaminhou-me à Polícia Federal em Porto Alegre, onde, naquela mesma data, em 28-10-88, prestei depoimento confirmando as minhas denúncias. Disse lá que o **dumping** predatório, patrocinado por intensa sonegação, estava obrigando as demais empresas a praticarem toda espécie de manobras para poderem sobreviver.

Isso foi dito em 28-10-88.

Em 6-6-89, mudou o Superintendente da Receita Federal em Porto Alegre. Quando assumiu o Dr. Antonio Gilberto da Costa, encaminhei correspondência a ele, fazendo um novo apelo, para que nos socorresse urgentemente, porque estávamos num "salve-se quem puder" e esperávamos que, sinceramente, ele se sensibilizasse e nos ajudasse, com a máxima urgência, pois o nosso fôlego estava terminando. Dez empresas já tinham fechado as suas portas e as outras estavam indo à falência.

Em 2-10-89, fiz denúncia, por escrito, à Ouvidoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, quando, também, disse que não sabíamos mais o que fazer, ou fechávamos as portas ou sonegávamos para poder sobreviver.

Em 20-11-89, novamente em correspondência ao Dr. Gilberto, Superintendente da Receita Federal, disse que, infelizmente, não podíamos pedir socorro na farmácia ou no açougue da esquina, e sim, às autoridades. Apelei para que fizesse qualquer coisa, e urgente, porque ele era a maior autoridade federal do estado a quem devíamos recorrer e pedir socorro.

Em 12-12-89, fizemos denúncia ao Cade, órgão do Ministério da Justiça, em Brasília, onde disse que a prática de **dumping** chegou a tal ponto que as demais empresas, para sobreviverem, também o estavam praticando. Disse que a situação era insuportável, levando as empresas à falência ou à paralisação de atividades. E que era totalmente impossível sobreviver trabalhando dessa maneira, permanentemente com prejuízos."

O índice de endividamento crescendo assustadoramente provocaria a quebra ou a completa inadimplência das empre-

sas, pois não teriam mais condições de pagar os impostos. E denunciei também ao Cade, no Ministério da Justiça, naquela oportunidade, que a maior empresa sonegada do setor de bebidas do Rio Grande do Sul tem como diretor o Presidente do nosso sindicato e da nossa Associação, que, dessa maneira, bloqueava toda e qualquer iniciativa moralizadora que quiséssemos tomar no sindicato. Quer dizer, quem deveria estar hoje, aqui, fazendo a denúncia deveria ser ele; mas como se trata do maior sonegador do estado na área de bebidas, ele bloqueia todas as iniciativas do sindicato.

Em 28-12-89, enviei novamente correspondência ao Cade, solicitando urgência, mas não obtive resposta. Em janeiro de 1990, fiz denúncia na CPI da Sonegação da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, onde prestei depoimento e deixei xerox das minhas denúncias.

Em janeiro de 1990, fiz denúncia e prestei depoimento na Promotoria das Varas Criminais aos Promotores Dr. Orcy Betanha Teixeira e Dr. Antonio Dionísio Lopes, em Porto Alegre.

Em 6 de janeiro de 1990 — só para um comentário — o Secretário da Fazenda, José Ernesto Pasquoto, disse que o Estado já tinha identificado uma gangue de sonegadores e que se tratava da área de bebida.

Pergunto: o que aconteceu após essa entrevista que foi, inclusive, capa da **Zero Hora** em janeiro de 1990? Simplesmente nada. Ocorre que a maior empresa sonegada do Estado possuía negócios com o Deputado Estadual Sérgio Zambiasi, e o seu Advogado era o Deputado Federal Mendes Ribeiro. Por isso é que não acontece nada. Tudo é abafado na área do Estado do Rio Grande do Sul.

Em abril de 1990, estive em Brasília para falar com o Delegado Romeu Tuma. Fui atendido pelo Dr. Juliano, seu Assessor e Delegado da Polícia Federal na oportunidade. Fiz minhas denúncias e deixei xerox das mesmas.

Em 19 de maio de 1990, o ex-Deputado Valmir Susin, do Rio Grande do Sul, fez um comentário no jornal, dizendo que a concorrência desleal estava asfixiando e provocando a quebra das cooperativas que recolhem os seus tributos regularmente e que não podiam concorrer com esse **dumping** predatório.

Em junho de 1990, voltei novamente a Brasília para falar com o Delegado Romeu Tuma. Não consegui, mas fui atendido pelo seu Chefe de Gabinete, Dr. Mauro, que me informou que eu poderia voltar tranquilo a Porto Alegre, que seria aberto o inquérito policial em conjunto com a Receita Federal para apurar as minhas denúncias, e que eu aguardasse, porque seriam tomadas as providências. Isto foi em junho de 1990.

Em junho de 1990, quando cheguei a Porto Alegre, fui ameaçado de morte. Uma das minhas funcionárias recebeu um telefonema, dizendo que eu seria morto naquela semana. Fui, então, à Polícia Federal, prestei depoimento e renovei todas as minhas denúncias.

Em julho de 1990, como tal inquérito policial, prometido pela Polícia Federal, não aparecia, voltei a Brasília. Fui novamente à Receita Federal, onde fui recebido pela Sr<sup>a</sup> Celi Depine Delduque e pelo Dr. Tarcísio, quando apelei novamente para que fossem tomadas providências urgentes. Estive também na Secretaria Nacional do Direito Econômico e fui recebido pelo Secretário Nacional, Sr. José Del Chiaro, que me solicitou fosse encaminhado um relatório completo das minhas denúncias. Isso no Ministério da Justiça, em julho de 1990.



Em 31 de julho de 1990 ao voltar de Brasília tui falar com o Dr. Gilberto, da Receita Federal, quando apresentei sugestões, e uma delas era solicitar que as empresas apresentassem seus custos: e o Dr. Gilberto então solicitou que eu apresentasse os custos, o que foi feito três dias após.

Em 3 de agosto de 1990, enderecei ao Dr. Gilberto uma correspondência, encaminhando uma planilha de custos e novamente insistindo para que tomasse providências, medidas energéticas, drásticas e urgentes.

Em 10 de agosto de 1990, enviei relatório completo à Secretaria Nacional do Direito Econômico, do Ministério da Justiça, aos cuidados do então Secretário Nacional, Dr. José Del Chiaro.

Em 19 de março de 1991, encaminhei minhas denúncias pessoalmente ao Gabinete Militar da Presidência da República, ao Coronel Pimenta.

Em 17 de abril de 1991, voltei ao Gabinete Militar da Presidência da República, dessa vez com documentação da mais alta gravidade, cuja cópia foi encaminhada à Receita Federal e pessoalmente entregue aos Srs. Hely Sasaki e Jayro Tapajós, auditores fiscais do Tesouro Nacional. Aproveitei a oportunidade, para falar novamente com a Dr. Celi, Chefe da Fiscalização, quando renovei os meus pedidos de providências urgentes — isto em 17-4-91; inclusive, tenho um recibo dessa documentação que foi entregue naquela oportunidade e que passo ao Presidente da Comissão.

Em 16 de agosto de 1991, prestei novo depoimento na Coordenadoria das Promotorias das Varas Criminais de Porto Alegre e solicitei providências.

Em 24 de setembro de 1991, fiz um relatório das minhas denúncias e entreguei-o ao Comando Militar do Sul, aos cuidados da 2ª Seção.

Em 1º de outubro de 1991, fiz um resumo deste relatório, que foi entregue, mediante Sedex aéreo registrado, às seguintes autoridades: Dr. Antônio Gilberto da Costa, Superintendente da Receita Federal; Dr. Admir da Silva Oliveira, Superintendente-Adjunto da Receita Federal; Dr. Nino de Freitas Martini, Delegado da Receita Federal; Dr. Luiz Jair Cardoso, Setor de Fiscalização da Receita Federal; Sr. Antônio Facchi, Setor de Fiscalização da Receita Federal; Dr. Ênio A. Lopes Fraga, Superintendente da Administração Tributária do Estado; Dr. João Pedro Nabinger, Chefe da Fiscalização Estadual; Dr. Alécio Lovatto, Promotor da Justiça atuando junto à Fiscalização Estadual; e Dr. Roberto Kupski, Chefe da Fiscalização Regional de Canoas, RS.

Entrego estes documentos — aqui estão os rebidos do Correio comprovando que essas autoridades receberam as minhas denúncias. Entrego, também, três cartas que recebi do Gabinete Militar da Presidência da República, datadas de 19 de março, 18 de outubro e 4 de dezembro de 1991, comprovando as minhas denúncias feitas ao Gabinete Militar da Presidência. Passo, então, às mãos do Presidente, o resumo das minhas denúncias.

Estou à disposição para esclarecimentos.

**O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito)** — Pergunto ao Senador João Calmon, Relator *ad hoc*, se S. Ex<sup>a</sup> tem mais alguma pergunta a fazer após a leitura do relatório.

**O SR. RELATOR (João Calmon)** — Gostaríamos que V. S<sup>a</sup> remetesse posteriormente, já que talvez não tenha trazido, a relação das empresas da área vinícola que faliram no Rio Grande do Sul nos últimos anos. Seria interessante vermos isso para uma análise.

Ninguém duvida da extrema gravidade de suas denúncias, mas queríamos apenas saber quais são as vítimas já registradas, empresas que entraram em colapso em virtude dessa competição resultante da sonegação sistemática de impostos devidos.

V. S<sup>a</sup> se referiu às denúncias encaminhadas à Polícia Federal. Resultado dessas denúncias foi nulo: não foi tomada nenhuma providência depois da formalização dessas denúncias à Polícia Federal, quando ela estava sob a direção do Delegado Romeu Tuma.

**O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO** — Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, especificamente sobre aquela documentação falsa que entreguei aqui em Brasília, foi aberto inquérito na Polícia Federal. Inclusive, já prestei depoimento, mas isto foi em outubro de 1991; quer dizer, já faz um ano, e o inquérito está parado. Foi aberto inquérito, e não foi dado prosseguimento. E a documentação que apresentei aqui é de bastante gravidade.

Eu só não gostaria de dizer do que se trata, porque poderia prejudicar a investigação. Não sei se a Polícia Federal está investigando, mas poderia, talvez, atrapalhar as suas investigações.

**O SR. RELATOR (João Calmon)** — Obrigado. A outra pergunta refere-se à falta de cobertura dos meios de divulgação em relação às extremamente graves denúncias que V. S<sup>a</sup> está encaminhando a esta CPI.

Entretanto, para surpresa minha, por sinal, uma surpresa muito agradável, acabo de ver a câmera de televisão de uma empresa que é das mais importantes do Brasil, a RBS, Rede Brasil Sul de Comunicações, cujo fundador, inclusive, foi o meu amigo Maurício Sirots. Hoje, essa empresa expandiu-se, cobrindo não apenas todo o Rio Grande do Sul, mas também o Estado vizinho, Santa Catarina. A principal unidade no setor jornalístico desse grupo é a **Zero Hora**, um dos mais importantes jornais do Brasil, que está, hoje, sob a responsabilidade editorial do jornalista Augusto Nunes, que já o foi editor da **Veja**, do jornal **O Estado de S. Paulo**, e que hoje é o principal responsável pela redação de **Zero Hora**.

O fato de a RBS ter enviado aqui um cinegrafista, um operador para registrar detalhes desta reunião, permite-nos alimentar alguma esperança de que suas denúncias sejam amplamente divulgadas através desse grupo muito poderoso de comunicação, que dobre todas as áreas: jornal, rádio e televisão. Gostaríamos que, posteriormente, V. S<sup>a</sup> nos informasse ou nos mandas os recortes sobre a cobertura que, eventualmente, a imprensa, o rádio e a televisão dêem à sua presença aqui para fazer denúncias de tamanha gravidade.

Eu pediria, também, que V. S<sup>a</sup> encaminhasse a esta CPI, para nossa análise, os balanços de sua empresa pelo menos dos últimos cinco anos, para acompanharmos a queda do resultado. Obviamente, com essa concorrência desleal, ilegal, predatória, sua empresa, conforme V. S<sup>a</sup> denunciou, não deve estar muito longe da falência, deve estar no limiar da falência ou da concordata. Esse material seria de muita importância para a nossa análise e da nossa assessoria, que é do mais alto nível. Assim, gostaria que V. S<sup>a</sup> anotasse também esta minha solicitação.

Aproveitando a oportunidade, eu gostaria de prestar um depoimento sobre a Bancada Federal do Rio Grande do Sul, tanto na Câmara dos Deputados, como no Senado Federal. Sem dúvida alguma — e não é para tecer aqui uma louvação à Bancada gaúcha — ela é constituída de alguns dos mais patriotas, combativos e infatigáveis Colegas neste setor, in-

cluindo um que v. S.<sup>a</sup> citou: o Deputado Mendes Ribeiro. Trata-se de um homem de comunicação, muito popular, tem sido recordista de votos; e tantos outros que representam, para usar a linguagem esportiva, um verdadeiro escrete. Na Câmara dos Deputados temos Ibsen Pinheiro, Nelson Jobim, Germano Rigotto e muitos outros; aqui, no Senado Federal: Pedro Simon, José Fogaça, José Paulo Bisol, que são estrelas de primeira grandeza. Estou certo de que esses gaúchos, que honrariam o Parlamento de qualquer país, por mais desenvolvido que fosse, mostrar-se-ão sensíveis a essas graves denúncias que V. S.<sup>a</sup> está apresentando a esta CPI.

Eu até perguntaria de V. S.<sup>a</sup>, ao longo dessa sua batalha infatigável e ininterrupta, estabeleceu contatos com esses astros de primeira grandeza do Congresso Nacional que tiveram o privilégio de nascer no Rio Grande do Sul.

São essas as indagações que eu faria a V. S.<sup>a</sup>

O SR. LUIZ FELIPE KUNS NETTO — Quanto aos Deputados atuais, não tive contato com eles, pois fiz aquelas denúncias na CPI da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, que era presidida pelo Deputado Bráulio Marques. Tenho a data no resumo. Atualmente, porém, não mantive contato com os Deputados federais da Bancada do Rio Grande do Sul.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Mas seria desejável, porque se trata de Parlamentares do mais alto nível, com uma vigilância indormida na defesa dos interesses não apenas do Estado que representam no Congresso Nacional, mas dos interesses nacionais. Creio que poucos Parlamentos do mundo podem ostentar um número tão elevado de parlamentares que são a própria imagem do devotamento ao interesse público.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Se o nobre Deputado e o nobre Senador me permitem, eu sugeriria, fazendo uma emenda à sugestão de V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador João Calmon, que o Sr. Luiz Felipe Kuns Netto faça uma visita ao Senador Pedro Simon, em primeiro lugar, porque hoje S. Ex.<sup>a</sup> é um *doublé* de Senador e Líder do Governo. O Governo está superempenhado também nessas apurações, pois que fui chamado a palácio justamente para prestar declarações de como anda a CPI e do que ela tem identificado. Esta é a sugestão que ousei fazer a V. S.<sup>a</sup>, animado pelas sugestões anteriormente feitas pelo Senador João Calmon.

O SR. LUIZ FELIPE KUNS NETTO — Quando estive em Brasília, na semana retrasada, procurei o Gabinete Militar, onde sempre fui bem recebido — cito até o nome dos Coronéis: Cel. Pimenta, Cel. Sávio Costa e o Cel. Feitosa. Eles sempre me encaminharam muito bem às autoridades. E eles me encaminharam pessoalmente ao Chefe do Gabinete Civil, Dr. Luís Bandeira, que me sugeriu que eu procurasse o Senador Ronan Tito, Presidente e da CPI da Evasão Fiscal. Por isso não procurei os gaúchos. Acho que vim ao lugar certo.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Mas uma providência não entra em conflito com a outra. V. S.<sup>a</sup> poderia realizar um esforço simultâneo: não apenas trazer, como o fez, com uma documentação impressionante, as suas denúncias a esta CPI — que é grata à sua iniciativa — mas também entrar em contato com esses Parlamentares que, realmente, sem querer lisongear-nos nós todos proclamamos serem do mais alto nível sob o ponto de vista do interesse que dedicam não

apenas ao Estado do Rio Grande do Sul, mas também às questões nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Pergunto aos nobres Senadores Magno Bacelar e Beni Veras se querem fazer alguma pergunta. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Jutahy Magalhães, para que possa fazer seu questionamento.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. depoente, em primeiro lugar, quero pedir desculpas por ter chegado aqui já bastante atrasado. Talvez por erro do meu gabinete, não tomei conhecimento da reunião de hoje desta CPI, muito menos do assunto a ser tratado. Por essa razão, estou utilizando aqui o trabalho do Senador Ronan Tito, já que o Senador João Calmon desempenhou magnificamente, como sempre, o papel de Relator.

O SR. JOÃO CALMON — Generosidade de V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — V. Ex.<sup>a</sup> é um dos mais interessados nos trabalhos desta Comissão. Estou pegando o bonde andando: o Relator era o Senador Fernando Henrique Cardoso, e esta é a primeira reunião em que estou assumindo este papel. Passemos às indagações.

Quais mecanismos e meios utilizados pelos sonegadores? Existem empresas que utilizam selo de controle falso?

O SR. LUIZ FELIPE KUNS NETTO — Existem. Existe empresas que já estão sendo até julgadas pela Justiça Federal; responderam a processo na Polícia Federal e já estão sendo julgadas na Justiça Federal de Porto Alegre por utilização de selos falsos. E não acontece nada. Vão levar dez anos respondendo a processos e, até lá, eles terão levado à falência todas as empresas do Estado.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Quais empresas utilizam tais mecanismos e em que proporção sonegam? O senhor tem alguma idéia?

O SR. LUIZ FELIPE KUNS NETTO — A maior sonegadora do Estado do Rio Grande do Sul — e a estou denunciando desde 89, quando fiz uma denúncia ao CADE, no Ministério da Justiça — é a Empresa Sete Campos de Piracicaba Ltda., cujo diretor é o presidente do nosso sindicato. Essa empresa possuía negócios com o Deputado Estadual Sérgio Zambiasi, que a ela emprestou seu nome. Eles fabricavam vinhos com o nome Zambiasi, guaraná Zambiasi.

O SR. JOÃO CALMON — É o candidato a prefeito de Porto Alegre?

O SR. LUIZ FELIPE KUNS NETTO — Não, não é o candidato. Os candidatos agora são o Schirmer e o Tarso Genro.

O SR. JOÃO CALMON — Este nome não me é estranho.

O SR. LUIZ FELIPE KUNS NETTO — Sérgio Zambiasi foi o deputado mais votado no Rio Grande do Sul. É do PTB.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Já ouvi falar nele.

O SR. LUIZ FELIPE KUNS NETTO — Então, essa empresa, como tem um volume de produção muito grande — é a maior produtora no nosso Estado no setor de bebidas alcoólicas — através dessa intensa sonegação, ela praticamente

inviabilizou todo o setor e forçou outras empresas a praticarem a mesma coisa para sobreviverem. Há duas empresas no interior do Estado, também muito grandes, que estão praticando o **dumping** — preços abaixo de custo — baseado nos descontos dos impostos, quando vendem a mercadoria sem nota. Essas três empresas criaram um pânico em toda a região, em todo o Estado. Algumas empresas menores, dez, fecharam, porque não queriam sonegar, não queriam correr esses riscos. Outras estão se endividando ou partindo para outras atividades, tentando outros ramos, engarrafando outros produtos, partindo para refrigerantes; mas o setor mesmo de bebidas alcoólicas ficou totalmente inviável. O setor de vinhos também está numa situação desesperadora. As cooperativas, sinceramente, não vão agüentar muitos dias; estão indo à falência, porque estão tomando emprestado em bancos, pagando juros bancários, para poder pagar os impostos, enquanto as empresas sonegadoras estão enriquecendo. Então, há três ou quatro empresas enriquecendo vergonhosamente, escandalosamente, e as outras indo à falência. Este é o quadro no nosso Estado.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — V. S<sup>a</sup> falou que há empresa que está, há dez anos, respondendo a processo.

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Essa Sete Campos de Piracicaba Ltda., está sendo processada na Justiça Federal por utilização de selos falsos. Em Porto Alegre, o diretor dessa empresa já foi até preso pela Polícia Federal. É uma pessoa ligada ao Deputado Sérgio Zambiasi, e não acontece nada com ela.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — V. S<sup>a</sup> daria uma razão, ou imagina uma razão, pelo menos, para que esse processo leve tantos anos lá em Porto Alegre, sem nenhum recurso, sem que haja qualquer decisão da Justiça Federal?

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Não tenho idéia.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Mas o processo tem andado normalmente, ou, por falta de interesse, as partes não estão provocando o andamento desse processo?

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Não sei, porque esses dados da Justiça são sigilosos, não tenho acesso a eles. E como já estou ameaçado de morte, não posso ultrapassar muito os meus limites, porque daí...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — A acusação foi feita por um processo provocado na Polícia Federal?

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Sim. A Polícia Federal trouxe esse...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Foi provocado por denúncias, ou foi uma ação espontânea da Polícia Federal?

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — A Polícia Federal descobriu uma gráfica fria na época, onde esse empresário estava envolvido. Eles faziam talões frios. Inclusive havia até envolvimento de pessoas, de mais baixo nível, do ICM, não digo que seriam fiscais de ICM do Estado, mas talvez pessoas fazendo cursos. Inclusive os jornais da época dizem até os nomes dessas pessoas que estariam envolvidas com esse empresário.

Então, ele veio preso para Porto Alegre, e foram investigar. Talvez nessa época tenham descoberto a utilização de

selos falsos. Ele respondeu na Polícia Federal e agora está respondendo na Justiça Federal, mas continua sendo o maior provocador dessa situação, porque é o maior empresário de lá.

O que cito nas minhas denúncias é o seguinte: é preciso retirar de circulação os bandidos; não adianta multar um bandido e deixar ele solto. É necessário encontrar meios de retirá-los de circulação, talvez através do Cade, do Ministério da Justiça. O Cade tem condições de fazer isto; ele pode, por lei, até fazer intervenção dentro das empresas. É a denúncia já foi feita em dezembro de 1989.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Como eu não estava presente, eu gostaria apenas de rememorar: V. S<sup>a</sup> disse que a denúncia para o Cade foi feita em 89.

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Em 12-12-89.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Não houve nenhuma manifestação daqui?

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Houve uma manifestação muito suave agora em junho deste ano, quando começaram a solicitar o custo das empresas; mas este trabalho não terminou ainda; foi iniciado em junho de 1992 e ainda não foi concluído. Quer dizer, é um trabalho muito moroso, muito lento, nem se fala mais em urgência; não se pode nem falar mais nisso.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Quanto se paga de impostos?

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Dependendo do produto, as bebidas estão na faixa de 100% a 144% entre IPI e ICMS. Isto é que permite a sonegação, porque a taxa é muito alta. Cito o exemplo da Brahma e da Antártica: se uma dessas empresas praticasse o **dumping**, ela fecharia a outra numa semana, utilizando-se dos impostos, não recolhendo os impostos. Isto é o que está ocorrendo lá. Há empresas que não têm mais condições de salvamento, já estão perdidas. A minha empresa, nem sei mais o que vai acontecer com ela.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Esses 140% correspondem a ICMS e IPI. A empresa está deixando de pagar todos os dois?

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Ou então ela vende sem nota e dá esse imposto como desconto na venda da mercadoria. Quando vende sem nota, ele não cobra o imposto do comprador; ele simplesmente dá aquele desconto, cobra só o líquido da mercadoria, em vez de cobrar o bruto. Então, isso representa, no preço final, 30% a 40%. É isto que estou denunciando: o **dumping** predatório, quer dizer, a prática de preços abaixo de custo.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Quanto a esse fato de não haver providências do próprio Cade, a não ser essa que V. S<sup>a</sup> está enunciando. E essa demora na Justiça Federal, V. Ex<sup>a</sup> teria assim uma idéia para nos apontar, por que não está havendo uma agilização? Seria alguém responsável por isso? Teria de ser alguém de prestígio suficiente para evitar que esse processo tivesse andamento?

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Dentro da Justiça não sei o que poderia ser feito. O que estamos apresentando para o Governo, pois estou representando vários empresários do Rio Grande do Sul... Inclusive, outros foram ameaçados; há um empresário de Santa Maria que também foi

ameaçado. Tentamos fazer dentro do nosso Sindicato um Grupo de Trabalho para tentar moralizar o sindicato e essa pessoa foi ameaçada, inclusive, os filhos. Se a pessoa tiver filho é melhor cair fora desse grupo de trabalho.

Então, é difícil se conseguir um trabalho, porque todos têm medo.

O que sugerimos para o Governo — vim a Brasília e já estou há duas semanas — é que seja feito com a máxima urgência; isso teria de ser feito hoje, um grupo de trabalho de cinco, seis, dez oficiais do Estado do Rio Grande do Sul, que estão sendo prejudicados e que querem resolver essa situação. Esses empresários auxiliariam o Governo gratuitamente. Não querem nada do Governo. Trabalhariam de graça para o Governo. Mas, desde que esse grupo de trabalho fosse oficial, com a participação do Governo através de um representante da Receita Federal e um do Cade. Ou seja, seria feito um acordo chamando esses industriais, e esse grupo de trabalho faria uma reunião com eles. Decidiriam o preço mínimo baseado nos custos, ao menos para viabilizar, no momento, essa situação de inviabilidade do setor. Então, baseando-se nos custos, fazer um acordo dos preços mínimos. E esse grupo de trabalho iria auxiliar o Governo na fiscalização, inclusive, denunciar as empresas que não cumprissem esse acordo.

Esse grupo de trabalho iria fiscalizar diariamente, porque temos as informações que o Governo ainda não têm. O que eles vão levar quatro anos para resolver, poderemos resolver em sessenta dias. Mas, a Receita Federal não quer fazer isso. Eles endureceram e não querem o grupo de trabalho. Não sei se é o problema da interferência dos empresários. E esse grupo de trabalho não interferiria na fiscalização, seria um trabalho paralelo e que pegaria os sonegadores por um outro lado, pelo lado dos preços abaixo do custo, porque o Cade tem poderes de dar grandes multas para as empresas que praticam o *dumping* e, inclusive, poderá até fazer intervenção dentro das empresas — pelo menos é o que tenho lido na lei. E as penas de reclusão também são de dois a cinco anos — Lei sobre o Direito Econômico.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Gostaria, antes de fazer qualquer outra intervenção, de solicitar ao Presidente para que tomássemos algumas providências para sabermos do Cade sobre o andamento desse processo, quais as providências que estão sendo tomadas, como está sendo acompanhado, e as denúncias que estão pelo meios sendo examinadas e investigadas para termos informação se isso está indo adiante ou não. Não sei se teríamos condições de saber na Justiça Federal também sobre o andamento do processo. Se tivermos condições, seria importante sabermos se há algum erro no processo; se há alguma razão de ordem processual que esteja impedindo o andamento dessa questão no Rio Grande do Sul. Mas, o Cade acha que isso daí é de imediato e acredito que o Ministério da Justiça é interessado em dar uma resposta mais pronta a respeito dessa questão.

Agora, não sei se essas indagações já foram feitas pelo Senador João Calmon; dispõe V. S<sup>a</sup> das cópias das denúncias feitas aos diversos órgãos governamentais? Se puder, gostaria que nos fosse entregue.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Pois não. Se o nobre Senador-Relator Jutahy Magalhães me permitir. No caso de denúncias que possam ter ameaças de vida, V. S<sup>a</sup> pode entregar sob sigilo que será mantido; apenas usado para o nosso contato com a Receita e com o Cade, não mais. Não daremos publicidade.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — E a relação das maiores empresas sonegadas?

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Também posso fornecer.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Sr. Depoente, sou testemunha de que V. S<sup>a</sup> já está em Brasília há muito tempo nessa tentativa patriótica — como disse muito bem o Senador João Calmon —, e no momento em que o Governo vê a sua inviabilidade, se não tiver uma arrecadação maior, tanto que apela para um reajuste fiscal — e empenhei-me com o Ministro da Fazenda e com o Diretor da Receita para que o recebessem hoje, e parece-me que ficou marcado para às 11h da manhã — a minha pergunta é a seguinte: o Diretor da Receita o recebeu hoje?

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Telefonei para o Secretário da Receita Federal, dizendo que não podia comparecer porque estava preparando este meu depoimento. Inclusive, também, fiquei um pouco receoso porque ontem entrei com uma denúncia junto à Procuradoria-Geral da República, denunciando por crime de prevaricação e por crime de omissão o Delegado Romeu Tuma, os Superintendentes da Receita Federal e o Delegado da Receita Federal de Porto Alegre.

Por isso fiquei receoso de comparecer hoje na Receita Federal, porque não sei se tomaram conhecimento dessa denúncia e qual seria a reação deles.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Disponho-me, se V. S<sup>a</sup> assim o quiser, a marcar um outro horário e ir com V. S<sup>a</sup> ao Ministro da Fazenda, ao Secretário da Receita para que seja feita de viva voz. E pedirei presença de um diretor do Cade, para que isso seja uma ação ajustada interinstitucionalmente, a fim de que possa surtir o efeito desejado, porque, segundo a nossa ótica, V. S<sup>a</sup> já fez todas as denúncias possíveis.

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Não sei mais o que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Pois é. Então, sugiro a V. S<sup>a</sup>, se quiser, na hora que terminarmos aqui, que vá comigo ao meu gabinete e de lá peça uma audiência, se for preciso, ainda hoje à tarde, com o Ministro da Fazenda. E se não puder, com o Diretor da Receita ou um representante do Cade, para que essas denúncias possam ser feitas.

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Mas gostaria que fosse com a sua presença, porque sozinho...

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Ofereço-me para ir junto.

Com a palavra o Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS — Como é que eles conseguem circular com essa mercadoria no Rio Grande do Sul, tão volumosa, sem serem vistos?

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — A Receita Federal está completamente — perdoe-me o termo — liquidada na área de fiscalização. Não existe fiscalização de rua da Receita Federal. Então, as empresas podem vender suas mercadorias sem selo de controle — porque existe o selo e a mercadoria não pode ser vendida sem ele. Não tem fiscalização sobre a utilização ou não do selo. Fizemos um esforço muito grande junto ao ICM do Estado do Rio Grande do Sul para que autuassem os caminhões que não tivessem o selo. No

início, os fiscais de selo diziam-me simplesmente o seguinte: o nosso interesse é pela nota fiscal; se a empresa tem nota fiscal, se o caminhão passa no posto fiscal e tem a nota, não nos importamos, porque o nosso ICM está garantido. O Federal, que façam eles a fiscalização. Mas eles não se aperceberam do seguinte: que uma transação permite a outra. Uma mercadoria vendida com nota fiscal e sem selo permite uma outra transação, isto é, com selo e sem a nota fiscal. Quer dizer, é débito e crédito.

Dessa forma começaram a reconhecer que estavam cometendo erros e houve várias apreensões de caminhões; na época eram chamados na Receita Federal. Teve uma época em que a Receita Federal não podia mais fazer apreensões de mercadorias porque não tinha nem mais depósito para colocar os produtos. Então, pararam com esta prática. Não adianta fazer isso quinze dias e depois não dar continuidade ao trabalho.

O SR. BENI VERAS — Sinto a Receita conivente com o caso. Precisaria a Receita ser conivente com o caso? Porque é muito evidente a fraude.

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Não entendi a pergunta.

O SR. BENI VERAS — A Receita deveria ser conivente então com o caso?

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Não digo que seja conivente.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Complacente.

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Ou não tinha condições, porque não tinha fiscais.

O SR. BENI VERAS — Tem que haver denúncias, porque aí fica fácil para eles acompanharem o caso.

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Eles têm dificuldade de fiscais. A máquina da fiscalização está completamente desmontada, pelo menos nos contatos que tive. Na Receita de Porto Alegre percebi, isso, a tremenda dificuldade de fiscais. Está completamente desaparelhada a Receita. Teria que se utilizar dos fiscais do ICM.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Senador Beni Veras, já denunciamos aqui nesta CPI que o quadro de fiscais da Receita Federal é da ordem de 5.129. Parece que estão contratando mais 500 concursados.

Pois bem, a Noruega, só para o guarnecimento de sua fronteira, fiscais de aduana etc., um país de tamanho pequeno, um país civilizado — em que a prática da sonegação não deve ser tão grande quanto a daqui — tem cinco mil fiscais só para o litoral. Neste Brasil colosso, com sete mil quilômetros de litoral, que faz divisa com 10 países da América Latina e mais 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, temos 5.129 fiscais, a maioria deles na área burocrática!

Temos um Serpro desaparelhado. O SERPRO não funciona — segundo depoimento de seu Presidente. Antigamente ele funcionava e emitia letra, emitia uma nota de faturamento do serviço que havia prestado. Agora, ele trabalha só por dotação orçamentária, sempre minguada. Às vezes dispõe de equipamento, de pessoal, e não tem como fazer a fiscalização cruzada, a fiscalização de gabinete, a fiscalização via computador. De maneira que há um desaparelhamento que chego a pensar que é intencional.

Com a arrecadação e os números que temos hoje no Brasil, não adianta reajuste fiscal se não houver uma fiscali-

zação imediatamente. Temos a denúncia do Presidente da Associação dos Auditores Fiscais, Dr. Nelson Pessuto, que declarou, sob juramento, que para cada um cruzeiro que se arrecada neste País há um cruzeiro de evasão. Então, vejam a que ponto chegamos!

O Dr. Kunz fez declarações que, vamos dizer, são dramáticas porque são personalizadas e setorializadas. Sabemos que a situação do Brasil, como um todo, é mais ou menos a mesma. O dramático de tudo isso é que, no ano passado, tivemos uma denúncia de que três divisões de três multinacionais fecharam neste País porque não agüentaram a concorrência interna. Um diretor de um departamento da GE me disse o seguinte: “Temos melhor tecnologia, temos melhor processo, mas não agüentamos concorrer, porque na soma do nosso faturamento estamos pagando 36% de impostos. Mostro para o senhor o meu concorrente, que produz o mesmo produto, que tributa 20%, tendo confessado em balanço e não acontece nada!”

O ex-Presidente Tancredo Neves, quando ungido pelo Colégio Eleitoral, ao ser cumprimentado, no dia 15 de janeiro de 1985, entusiasmado, citou uma frase — que depois vim saber que é do Max Weber: “O moço está morto” — ou seja, a ditadura está liquidada —, “mas retirar os escombros do morto vai demorar muito mais e exige de nós não mais heroísmo, competência”.

Então, isso tudo é resquício de um regime fechado. Não posso admitir que exista uma democracia no mundo em que a sonegação... Hoje, nos jornais, lemos uma declaração do Diretor da Receita dizendo que a sonegação no Brasil pode chegar a 59%, não mais a 50%, como diz o Sr. Pessuto, mas 59%! Então, vejam a que situação chegamos!

Outra denúncia que venho fazendo pelos jornais, pouco noticiada e pouco repercutida — como diz o Senador João Calmon — que em 1973, o débito externo brasileiro era 50% da iniciativa privada e 50% do setor público. Hoje, só o setor público deve. Por quê? A iniciativa privada pagou e o setor público utilizou essas reservas, ou para emitir cruzeiro em cima de cruzeiro, ou para cobrir divisas da nossa receita. Não queremos olhar para dentro. Nenhum país do mundo vive com uma arrecadação de 21% de seu PIB. Hoje a nossa arrecadação é de 21% do PIB. Estamos com a Argentina, aqui do lado, arrecadando 30% do PIB e o Ministro Domingos Cavallo dizendo: “preciso arrecadar mais na Previdência Social, porque senão não tenho condições de mantê-la”. O Chile arrecada 30% do PIB; o México 31%. Estamos querendo tocar nossa vida com 21% do PIB e, quando as coisas acontecem, colocamos culpa no FMI, que a Albânia, a China e a Rússia já ingressaram! Se a culpa é toda do FMI, vamos fazer o seguinte: vamos sair do FMI. Ninguém é obrigado a entrar no FMI. Somos sócios fundadores. Se sairmos, a China e outros países vão bater palma: a Rússia, então, meu Deus do céu, vai bater palmas porque sobrarão mais recursos. Na verdade, não queremos nos cingir às regras do FMI, porque o FMI diz: “Vocês têm que arrecadar, no mínimo, o exigido para cobrir as despesas da máquina, no mínimo!” E depois, estamos fazendo mais dívidas externas... todos os dias o Senado aprova mais uma dívida externa. O metrô de Brasília vai custar 600 milhões de dólares, todos tomados emprestados lá fora. Nem um tostão de capital nacional. Depois, vamos dizer: essa dívida já está paga. Não queremos pagá-la.

O SR. BENI VERAS — A bebida tem uma tributação muito alta. Então, a arrecadação deveria orientar o seu trabalho preferencialmente para ela.

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Claro!

O SR. BENI VERAS — Porque tem um rendimento alto. Se fosse um item que pagasse pouco imposto, vá lá que deixasse passar. A bebida tem um índice muito alto de imposto.

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Depois do cigarro é a bebida que paga mais IPI, não é?

O SR. BENI VERAS — É. Tem que haver convivência.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Eu pergunto ao Relator se deseja se pronunciar.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — O Presidente estava falando e eu li hoje também uma notícia que achei interessante: na Argentina, o Ministro Cavallo deu uma informação a respeito do aumento da arrecadação, que ele atribuía a uma decisão burocrática, administrativa: o aumento de fiscais. A fiscalização aumentou o número de fiscais e, com isso, aumentou a possibilidade de arrecadar melhor. Isso deu condições a que ele fizesse o trabalho que está fazendo, que tem sido tão elogiado pelos outros países, embora agora comecem também a surgir dificuldades por lá.

Mas, Sr. Presidente, acho que, como acabou de dizer o Senador Beni Veras, mercadorias como bebida e cigarro, sobre as quais incidem impostos seletivos, cujos percentuais são muito grandes, deveriam merecer uma ação também seletiva por parte da fiscalização, com vistas a uma arrecadação maior, porque são os tributos aplicados sobre esses produtos e sobre os carros que dão a maior receita para o País.

Mas, nesse caso específico, as medidas que V. Ex<sup>a</sup> está tomando, Sr. Presidente, de levar o depoente à Receita, talvez ainda hoje, vão pelo menos possibilitar a que os órgãos da União expliquem por que, até o momento, não foram tomadas as devidas providências em face de denúncias tão sérias, tão claras e tão fáceis de serem apuradas. Se V. Ex<sup>a</sup> conseguir levá-lo, acho que prestará um grande serviço ao País, como vem prestando há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Muito obrigado.

Pergunto aos Srs. Senadores se têm mais algum questionamento ou se querem usar da palavra? (Pausa.)

Por favor, com a palavra o Senador João Calmon, o mais obstinado de nós todos, não só na Educação, mas também em prover recursos para a Educação.

O SR. JOÃO CALMON — Diante do Presidente, Senador Ronan Tito, que é um sol, sou uma luz de vela. S. Ex<sup>a</sup> foi o único Parlamentar deste País que teve a coragem cívica de defender, na sua campanha para Governador do Estado de Minas Gerais, um percentual de 50% da receita de impostos para a Educação. S. Ex<sup>a</sup> é excessivamente modesto, S. Ex<sup>a</sup> é o campeão imbatível!

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Aluno de V. Ex<sup>a</sup>, com muita honra!

O SR. JOÃO CALMON — Um dos nossos assessores, dos mais atuantes, mais eficientes, lembra que, nos Estados Unidos, há três setores em que os fiscais atuam nas fábricas: nos setores de bebida, de fumo e de armas de fogo. Parece-me que no setor de perfumaria também. Creio que uma relação desse tipo poderia nos inspirar, futuramente ou na primeira oportunidade, a apresentação de alguma emenda, de algum projeto de lei do Executivo, ou quem sabe do próprio Legislativo, admitindo a introdução dessa inovação. Eu não encer-

raria a minha atuação, tão modesta nesta reunião, sem fazer uma reflexão sobre o Rio Grande do Sul. Essa evasão fiscal, que desperta uma ira patriótica, sagrada, louvável em V. S<sup>a</sup>, existe em todos os demais setores da economia? Creio que não, porque se houvesse uma sonegação tão criminosa, tão vultosa, em todos os setores da economia do Rio Grande do Sul, ele não apresentaria alguns dos índices mais favoráveis da sociedade brasileira, em termos de Educação, em termos de Cultura, em termos, até mesmo, de educação política.

Creio que, comparando com estados que parecem pertencer à Índia e não à República Federativa do Brasil, em que os índices de miséria são realmente quase inacreditáveis, o Rio Grande do Sul ostenta, no seu conjunto, um nível de vida que é invejado por muito mais da metade ou 70% das demais Unidades da Federação, inclusive algumas aqui fulgorantemente representadas pelos Senadores Jutahy Magalhães e Beni Veras, e alguns setores de Minas Gerais, que representam quase que sucursais do Nordeste.

O Rio Grande do Sul não deve ser um recordista de sonegação de impostos no Brasil, porque ela resulta também de falta de educação ou de educação insuficiente. O Rio Grande do Sul dá lições ao resto do País. Por exemplo: para a Educação, seu Estado não destina apenas 25% da receita de impostos estaduais; ele destina 35%. As diferenças são visíveis até no aspecto dos gaúchos, quando comparado com o aspecto dos sofridos sertanejos do Nordeste, trabalhadores que quase se equiparam aos párias da Índia, de um passado remoto — creio que, hoje, o número de párias diminuiu substancialmente na Índia, graças ao estadista inspirador que foi o Mahatma Gandhi.

Essa sonegação de impostos, V. S<sup>a</sup>, que é um bravo lutador, que merece a nossa admiração, o nosso respeito e a nossa gratidão pela intrepidez de vir aqui fazer denúncias, pode confirmar ou desmentir que ela é maior, mais chocante, mais criminosa, mais avassaladora, na área específica das bebidas, e não de um modo geral, nos outros setores da economia gaúcha, que é, em termos brasileiros, uma das mais prósperas — também sou de origem nordestina, parte baiana, parte paraibana —, não diria de país desenvolvido, mas de país em desenvolvimento, num nível bastante invejável em relação a outras ilhas de pobreza e de miséria do nosso País?

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Referi-me especificamente à área de bebidas. Não fiz comentários sobre qualquer outro setor de atividade, mas somente sobre a área de bebidas, em que me concentro. Nossas dificuldades são tão grandes que não dá nem tempo para olhar os demais problemas que, porventura, existam no estado. Agora, confesso, fiz um juramento e, mais uma vez, confirmo a intensíssima sonegação que há no setor de bebidas alcoólicas, não me refiro a refrigerantes nem a cervejas, mas a bebidas que chamamos de "bebidas quentes".

O SR. JOÃO CALMON — Dentro da linha da minha indagação, por exemplo, uma das grandes empresas de bebidas dos Estados Unidos hoje opera no Rio Grande do Sul: a produtora de vinhos Almadén, que é da Califórnia. Produz um vinho, por sinal, de excelente qualidade. O vinho gaúcho, produzido pela Almadén — eu diria — é de qualidade internacional, de nível realmente muito bom. Uma empresa como a Almadén consegue sobreviver numa competição predatória com esses campeões de sonegação que V. S<sup>a</sup> atacou com tanta coragem?

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Eles devem estar sofrendo muito, apesar de terem um nível. O produto deles já alcança um nível maior, por exemplo, a classe A. Eles não atuam nessa faixa de produtos mais populares, mas devem estar sofrendo muito. Todas as empresas que trabalham com produtos de mais alto gabarito, melhor qualidade, devem estar sofrendo muito também com essa concorrência desleal, porque nas áreas populares, por exemplo, na classe média para baixo, os consumidores querem preço, querem vinhos mais baratos e com preço melhor. Acredito que eles devem estar sofrendo muito com essa concorrência.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Muito obrigado. Não havendo mais quem queira fazer perguntas, passo a palavra ao Sr. Luiz Felipe Kunz Netto, para que faça suas alegações finais.

O SR. LUIZ FELIPE KUNZ NETTO — Eu não poderia deixar, aqui, de fazer um agradecimento, porque não estaria nesta CPI hoje se não fosse o Gabinete Militar da Presidência da República, por meio de seus Coronéis: O Pimenta, Sávio Costa e Feitosa, principalmente, além de ressaltar o Major Jandir, da 5ª Sessão, do 3º Exército, em Porto Alegre, um grande incentivador, a pessoa que não me deixou desistir, porque chegou uma hora em que pensei em desistir desse meu trabalho. Ele foi a pessoa, cujas palavras jamais vou esquecer; jamais vou esquecer o que ele me disse. Então, ao Major Jandir, da 5ª Sessão, do 3º Exército, e aos Coronéis Pimenta, Sávio Costa e Feitosa, quero deixar meus agradecimentos e meus elogios, porque é de pessoas assim que o Brasil precisa. E o meu agradecimento ao Senador Ronan Tito, que também se sensibilizou com a primeira audiência que tive com S. Exª. Muito obrigado.

O SR. BENI VERAS — Gostaria de fazer uma sugestão: as lojas organizadas de convenção de São Paulo, como Mesbla, Pernambucanas, firmas, afinal, que trabalham pagando impostos, até pela própria dimensão da empresa, sofrem um problema muito sério com isso; a confecção produzida marginalmente no Brás, ou por coreanos etc., não pode ser vendida nessas lojas, que não têm condições de comprar sem nota, mas custa bem menos. Então, todas essas firmas estão numa situação muito difícil; não conseguem competir. Assim, seria talvez importante buscarmos alguém dessa área para examinar. Conheço bem a área e posso ajudar na questão.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Não há mais quem queira fazer uso da palavra. Antes de encerrar, desejo agradecer, e muito, ao Sr. Luiz Felipe Kunz Netto, porque ele veio às suas expensas. Normalmente, quando temos convocado alguém para depor, colocamos as passagens à disposição. Quero ainda convidar a todos os Srs. Parlamentares para que estejam presentes na quinta-feira, às 10 horas, quando virá a esta CPI, para um depoimento espontâneo, o Sr. Abílio Diniz, que é Vice-Presidente do Grupo Pão de Açúcar, que se ofereceu também para fazer denúncias na área da sonegação.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 17h25min.)*

#### Ata da 15ª reunião, realizada em 12 de novembro de 1992

Aos doze dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e dois, na sala nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Ronan Tito (Presi-

dente), Jutahy Magalhães (Relator), Meira Filho (Vice-Presidente), Beni Veras, Esperidião Amin, Elcio Álvares e, ainda, os Senhores Senadores César Dias, Pedro Teixeira e a Senhora Senadora Eva Blay, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "Investigar a situação atual da evasão fiscal no País". Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Ronan Tito, declara abertos os trabalhos da Comissão e solicita ao depoente, Dr. Abílio dos Santos Diniz, Vice-Presidente Executivo do Grupo Pão de Açúcar, que proceda o juramento. O Senhor Presidente faculta a palavra ao depoente para fazer sua explanação. O depoente ressalta como ponto fundamental a obrigação de se lutar contra a situação social que o País atravessa através de uma mudança da política econômica. A presidência concede a palavra ao relator Sr. Senador Jutahy Magalhães para fazer suas indagações. Em seguida, assume a relatoria o Senhor Senador César Dias. Na fase interpelatória usam a palavra os Senhores Senadores Esperidião Amin, a Srª Senadora Eva Blay e os Senhores Senadores Ronan Tito, César Dias, e Elcio Álvares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada irá a publicação com o apanhamento taquigráfico que faz parte integrante desta ata.

**ANEXO À ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR A SITUAÇÃO ATUAL DA EVASÃO FISCAL NO PAÍS, REALIZADA EM 12/11/92 NA SALA 06, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, COM O OBJETIVO DE OUVIR O DEPOIMENTO DO SR. ABÍLIO DOS SANTOS DINIZ, VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO DO GRUPO PÃO DE AÇÚCAR, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

Presidente: Senador Ronan Tito

Vice-Presidente: Senador Meira Filho

Relator: Senador Jutahy Magalhães

Íntegra de acompanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Declaro aberta a reunião. Inicialmente, convido o depoente Dr. Abílio Diniz, para tomar assento à Mesa. (Pausa.)

Convido o Dr. Tarcísio D. Medeiros, para tomar assento à Mesa. (Pausa.)

Srs. Senadores, é praxe, no início dos depoimentos, que a Presidência leia algumas informações curriculares do depoente. O Dr. Abílio Diniz é por demais conhecido mas, mesmo assim, gostaria de ler algumas coisas do seu currículo.

O Dr. Abílio Diniz formou-se em administração de empresas, na Fundação Getúlio Vargas, tendo realizado estágios e cursos de pós-graduação nos Estados Unidos, em Administração e em Economia.

Teve sua carreira profissional iniciada em 1956, inteiramente dedicada ao Grupo Pão de Açúcar, fundado em 1948, pelo seu pai, Comendador Valentino dos Santos Diniz. A partir de um certo momento, o Dr. Abílio passou a dividir a responsabilidade de administração do grupo como seu pai.

Desde 1963 participa de entidades de classe, tendo sido fundador e Vice-Presidente, respectivamente, da Associação Paulista de Supermercados — APAS, e da Associação Brasileira de Supermercados — ABRAS.



A partir de 1974, tornou-se, sucessivamente, membro do Conselho da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas; membro do Conselho Consultivo do Unibanco; membro do Conselho Superior de Economia e do Conselho Superior de Orientação Política e Social da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; membro do Conselho Monetário Nacional, como um dos representantes da iniciativa privada, até 1989.

O Dr. Abílio Diniz foi condecorado diversas vezes, inclusive no exterior. Destaco, aqui, uma outorga do governo de Portugal e da Ordem do Rio Branco, do Brasil. Foi, também, homem de vendas no ano de 1971; comerciante do ano, em 1979, pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo e a revista *Senhor*, em 1982.

A revista *Senhor*, em 1988, considerou-o administrador emérito do Conselho Regional dos Técnicos de Administração.

São apenas algumas informações. O Dr. Abílio Diniz é por demais conhecido em todo o Brasil, porque além de empresário vitorioso, foi, também, do Conselho Monetário Nacional e atuante nas entidades de classe empresariais.

Dr. Abílio Diniz, antes de iniciar o depoimento, a CPI tem por norma pedir que o depoente faça o juramento.

O SR. ABÍLIO DINIZ — “Juro, como dever de consciência, dizer toda verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar a situação atual da evasão fiscal no País”.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Antes de dar a palavra ao Dr. Abílio Diniz, para que ele possa fazer uma breve exposição, comunico que, após a exposição, o depoente será submetido a questionamentos, a perguntas, a inquisições dos Srs. Senadores.

Gostaria, também, de esclarecer que o Dr. Abílio Diniz se ofereceu para vir aqui dar o seu depoimento às suas expensas. Não quis, inclusive, aceitar a oferta que é normal, que é tradicional da CPI, de colocar as passagens à disposição do depoente.

Com a palavra o depoente.

O SR. ABÍLIO DINIZ — Sr. Presidente, Senador Ronan Tito, demais Senadores e outras personalidades presentes:

Fico grato a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, por esta oportunidade para tentar dar alguma contribuição, mesmo que seja modesta, para que o nosso País consiga mudar o seu rumo; para que consigamos inverter a trajetória que estamos seguindo e possamos ter um Brasil melhor para os brasileiros.

Considero a minha vinda aqui como obrigação de colaborar com esta Casa, com pessoas como o senhor e todos os que estão aqui. Só peço a Deus que me ajude, com um poder de síntese, a trazer algo que possa ajudá-los a enfrentar os nossos problemas.

Na minha opinião, o ponto fundamental que devemos atacar é a reversão do atual quadro social do País. Não há mais condição de se suportar o aumento do desemprego, a diminuição do poder aquisitivo, a pobreza, a miséria, a fome, e, por outro lado, a debilidade cada vez maior das empresas. Não há mais condição de se permitir, passivamente, que a criminalidade e a marginalidade continuem aumentando, motivadas, principalmente, pelo quadro social atual.

Considero isso como base de tudo; o restante é secundário. Penso, com muita clareza, que devemos estar prepa-

rados para enfrentar todos aqueles que nos põem empecilhos à frente e nos dizem: “Não dá. Com essa inflação não dá para mudar o quadro. Se fizermos isso o déficit público vai aumentar. Mas não pode porque temos dívida externa”. Não pode, não pode.

O quadro tem que ser revertido. Temos que tratar do restante; mesmo a questão da inflação.

Não posso acreditar como este País passou tanto tempo — dois anos, pelo menos — num agravamento mais profundo da crise social em nome de um combate à inflação que nem sequer teve o seu sucesso.

Partindo do ponto de vista de que esse quadro tem que ser revertido, para isso temos que mudar a política econômica. E, a meu ver, não há a menor possibilidade de se mudar a política econômica, se não resolvermos o problema das contas públicas, se não devolvermos ao Estado mais do que o equilíbrio; se não devolvermos ao Estado a capacidade de voltar a investir, desta vez — espero eu — no social. Acho que já passou o modismo do Estado empresário; o Estado tem que investir no social e tem que recuperar não só o seu equilíbrio, mas a sua capacidade de voltar a investir. E para voltar a investir e recuperar o seu equilíbrio, pelo menos, é evidente, não há mágica alguma, é óbvio, o Estado tem que diminuir as suas despesas e, até certo ponto, aumentar as suas receitas. Quando se fala que o Estado tem que aumentar as suas receitas ou que o Estado tem que aumentar tributos, imediatamente, levantam-se todos, entra a turma do deixa disso e diz: “não pode aumentar tributos quando gasta tão mal”.

O fato é que se não se der dinheiro ao Estado neste momento — estou falando do final deste ano de 1992 — para que ele equilibre as suas contas no ano de 1993, nós vamos continuar agravando a crise social e vamos ser responsáveis pelo aumento de criminalidade, de marginalidade, de miséria e de fome neste País. Temos que dar dinheiro ao Estado neste momento. Temos que pedir que o Estado corte seus gastos, que aplique bem — o que, aliás, é sua obrigação —, mas vamos fazê-lo concomitantemente. O ponto é dar dinheiro ao Estado, mas tentar dá-lo de forma inteligente ou da forma mais inteligente possível. Foi aí que, numa idéia de se dar dinheiro ao Estado de uma forma inteligente, para mim, começou a história deste depoimento nesta Casa, a convite do Senador Ronan Tito. Num telefonema que dei a S. Ex<sup>a</sup>, na tentativa de — numa linguagem clara — lhe dar a maior força e a esta Comissão Parlamentar para que buscasse medidas para combater e diminuir a evasão fiscal, nasceu o convite a mim, e vou tentar justificar, já que não gastei a passagem, mas, pelo menos, estou gastando o tempo, a minha presença aqui.

Como é que se pode dar dinheiro ao Governo de uma forma mais inteligente? Todos nós sabemos que a evasão fiscal é muito grande. Há estimativas da própria Receita Federal de que ronda a casa dos 50%. Pode ser um exagero, mas, para efeito de contas, acho que esse número pode ser aceitável. É evidente que essa situação se agravou muito com a recessão nesses últimos dois anos, mas não só nesses últimos dois anos. Se olharmos a década de 70, a carga tributária em relação ao PIB era de 25,4% do PIB. Caiu durante os anos 80. Houve dois picos de elevação de carga tributária em 86, no ano do cruzado, e em 90, no ano do Plano Collor, por motivos muito claros, a carga tributária passou para 28%, fundamentalmente, devido ao grande aumento de IOF naquela altura. Mas também houve outros motivos: a extinção do cheque



ao portador teve alguma coisa a ver com isso e também houve oportunidade de pagamento utilizando-se cruzados novos para liquidação de dívidas antigas. O fato é que a carga tributária subiu para 28% do PIB. Em seguida, no ano de 1991, declinou para 21% e, segundo as estimativas da própria Receita, é possível — que me perdoe o Dr. Otacílio, se, por acaso, meus números são imprecisos, mas pretendo atingir uma ordem de grandeza e não a precisão absoluta — que cheguemos a, no máximo, 20%; não deveremos chegar a 21% de carga tributária bruta este ano e talvez venhamos até abaixo de 20%. Fundamentalmente, isso é fruto de recessão; isso é fruto também da credibilidade do próprio Governo, dos últimos acontecimentos que chocaram e abalaram a Nação. Esses acontecimentos fazem com que as pessoas quase que adquiram o direito moral de não pagar os seus tributos.

A recessão e as dificuldades financeiras das empresas têm sido tão grande nestes últimos anos que, entre pagar os bancos ou deixar de pagar os impostos, é evidente que as empresas acabam lançando mão de todos os meios — muitos deles não podem ser classificados de sonegação — para pagar menos impostos. O fato é que isso nos leva a uma carga tributária que, neste momento, é absolutamente insuficiente; terá de aumentar. Volto ao ponto de que o fundamental é aumentá-la de maneira inteligente.

Eu gostaria de fazer um pequeno exercício com os senhores; a carga tributária prevista para este ano é da ordem de 20% do PIB. Se não tivéssemos uma evasão fiscal — seria uma utopia — teríamos uma carga tributária de 40%. Se tivéssemos uma evasão fiscal semelhante à dos Estados Unidos, que, neste momento, foi agravada — 15% —, a nossa carga tributária seria bem maior. Os Estados Unidos são um País que tem cultura muito forte de pagamento de impostos — para pagar impostos é preciso formar uma cultura, uma tradição. Se tivéssemos, portanto, uma evasão fiscal da ordem de 15%, a nossa carga tributária seria os 40% menos os 15%, que nos daria aproximadamente 35% do PIB. Trinta e cinco por cento do PIB não só não é necessário ao país como também não é viável, ou seja, não se pode imaginar uma carga tributária acima de 30% num País em desenvolvimento como o nosso. Não creio que devamos nos basear na Coreia, que é um exemplo no mundo atual, ou nos chamados “tigres asiáticos”. Na Coreia, a carga tributária é 15% do PIB; na Ásia, nos chamados “tigres asiáticos”, é de 16% do PIB. Há uma explicação para isso: praticamente não há previdência por parte do Estado; aqui, gasta-se algo como 8% do PIB. Para que esses países tenham uma carga mais baixa, há uma explicação: isso não foi por acaso, foi por mérito, creio. Devemos olhar, por exemplo, a América Latina, talvez não como média, porque um País acaba sendo diferente do outro e tem histórias diferentes. Mas um país pode ser colocado com uma média razoável, o caso do Chile, que tem 23% de carga tributária. Saindo da América Latina, os Estados Unidos têm 28%, o Japão 29% e, então, passamos para a Europa, onde as cargas tributárias são mais elevadas. Não podemos nos balizar por esses países que estão muito a nossa frente. Portanto, creio que uma carga tributária da ordem de 24,25% — não pretendo discutir precisão de números — seria aceitável. Estamos com a estimativa de 20%, muito abaixo.

Por outro lado, temos de nos conscientizar que se não se mexesse em nada, esse elenco de impostos que temos, independente de serem os melhores ou não, deveriam gerar, diante de circunstâncias normais de evasão fiscal, uma carga

tributária da ordem de 34%, que é muito alta para um país como o nosso.

Resumo de tudo isso. Se conseguíssemos tratar da evasão fiscal, conseguíssemos resolver esse problema da noite para o dia e caíssemos para 15% ou 20% de evasão fiscal — alguma coisa como isso —, teríamos, simplesmente, superávit nas contas públicas, capacidade para o Governo voltar a investir, como mais, teríamos capacidade de baixar impostos, de baixar alíquotas, porque algo acima de 30% é impensável em um país como o nosso.

Por que esta CPI é importante? Ela pretende tratar da evasão fiscal? Isto é extremamente importante. Como não podemos esperar conseguir diminuir a evasão fiscal da noite para o dia, através dos instrumentos clássicos, temos de entrar para outros processos que compensem o tempo que se vai levar para se chegar a uma perda fiscal razoável, muito menor do que aquela que temos hoje.

É evidente que a melhoria da máquina arrecadadora, inclusive através do aumento de pessoas, não da qualidade, porque a qualidade no topo é muito boa, mas do aumento de pessoas de instrumentos de recursos de informática, enfim — não sou um especialista nisso — ajudará a diminuir a evasão fiscal.

Realisticamente, não acredito que se consiga resultados altamente palpáveis em menos de dois anos. Porém, é necessário se começar hoje, porque já devíamos ter começado há cinco ou dez anos e já estaríamos com esta parte do problema resolvido. A diminuição forte da evasão fiscal, através da melhoria da máquina arrecadadora, leva um determinado tempo, mas, realisticamente, não acontecerá, por melhores e mais competentes que sejam as pessoas, durante o ano de 1993.

Voltamos ao ponto. Temos de fazer isso para nos beneficiarmos em 94, em 95, um pouco mais na frente, e temos de encontrar forma de dar dinheiro ao Governo para o ano de 93. Quando falo em dar dinheiro ao Governo de uma maneira inteligente é, fundamentalmente, tentando aumentar a base de arrecadação, que é de novo motivo desta comissão, que, ao estudar e tratar a evasão fiscal, procura fazer com que paguem mais corretamente os seus tributos. Esse me parece, no momento, um princípio fundamental. Temos que aumentar essa base de arrecadação.

Como aumentar a base de arrecadação? Quais são os instrumentos que se pode utilizar? O primeiro deles é através de uma tentativa de reforma de emergência, porque penso que para aumentar para valer a base da arrecadação se faz necessária uma reforma tributária ampla, que espero deverá ocorrer dentro desta Casa, no ano que vem. Teremos um ano para tratarmos disto com a maior profundidade. Dentro de uma reforma de modificações tributárias de emergência, o importante é evitarmos aquilo que se chama os tributos ou impostos declaratórios, aquilo que o contribuinte vai declarar.

Estamos numa situação de crise e nela ainda permaneceremos durante um certo tempo. Estamos com a sociedade traumatizada com problemas de maus exemplos. Não podemos ser ingênuos, imaginando que vamos criar cultura de se pagar impostos em um ano ou dois anos ou seis meses ou coisa que o valha. Temos de, tanto quanto possível, evitar os impostos que são declarados pelo contribuinte, que dependem da declaração do contribuinte e mais, para aqueles que são arrecadados independente da declaração.

Sem querer me alargar muito, passaria à análise de uma reforma tributária de emergência, que está sendo proposta pelo Executivo.

O Senador Ronan Tito leu o meu currículo. S. Ex<sup>a</sup> sabe que não sou jurista, não sou advogado, não tenho pretensões de conhecer tudo, nem o suficiente, mas procurei estudar porque estou preocupado com isto. Já fiz esta declaração de que se não desatarmos este nó fiscal não conseguiremos sair da situação em que nos encontramos.

Tenho procurado estudar as possibilidades de se fazer alguma coisa a essa proposta que vem do Executivo. Parece-me, não apenas a mim, mas a pessoas a quem considero altamente entendidas e respeitáveis, que essa proposta do Executivo tem, no mínimo, alta coerência. É uma proposta séria, colocada como medida de emergência, sabendo que teremos uma reforma tributária, uma reforma fiscal ampla no próximo ano. E, como medida de emergência, é uma proposta altamente equilibrada.

Penso ser insuspeito para falar nisso. Não tive a honra de conhecer o Ministro Gustavo Krause; conheço muito pouco o Ministro Paulo Haddad. Não tenho procuração alguma para defender a proposta do Executivo. Porém, na minha visão, ela é altamente equilibrada. Claro que pode ser atacada de todas as formas e por todos os segmentos da sociedade, porque, neste momento, não existe nenhuma proposta de reforma tributária que encontre unanimidade, neste País ou em qualquer outro, se for para aumentar o número de impostos ou a carga tributária.

Passarei a uma análise superficial — como digo — da proposta do Governo.

O Governo institui, na minha opinião, o imposto mais importante nessa proposta: o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira, anteriormente chamado de ITF — segundo alguns, um arremedo do chamado Imposto Único, proposto e discutido amplamente.

Esse imposto tem, para mim, um ponto fundamental: ele alarga a base de arrecadação. É inequívoco! Não podemos continuar sobrecarregando aquele contribuinte que já não agüenta pagar e não está pagando os seus impostos; que está se valendo, inclusive, de recursos judiciais por não suportar mais a carga tributária incidente sobre ele. Esse imposto tem a vantagem e o mérito de ser realmente um imposto que alarga a base compulsoriamente, pois não é declaratório; é universal. E tem de ser provisório. Aliás, é uma das coisas que talvez havia uma explicação, um receio: talvez se pretenda cobrir um orçamento de dois anos. Mas esse imposto deveria terminar em 31 de dezembro de 1993, até para obrigar que a reforma fiscal — e não apenas a tributária — ocorra e seja aprovada durante o ano de 1993, para que o orçamento de 1994 possa estar baseado na ampla reforma fiscal que se pretende promover no ano que vem. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, o fato de o imposto ser universal, não significa que não necessite de alguns ajustes e acertos.

Mas, como essa proposta é polêmica, creio que devamos nos deter mais sobre ela.

Há dias, vi pela televisão — como uma demonstração de imensa boa vontade de entendimento do Executivo com todos os segmentos da sociedade —, o Governo, através de seus ministros, dialogando com as lideranças sindicais a respeito dessa reforma de emergência. Uma das reclamações de um líder sindical era: “A empresa credita o meu dinheiro num banco e sou obrigado a ficar com aquele banco até o fim. Não posso transferir o dinheiro para o banco perto da

minha casa, onde movimento a minha conta. Isso é uma invasão, não adianta nada e não tem sentido. Isso não vai alargar a base de tributação; pode dar um pouco mais de imposto.” Mas o que vai acontecer? Vem a turma do “deixa disso”, pessoas que não querem que o imposto passe e começam a citar os motivos pelos quais ele fracassou na Argentina; e fracassaram outras experiências. Citam o caso de outros países que reduziram o seu imposto, porque tinham alíquotas elevadas, como a Austrália — o único caso conhecido —, que ainda mantém o imposto, mas com uma alíquota muito baixa. Então, vem essa turma e arrasa com o plano. Eles dizem: “Como é que se vai cercear o direito de o trabalhador movimentar o seu dinheiro? Mas para tirar de um banco e colocar em outro ele vai ter que pagar o imposto de 0,25% proposto.” Estes, aliás, é outro ponto que eu gostaria de questionar: por que 0,25%?

Ajustes desse tipo, que facilitam não só o trabalhador, mas que vão facilitar as empresas com problemas de transferências de caixa.

Acredito que a transferência interbancária para a mesma pessoa física ou jurídica não deveria sofrer a incidência desse imposto. Um dos exemplos de pequenos ajustes que podem ser feitos — porque vai-se perder alguma coisa, mas também não podemos estar sempre atrás da “Lei de Gerson”, de tirar vantagem em tudo. Não é possível! Algumas coisas têm de ser feitas em benefício do interesse maior, que é manter o imposto. Isso facilitará para as empresas e para os trabalhadores.

Outro ponto citado pela turma do “deixa disso”, contra esse imposto, é que a sociedade, imediatamente, vai descobrir uma série de maneiras de se livrar desse imposto: ou seja, que haverá pagamentos em dólar, que se usará dinheiro “vi-vô”, que se endossará um cheque várias vezes etc. No caso do endosso do cheque, basta uma regulamentação do Banco Central, anunciando que o cheque só poderá ser endossado uma única vez, e acaba o problema!

Mas aqueles que não querem que o imposto — a meu ver, extremamente importante, porque vai realmente alargar a base de tributação — seja instituído usam de todos os argumentos — inclusive porque são justos, mas não são importantes no todo para invalidar a idéia.

Então, pequenas correções podem ser feitas; problemas podem ser resolvidos com a regulamentação; e esse imposto tem de funcionar. Até pergunto: por que 0,25%? A idéia inicial era de 0,5%; depois, falou-se em 0,3%. A meu ver, ou o Governo está com medo de implantar uma alíquota talvez de 0,3% 0,4 ou até 0,5%, temendo uma repercussão negativa e muita pressão por parte daqueles que não querem a implantação, ou temendo que o imposto não funcione, porque a alíquota é alta. Penso que é tão alta a de 0,25 quanto a de 0,3% ou 0,4. E não se deveria perder aí a oportunidade de se aumentar um pouco mais a arrecadação, dentro do princípio de não onerar aqueles que já pagam excessivamente seus tributos.

Com relação ao Imposto sobre Valor Agregado, esse imposto, na realidade, é uma cópia do ICM — não sei se a Receita já tem definidos os critérios de como vai tratar os salários nesse valor agregados: se os salários estão fora, como é o real princípio, porque o valor agregado são apenas os insumos e os salários não são tratados como insumos; ou se os salários entram. Isso é importante para a definição da alíquota.

Parece-me que a alíquota de 7% é excessivamente elevada para um caso: se salários não entram como valor agregado, e me parece razoável se, por um acaso, ele entrar como valor agregado.

De qualquer forma, é um imposto que apresenta mais justiça, mais facilidade, inclusive, de controle, até porque há uma história: Já temos toda a mecânica do controle do ICMS. É um imposto muito parecido ou talvez igual; é um imposto mais justo, porque incide sobre o valor agregado e não sobre o faturamento. Vem substituir aberrações fantásticas que temos no nosso sistema tributário, como a memória falha, penso eu; e peço a Deus que o Supremo Tribunal Federal reconheça a inconstitucionalidade não apenas pelo lado jurídico da questão, mas pelo lado econômico, onde as empresas não têm condições: aqueles que não pagaram — que são a grande maioria —; empresas que não se beneficiaram desse imposto, aumentando seus lucros, porque tiveram prejuízo — em torno de 60 a 70% neste País, no ano de 1991 —; são empresas que não fizeram caixa.

O Finsocial é um imposto criticado pelo Líder Sindical Luiz Antônio de Medeiros, em um artigo que escreveu.

Espero que haja, por parte do Supremo Tribunal Federal, o julgamento a favor da inconstitucionalidade. Isso não vai “quebrar” o Estado, como muitos dizem. O Estado tem condições de negociar o valor depositado com as empresas, porque aquelas que conseguiram depositar foram as que tiveram lucro; o Estado pode negociar a devolução; pode acertar futuramente. Ao passo que se for cobrar, mesmo a longo prazo, das empresas que não depositaram, porque não tiveram condições, não só poderá inviabilizar um número muito grande de empresas, como retardará, sem dúvida, a retomada dos investimentos do setor privado.

Portanto, parece-me que a instituição desse imposto adicional sobre o valor agregado traz amplas vantagens para a Receita, para o contribuinte, para a sociedade.

Há uma pergunta formulada no ar: Por que não se acopla isso ao ICM e não se acerta, entre estados e municípios, a forma de repartição dessa parte de uma maneira que pudesse ser tudo acoplado, agrupado, facilitando o controle por parte das empresas e também a fiscalização por parte da Receita? Mas é um detalhe técnico. Deixo a pergunta no ar, não me atrevo a aprofundar.

Sobre o Imposto Seletivo Especial, que pretende substituir — ou substituiu — o IPI, precisamos não nos esquecer que, primeiro, essa é uma reforma tributária de emergência. Isso não pode ser esquecido, porque se isso ocorrer as coisas podem ser questionadas muito contundentemente. Mas para uma reforma de emergência é extremamente válido, porque o atual IPI provém, na realidade, destes produtos: pêssegos em caldas, massa de tomate etc., o que dá muito pouco IPI. A receita já vem desses produtos.

Vai incidir sobre os insumos? Poderá nos colocar fora de condições concorrenciais até na exportação? Pode. Podemos minimizar isso com o câmbio; há maneiras de conseguir contornar o problema. Não invalida a tese. Portanto, parece-me que vai no sentido correto.

Com relação ao imposto que não foi amplamente divulgado, mas está sendo discutido, que é o que propõe tributar o ganho financeiro na fonte, independentemente de ter a empresa lucro ou prejuízo, penso que a idéia é correta. Ela vem para contrabalançar a perda causada pela Lei nº 8.200, tem uma base aceitável. Se o Governo está sendo obrigado

a pagar juros reais extremamente altos em virtude da política econômica, parte deles poderia reverter novamente para o Tesouro.

O princípio é bom, eu o aceito, porque sou contra juros reais excessivamente altos, totalmente contra. Acho que eles têm que ser reais numa situação como a do Brasil de hoje, mas já me referi a eles no início — ou nem cheguei a me referir, estava falando à imprensa antes de começar. A única ferramenta eficiente com que o Governo conta para combater a inflação é a taxa de juros, por isso ele os eleva tremendamente.

Então, se se tem elevado as taxas de juros e elas ainda vão permanecer altas durante um certo tempo, é justo que uma parte desse ganho real de juros — não se está falando na inflação, não se está falando daquilo que coincide com a variação da UFIR; está-se falando apenas na tributação do ganho real — faça parte de um aumento de arrecadação.

O perigo são as empresas que já contam com isso para a formação d seu preço, ou mantêm-se dentro de uma margem razoável de lucro, ou do equilíbrio, ou de pequeno prejuízo à custa desse ganho adicional. É uma questão que se põe mas que não invalida a tese, que pode doer mais a uns, menos a outros, mas que deve ser mantida.

Dentro da proposta, o único imposto para o qual penso que o momento não é adequado, é o chamado imposto sobre os ativos. Ele pode levar — a não ser que tenha uma alíquota muito baixa, mas aí ele não vai conseguir alargar a base de tributação de forma eficiente — a injustiças em que empresas, mesmo com prejuízos e com ativos altos, com investimentos muito pesados mas atravessando fases de prejuízo, venham a ter que pagar imposto — que seria, na realidade, o imposto de renda — sem ter renda, sem ter lucro.

Na situação do País e das empresas, tenho uma preocupação muito grande de aliviar a carga tributária das empresas, porque é através delas que podemos aumentar o investimento, diminuir o desemprego ou criar emprego; portanto, é fundamental que se preserve a capacidade ou pelos menos a sobrevivência das empresas.

Tenho receio desse imposto sobre ativos, principalmente se a alíquota for representativa para empresas de ativo alto e se ele não puder ser compensado caso a empresa tenha prejuízo. É o único imposto que considero mais polêmico.

Mas em linhas gerais, e para terminar — peço desculpas aos presentes, ao Senador Ronan Tito —, esta é uma reforma fiscal, uma reforma tributária de emergência que, a meu ver, tem grande coerência e precisamos dar essa arma ao Governo.

Temos a obrigação de lutar contra algo muito maior, que é a fome, a miséria, a situação social que o País atravessa. Para que isso seja feito, temos que mudar a política econômica. Não se conseguirá mudar a política econômica se não for aprovada essa reforma fiscal de emergência, neste momento, para dar fôlego ao ano de 93, para que nesse ano sejam feitas coisas com muito mais profundidade e os mecanismos de tributação possam ser muito mais aperfeiçoados.

Há muito mais coisas que eu gostaria de dizer, mas pertenceriam a uma segunda fase, em que haveria mais justiça social, em que teríamos que nos preocupar com impostos que são regressivos, enfim, com uma série de coisas que cabem mais ao estudo de uma reforma tributária ou de uma reforma fiscal ampla do que a este momento, principalmente porque ultrapassei de longe o meu tempo motivo pelo qual peço desculpas a V. Ex<sup>as</sup>

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Muito obrigado, Dr. Abílio Diniz. Passaremos, agora, à fase das perguntas.

O Senador Jutahy Magalhães, Relator desta CPI, pede precedência, que é sempre do Relator; por isso mesmo não vejo nenhum problema em que ele faça as primeiras perguntas.

Cabe aqui uma explicação ao Dr. Abílio Diniz e aos outros participantes. Haverá segundo turno das eleições em diversas capitais e em diversas cidades; por isso os políticos têm que correr, pois hoje é o último dia de comícios.

Eu vou à noite para a minha Uberlândia e o Senador Jutahy para a sua Salvador.

Com a palavra o Relator, Senador Jutahy Magalhães.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou passar às mãos do Dr. Abílio as perguntas que vou inicialmente fazer, para que S. Sª possa mais facilmente respondê-las. Para efeito de gravação, vou também lê-las no microfone.

A algumas delas, Dr. Abílio, V. Sª já respondeu na exposição que fez. Mas eu gostaria de saber primeiro — V. Sª já respondeu a esta —, que impostos o contribuinte brasileiro mais sonega. Com a experiência que o senhor tem como empresário, inclusive como membro do Conselho Monetário Nacional, gostaria que V. Sª informasse que impostos o contribuinte brasileiro mais sonega.

O SR. ABÍLIO DINIZ — Evidentemente que são os impostos... Bom, temos que distinguir rapidamente dois tipos de contribuintes. E existe algo que pode ser classificado como sonegação e outra coisa que, a meu ver, não pode ser classificado como sonegação.

Rotular as empresas que estão na Justiça recorrendo contra o Finsocial, chamar esses contribuintes de sonegadores do Finsocial e acusá-los pela falta de atendimento médico ou coisa que o valha é uma injustiça muito grande. Temos que distinguir as duas coisas.

Quando falo em alargar a base de tributação, não é aqui onde o imposto é mais sonegado. As grandes empresas, as empresas maiores querem, mas não fazem a evasão fiscal — Não é nem por princípios morais, é por impossibilidade técnica. O Governo sabe, e a Receita, e quando têm que buscar um pouco mais de impostos vão buscar justamente aí, naqueles que têm impossibilidade total de fazer alguma coisa. É por isso que me bato tanto no sentido do alargamento da base de tributação; quer dizer, não é bem o tipo de imposto que o contribuinte brasileiro mais sonega, é o perfil do contribuinte brasileiro.

Agora, se o senhor quiser uma resposta mais técnica, é evidente que ele sonega aqueles impostos chamados impostos declaratórios, que ele mesmo declara.

Aquilo que é cobrado na fonte, ou é cobrado compulsoriamente é muito mais difícil de ser sonegado.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Qual é a maior incidência de evasão fiscal? Estaria na área federal, estadual ou municipal?

O SR. ABÍLIO DINIZ — Eu não tenho esse dado, Senador, e por isso não me atreveria a responder. Peço desculpas a V. Exª, mas não tenho esse dado.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — V. Sª fez parte do Conselho Monetário Nacional. Poderia informar se no Conselho Monetário Nacional se discute e se resolve a respeito dessas questões que vão para o Judiciário, que dão causas a esses recursos para o Judiciário?

São muitos, inúmeros os casos de recursos contra a União. Houve alguma discussão na área do Conselho Monetário Nacional sobre como evitar esses erros da própria área?

O SR. ABÍLIO DINIZ — Senador, eu saí do Conselho Monetário em abril de 89. Naquela altura, chamo a atenção para isso, a situação do País ainda era muito diferente, porque não havia a recessão monumental que se agravou após 90. Não existiam questões polêmicas e que estão fazendo com que empresas recorram à Justiça, como o caso do Finsocial, do PIS e da contribuição social, que estão sendo questionados na Justiça. Isso não acontecia em 1989.

Por aquilo que vivi durante quase 10 anos como membro do Conselho Monetário Nacional e por aquilo que ouço contar, o Conselho Monetário está funcionando hoje de maneira muito diferente; quer dizer, até a sua periodicidade não tem sido a mesma. Enfim, medidas maiores de macroeconomia não têm sido discutidas a nível do Conselho Monetário.

Não estou lá, mas posso dizer que até 1989 discutia-se muita coisa de macroeconomia e de formulação de política econômica. Os membros do Conselho Monetário eram, na realidade, pessoas que estavam envolvidas com a formulação da política econômica do País. Neste momento nada posso dizer a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — V. Sª poderia indicar os mecanismos de que se servem os novos contribuintes para sonegar? V. Sª julga que os meios utilizados pelos sonegadores envolvem, além deles, outros interessados em participar das vantagens proporcionadas pela evasão fiscal? Quais seriam tais interessados? Julga V. Sª que os consumidores de bens e serviços contribuem para a sonegação fiscal?

O SR. ABÍLIO DINIZ — Nobre Senador Jutahy Magalhães, em primeiro lugar, não sou um especialista em sonegação fiscal; segundo, é muito difícil especificar-se isso através de tipos de impostos ou de mecanismos que possam ser usados. Com a experiência que tenho, trabalhando com uma empresa grande, espalhada praticamente por todo o território nacional, não tenho muito a contribuir nesse ponto.

O de que nos damos conta — e volto novamente à mesma palavra técnica — é que os impostos que são declarados pelo contribuinte, principalmente pelas empresas menores ou pelos prestadores de serviços, são impostos mais facilmente passíveis de não serem pagos corretamente.

A meu ver, o principal disso é que não conseguimos criar ainda no país uma cultura de pagamento correto dos impostos. Essa cultura não existe dentro da sociedade brasileira, e o que é pior, os últimos acontecimentos dos últimos tempos, dos últimos anos, levaram a piorar muito mais esse quadro, levaram quase que a sancionar o direito da impunidade, o direito de não se dar dinheiro a um Estado que não o utiliza bem e dá publicamente, em muitos casos, demonstrações de que não age também corretamente. Isso foi agravado pela falta de credibilidade do próprio Governo.

Não acredito que eu possa trazer qualquer contribuição a esta Casa ou a esta CPI, tentando mexer nesse ponto que não conheço em profundidade. Acredito que a Receita Federal conhece os métodos, a forma, principalmente; sou testemunha por ter vivido naquela casa, por ter acompanhado vários Ministros da Fazenda com os quais tive a felicidade de ter alguma privacidade, homens dignos. Na Receita Federal te-

mos pessoal altamente especializado, e que nada fica a dever a outros países muito mais avançados que o nosso.

O que tem que ser feito nesse sentido, é dar recursos a esses homens para que eles possam mostrar os seus conhecimentos, que resultem em medidas práticas, e que possam ser muito mais efetivos; mas para isso eles precisam de recursos.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Procurarei ser mais objetivo. V. S<sup>a</sup> poderia esclarecer quais foram os efeitos da aplicação da Lei nº 8.200, de 1991, que dispõe sobre a correção monetária das demonstrações financeiras para efeitos fiscais ou societários, em relação ao resultado de suas empresas, apurado no período base de 1990?

O SR. ABÍLIO DINIZ — No nosso caso é muito fácil responder. Tivemos prejuízo operacional no ano de 1990 e um equilíbrio no ano de 1991. No nosso caso, não tivemos nenhum benefício com a Lei nº 8.200. A meu ver, essa lei foi um equívoco na sua formulação. Num quadro recessivo como o de hoje, de dificuldades, as empresas se aproveitaram da formulação da lei; as empresas que realmente tiveram lucro se beneficiaram da Lei nº 8.200, é evidente. No nosso caso não, porque tivemos prejuízo operacional e para nós é inútil; apesar disso, acredite que esse imposto sobre ganhos financeiros tem a razão de ser.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Com a experiência que V. S<sup>a</sup> tem, perguntaria: com esses furos legais que existem na nossa legislação, V. S<sup>a</sup> poderia apontar alguns que poderiam, sendo sanados, resolver em parte essa evasão fiscal e essa demanda judicial que existe contra a União?

O SR. ABÍLIO DINIZ — Não, nobre Senador. O caso mais claro é o caso do Finsocial, e não vejo como pode ser revertido. Acredito que o Finsocial tem que se apagar e começar de novo. E, aí, vejo com inteligência do Governo, realmente, a criação de um imposto para substituir. Vamos substituir aquilo que no mínimo é polêmico. É o imposto que os juristas consideram absolutamente inconstitucional e os economistas consideram uma aberração. É um imposto que tem história, inclusive, pois começou com uma alíquota de 0,5% depois foi subindo até chegar a 2%, em alguns casos, como demonstra o Sr. Luiz Antônio Medeiros, Presidente da Força Sindical, Líder Sindical. O Finsocial, os 2% sobre o faturamento chegam a representar 25% da folha de pagamentos em alguns setores.

Se não houvesse o Finsocial, poder-se-ia empregar mais 25%. É um raciocínio muito simplista de sindicalista, mas é um raciocínio profundo que demonstra a fortíssima incidência em alguns setores desse imposto.

Nobre Senador, penso que não é por aí. A Receita Federal deveria abandonar a polêmica, mudar, fazer o que tentou no final de 1991. Tem que ser feito agora, sem dar margem a qualquer contestação judicial. O Congresso precisa apoiar, dar respaldo legal, para que as modificações sejam feitas de maneira que não encontrem amparo para questionamento posterior. Não interessa a ninguém neste País que venhamos a fazer novamente uma reforma fiscal de emergência, porque não podemos esquecer que fizemos uma em 1991, ou tentamos fazer uma em 1991 e que não resolveu o problema. Precisávamos fazer agora uma que desse certo e que resolvesse o problema de 1993.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Cito, por exemplo, aquele caso que foi muito explorado nos jornais,

sobre a importação de carros pelos partidos políticos com isenção de impostos. Esse é um caso simples e não atinge um grande valor, mas de qualquer maneira é um dos furos da nossa legislação.

No caso do Finsocial, acredito que existe, não tanto uma discussão a respeito da inconstitucionalidade do Finsocial, mas a respeito do aumento da alíquota de 0,25% para 2%, porque os Tribunais reconhecem o pagamento, me parece, até 0,60%, não me lembro bem. Essa discussão não é tanto da inconstitucionalidade do Finsocial.

V. S<sup>a</sup> fez uma exposição que considere muito apropriada quanto à necessidade dessa modificação, com essa chamada reforma fiscal de emergência. Todos nós consideramos que seja um fato absolutamente necessário. Mas quando se inicia a discussão, começa a divergência quase que total e absoluta. Estamos vendo um exemplo com a proposta que foi encaminhada ao Congresso e as reações que estão surgindo contra essa proposta. Infelizmente nos prendemos muito a essa discussão. Considero que V. S<sup>a</sup> tem toda a razão quando diz que, se nada concedermos, teremos um ano de 1993 em que não poderemos imaginar o que vai acontecer com a evolução da crise social.

No caso do Imposto Provisório de Movimentação Financeira, parece que V. S<sup>a</sup> que deu razão àqueles que gostariam de uma pequena modificação, mas não a contribuição dessa alíquota de 0,25% nas transações feitas para um mesmo CPF, por exemplo.

O SR. ABÍLIO DINIZ — É algo que não invalida a tese; são pequenas modificações e algumas regulamentações que, certamente, até o Banco Central poderá fazer, sem que esteja na lei, que cubra determinadas brechas, elimine perturbações. Como exemplo, poderia haver uma tentativa de monetização ao invés de se trabalhar com cheque; isso pode ser superado através de regulamentação.

Citei apenas essa movimentação interbancária para a mesma conta, para o mesmo CPF, enfim, para a mesma pessoa física ou jurídica, como um exemplo do que pode ser feito sem invalidar a tese em hipótese alguma. Acredito que o imposto é inteligente, pois expande a base de tributação.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Às vezes, uma determinada pessoa faz uma declaração, o jornal publica, e isso se transforma em verdade absoluta. Temos sempre ouvido, na discussão desse imposto, que na Argentina não deu certo. Ontem li uma declaração do próprio Ministro da Economia, Domingos Cavallo, dizendo que, lá, deu certo.

O SR. ABÍLIO DINIZ — V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Ao contrário do que se transformou numa verdade nacional. Quer dizer, houve um fracasso desse imposto lá. Na questão emergencial, o imposto deu resultado na Argentina. Quando houve modificação, aí sim, começou a haver uma diminuição da arrecadação. Concorro com V. S<sup>a</sup> que esse imposto pode ser aceito de imediato, para que possamos começar a ter uma arrecadação maior do que o País necessita. V. S<sup>a</sup> fez uma exposição sobre os diversos pontos dessa proposta do Governo, mas não se manifestou a respeito do sigilo bancário.

O que V. S<sup>a</sup> teria a dizer sobre o assunto?

O SR. ABÍLIO DINIZ — Senador Jutahy Magalhães, sou contra que se faça, ou que se quebre o sigilo bancário, sem que haja abertura de um processo.

A noite passada, estava vendo o Ministro do Planejamento, Paulo Haddad, numa entrevista na televisão, e S. Ex<sup>a</sup> disse que concordava com a tese de que considera uma evasão realmente ao cidadão, inclusive perigosa a quebra do sigilo bancário. O nobre Ministro estava sendo entrevistado e o entrevistador fez uma alusão: "Amanhã, o senhor pode não estar lá. Enfim, isso pode ser usado de uma forma diferente da que V. Ex<sup>a</sup> pensa hoje".

É verdade. A meu ver, não podemos retirar alguns direitos de privacidade das pessoas de uma forma muito simplista, sem que haja, vamos dizer assim, um processo, uma determinação de uma instância maior.

Ainda na mesma entrevista, o Ministro Paulo Haddad disse: "Concordo com isso, e vamos qualificar esse imposto." Não sei o que S. Ex<sup>a</sup> quis dizer com qualificar. Se isso for minimizado, se o respeito à privacidade dos cidadãos for respeitado, a não ser que uma causa maior o justifique que não o seja, creio que poderá ser implementado. Todavia, não se dever ferir certos direitos de privacidade das pessoas.

Desculpe-me, Senador Jutahy Magalhães, mas não considero isso de capital importância para o nosso momento atual. É como se aumentássemos o valor das multas, o nível de ameaças. No meu entender, temos de aumentar a qualidade de eficiência em nível da fiscalização efetiva. Só a ameaça não é suficiente no momento em que estamos.

O fato de o cidadão ter sob a sua cabeça a responsabilidade de ser quebrado o sigilo bancário, parece-me algo muito fraco em termos realmente de melhorar a arrecadação.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Respeitados os direitos individuais e evitados os excessos, temos de reconhecer — pelo menos, reconheço que, no Senado Federal, no Congresso Nacional, começamos a ter resultados positivos nas nossas investigações. Estão aí as diversas CPI que ocorreram durante anos.

Estou, aqui, no Senado Federal, há quatorze anos e estive quatro anos, na Câmara Federal, além dos mandatos recebidos, na Bahia. Nunca tinha visto uma CPI chegar a um resultado positivo, relacionada a esses problemas. Começamos a obter resultados, quando veio aqui, um motorista dando algumas indicações, alguns indícios o que resultou na quebra do sigilo bancário. No caso, tivemos condições de apurar os fatos. Não posso dizer quais os fatos que foram apurados, como será a decisão do Senado Federal, mas, pelo menos, uma CPI chegou ao final, apresentando resultados positivos. Esta CPI poderá também tentar obter o mesmo resultado. As dificuldades que estamos encontrando são de respostas a requerimentos feitos; isso mostra que há sempre dificuldades ao tentar fazer determinadas apurações. Considero que há necessidade de se fazer algo mais. O que está existindo até o momento é uma aplicação muito restrita do direito constitucional que existe de se fazer a quebra do sigilo bancário em determinados casos. Esse direito existe, desde que haja a manifestação da Justiça. Mas há, até agora, uma interpretação muito restritiva disso. Por isso, acredito que seja necessário um debate muito amplo sobre essa questão específica do sigilo bancário.

O SR. ABÍLIO DINIZ — A minha posição é muito clara, Senador, se V. Ex<sup>a</sup> me permite. Sou perfeitamente a favor de que seja quebrado o sigilo bancário. Quanto à forma de fazê-lo, não sei.

Na CPI, V. Ex<sup>a</sup> tinham todo respaldo e motivos suficientes para isso. Por exemplo, mesmo que o Ministro da Fazenda tenha a capacidade de decretar, unilateralmente, a quebra

do sigilo bancário, nem ele mesmo, sozinho, sentir-se-ia bem nessa posição. Precisariamos ter mecanismos de forma que, se fôssemos à Justiça, se instaurássemos um processo, que isso fosse muito rápido. Aí, então, quebrar-se-ia o sigilo bancário. Não sei se fui claro. Não sou contra, sou a favor.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Exato, sei que V. S<sup>a</sup> não é contra.

O SR. ABÍLIO DINIZ — Porém, a forma de se fazer é que gostaria fosse melhor colocada e não decretada unilateralmente por uma única pessoa.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — A exposição que V. S<sup>a</sup> fez mostra a questão da evasão fiscal em que apresentou algumas razões, para que isso esteja ocorrendo, inclusive da crise política; da crise econômica, também, mas a crise política V. S<sup>a</sup> abordou especificamente. Acredita V. S<sup>a</sup> que esteja havendo no Brasil, por parte, pelo menos, de alguns setores, uma espécie de desobediência civil?

O SR. ABÍLIO DINIZ — Acho que quase se pode chamar assim. Desobediência civil é um termo muito forte, mas moralmente sanciona na cabeça das pessoas, dá o direito às pessoas de, no desespero — temos que olhar a crise que estamos passando — entre pagar ao banco e pagar ao governo, tranquilamente pagam ao banco. Por um lado, o banco faz a empresa quebrar imediatamente. Por outro, existe na cabeça das pessoas quase que o direito de deixar os tributos de lado, pela crise que aconteceu. Isso foi altamente agravado — e chamo a atenção, Senador Jutahy Magalhães para números que estão aparecendo nos Estados Unidos, onde a recessão aumentou sensivelmente. Num país de cultura de pagamento de todos os seus tributos, a recessão aumentou a evasão fiscal. Não tenho o número exato. Aliás, nem eles o têm. Os banqueiros, até os empresários têm a nítida certeza de que houve um aumento da evasão.

O RELATOR (Jutahy Magalhães) — Como última pergunta, gostaria de abordar, não tanto a questão relacionada à evasão fiscal, mas à crise social.

O setor de V. S<sup>a</sup>, ligado principalmente à sua atividade profissional, o que representou de queda na aquisição de alimentos por parte da população brasileira, não é tanto a questão da evasão fiscal, mas a da crise social. Qual a queda na venda de produtos básicos, de alimentos como arroz, feijão, no setor de V. S<sup>a</sup>, ligado principalmente à sua atividade profissional neste ano de 1992?

O SR. ABÍLIO DINIZ — A queda no básico praticamente não houve. O que ocorreu, Senador Jutahy Magalhães, foi a mudança daquilo que se chama do *mixure*, isto é, as pessoas vão "escorrendo" cada vez para produtos mais baratos, para o básico, cada vez para o básico mesmo, ou seja, o mínimo necessário para a alimentação. Isso é nítido, tem ocorrido durante esses dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Com a palavra o Senador Esperidião Amin para formular as suas perguntas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Sr. Presidente, Srs. Senadores, pude acompanhar a exposição praticamente toda. Em seguida, tive que me ausentar, porque pratiquei rapidamente da CPI sobre os Fundos de Pensão. Por isso, talvez, algumas das minhas perguntas estejam prejudicadas. Mas observei que boa parte das considerações que o Sr. Abílio Diniz expendeu a respeito da proposta de ajuste tributário — prefiro chamá-lo assim — vêm ao encontro da minha convicção. Parti-

cularmente, quanto à propriedade, no momento, do imposto sobre transações financeiras — e eu estenderia essa propriedade também ao chamado imposto seletivo que me parece bem mais adequado do que o IPI, com as suas inúmeras exceções.

Mas o que desejo indagar tem a ver com o espírito, principalmente, da chamada classe produtora, a respeito de evasão fiscal mesmo. Evasão, não sonegação.

Considero a parte mais perversa da evasão, no momento — não a sonegação —, porque o sonegador sempre poderá ser alcançado; considero a parte mais perversa a evasão propriamente dita, ou seja, o uso da confusão jurídica para não pagar. Exemplo: o Finsocial. Finsocial 91 e 92, ou seja, o Confis ou a Confis que seria o nome adequado para esse tributo.

Segundo colhemos junto ao Ministério da Fazenda, num encontro havido há cerca de 25 dias — o Senador Ronan Tito estava presente — encontro que reuniu um grupo de Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos, não especificamente em relação ao Finsocial, mas monta a mais de 260 mil o número de ações judiciais — basicamente recursos, para não pagamento de impostos, taxas, enfim, tributos. E existe uma indústria para não pagar, próspera: talvez só perca para os bancos, mas deve ter custos mais reduzidos do que os bancos: é a indústria do recurso jurídico. Tributaristas já notórios do Brasil hoje representam, sinteticamente, o seguinte: o grande não paga, o médio paga meio a meio e o pequeno paga.

Colhi depoimentos recentemente. Na última segunda-feira, em Jaraguá do Sul, tive que dar um conselho para um pequeno empresário que sempre pagou o Finsocial e estava em dúvida se devia ou não pagar agora. Eu o aconselhei o pagar porque achava que o Governo iria ganhar na Justiça. Não sei se menti. Mas quem tinha mantido o cadastro em dia — o Finsocial está sujeito a acabar neste fim de ano se a emenda for aprovada — paga mais dois meses e acabou. Ele respondeu que já pagara no dia 3, que estava se aconselhando comigo para saber se fez certo ou errado.

Eu gostaria de saber de V. Sª a respeito dessa indústria. Como é a abordagem da questão no meio empresarial? Essa é a primeira pergunta. A segunda diz respeito à sua avaliação sobre os efeitos da Lei nº 8.200. Não seria necessário avaliá-la?

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — V. Exª pode repetir a pergunta? É possível que o depoente tenha algo a acrescentar. Então, fica a critério dele repetir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — O essencial da pergunta não é a consideração sobre a Lei nº 8.200, mas a sua impressão sobre se este ajuste tributário preenche o seguinte objetivo, que acho seria o mais importante: ele ajuda a passar uma borracha nesse quadro de conflito fiscal estabelecido no Brasil? Ou seja, ainda que as leis tributárias não estejam aqui escritas — o que está escrito aqui é a emenda constitucional — ele lhe dá a impressão de que vai reduzir o contencioso, que se deve esperar em matéria tributária? Essa é a segunda pergunta.

O SR. ABÍLIO DINIZ — Senador., em primeiro lugar me sinto feliz que uma pessoa como V. Exª tenha concordado comigo na avaliação, pelo menos no conteúdo principal, do que está chamando ajuste tributário. Eu sempre procurei chamar de tributário, quer dizer, não é um ajuste fiscal, mas chamar ajuste ou reforma é a mesma coisa.

Em segundo lugar, V. Exª se referiu à abordagem de uma indústria para não pagamento de impostos. Eu não veria a coisa por esse lado. O que ocorre nos meios empresariais é a ênfase, cada vez maior, àquilo que se chama planejamento fiscal, ou seja, estritamente dentro da lei, fazer com que haja o menor pagamento possível de impostos. Isso ocorre em maior ou menor escala em todos os países do mundo, mas é evidente que em muito maior escala nos países que têm um número de impostos tão grande e uma legislação tributária como a que nós temos. Ele é complexo e dá margem, evidentemente, a procurarem brechas na legislação para que haja uma diminuição da carga tributária daqueles que pagam os seus impostos, que não sonegam e que sofrem.

O Senador teve ocasião de dizer que para o senhor é mais problemático ou é pior não o sonegador, porque o sonegador vai se buscar, mas aquele que usa de artifícios dentro da lei para pagar menos impostos.

Eu, se o senhor me permite, gostaria de discordar.

O que acontece com as empresas é que em determinados setores a concorrência daqueles que não pagam os seus tributos, a concorrência até da chamada economia informal é tão séria que aqueles que, ou por obrigação ou por dever moral, necessitam pagar os seus tributos eles procuram dentro da lei diminuir a sua carga tributária, e essa é a base do meu pronunciamento, daquilo que eu chamo dar dinheiro ao Governo, e não discutir, mas tentar dar de forma inteligente.

Dar de forma inteligente significa aumentar a base de arrecadação e até fazer uma coisa que o senhor chamou a atenção agora, numa pergunta que me fez e que eu não teria condições de responder: se eu acho que essa reforma tributária nesse momento limpa para trás e não dará margem, deixa para trás, quer dizer, fica o que está para trás e para frente nós não vamos recomeçar.

Como eu não sou jurista eu não tenho condições de lhe responder; eu tenho que lhe responder apenas pela cabeça e pelo bom-senso. Acho que deveria ser um objetivo também da reforma, eu disse isso, apoiada nesta Casa, apoiada no Congresso, e aí depende muito da maneira como o Congresso apoiar, que não deixe brechas para contestação, que se façam as coisas dentro de um princípio claro, e me parece que esta é uma proposta coerente, é uma proposta honesta, porque pelo lado do contribuinte nós temos que começar, mesmo que devagarinho, a criar cultura, a cultura do pagamento dos seguros.

Para isso é importante que o contribuinte acredite que a proposta é honesta, que a proposta é correta, e que há necessidade de mesmo com o seu sacrifício dar esse dinheiro ao Estado, porque sem ele não é possível se reverter a situação social e sócio-econômica do País. Então, eu não tenho condições de dizer se eu acho que a reforma proposta poderá não dar margens a essas discussões, mas acho que é um cuidado que deve ser tomado e que depende muito do apoio desta Casa, da forma como for feita, para que isso seja, realmente, algo para valer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Com a palavra...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, pediria a V. Exª para indicar um Colega para responder aqui pela Relatoria, como V. Exª que ia agora para a Bahia, nós temos dois municípios para o segundo turno. Nós vamos derrotá-lo hoje nos dois municípios. Eu que vou dar visto a ele agora.



O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Pois não, Senador Jutahy Magalhães, eu solicito o Senador César Dias que assuma a relatoria, *ad hoc*.

Com palavra a Senadora Eva Blay.

A SRA. EVA BLAY — Sr. Abílio Diniz, minha pergunta visa muito mais a me beneficiar da sua experiência empresarial, do modo como V. S<sup>a</sup> se colocou perante a proposta do Governo. Desejo conhecer um pouco melhor a sua opinião sobre a feliz forma como V. S<sup>a</sup> tem colocado o problema da ausência de cultura no pagamento de impostos. Tenho visto na imprensa grandes críticas ao Estado que dizem respeito à dívida pública, justamente agora. Alguns economistas sugeriram, pela imprensa, a redução da dívida pública "pelo corte da merenda escolar, do dinheiro dado aos CIAC", e mesmo ao corte de pessoal.

É grande a minha indignação com o corte de verba para a merenda escolar e para a educação primária. Como V. S<sup>a</sup> vê essas sugestões justamente num momento tão grave de recessão e de alto desemprego? Como empresário, V. S<sup>a</sup> poderia sugerir alternativas, soluções ou pistas para esse corte de pessoal? Vamos demitir professores? Pessoal ligado à saúde? Funcionários necessários ao funcionamento correto da administração pública? O que são excedentes desnecessários?

O SR. ABÍLIO DINIZ — Já declarei que temos que dar ao Estado não só a capacidade de equilibrar as suas contas, mas também a capacidade de voltar a investir. Espero eu que o País volte a investir no social. Dizer a V. Ex<sup>a</sup> que se deveria investir mais nos CIACS, ou na merenda escolar, seria um atrevimento da minha parte entrar nesse campo. Acho que o social é prioritário, o Governo precisa investir; entretanto, mais do que tudo, é importante que voltemos a dar emprego, que voltemos a uma outra política econômica que nos possibilite uma retomada, mesmo que gradual e progressiva, do aumento do nível da atividade econômica. Isso parece-me fundamental. Em primeiro lugar, precisamos dar emprego, salários mais adequados, fazer com que o poder aquisitivo seja gradativamente recuperado, tão deteriorado ele ficou nesses anos. Parece-me que o mais importante de tudo é a geração de empregos, uma retomada gradual do crescimento para reverter esse quadro social. Seria um atrevimento da minha parte opinar sobre onde e quais as prioridades. A merenda escolar? Os CIAC? Penso que o social tem prioridade sobre tudo, mas peço desculpas por não responder.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Não havendo mais nenhum inscrito para fazer perguntas, passo eu a fazer aquelas que me foram enviadas pela assessoria desta Comissão.

A primeira pergunta é do representante da Unafisco: desde que o Brasil foi descoberto até dezembro de 1964, a lei de Criação do Banco Central, não existia sigilo bancário para o fisco, pelo contrário, dos bancos e seus negócios eram fiscalizados para efeito do pagamento do Imposto do Selo, do Imposto de Renda, etc. Em face do que precede, muitos especialistas consideram que o chamado sigilo bancário frente ao fisco serviu para instalar no Brasil a indústria da sonegação fiscal, vez que as empresas passaram a usar o sistema financeiro como caixa 2, além de mecanismos pra lavagem do dinheiro do narcotráfico, contrabando, crime organizado, etc.

É óbvio que a Receita não tem como instaurar processos fiscais contra correntistas fantasmas, narcotraficantes e outros

protegidos pelo sigilo bancário. Gostaria de saber de V. S<sup>a</sup> o que pensa desse problema.

O SR. ABÍLIO DINIZ — Senador Ronan Tito, já manifestei a minha opinião sobre isso, mas concordo com a posição do Senador Jutahy Magalhães, quando disse que não lhe parece que o assunto deveria ser melhor debatido? Talvez o assunto tenha que ser mais debatido, porque há posições que, aparentemente, são conflitantes de um lado e de outro, mas que, de repente, podem se acomodar através dos mecanismos usados.

Acho que tentar esgotar o problema, neste momento, seria talvez uma perda de tempo para todos, e volto a citar as palavras do Ministro Paulo Haddad, a quem assisti ontem pela televisão dizendo: "Estamos preocupados em qualificar melhor isso — ele não especificou o que é qualificação — acho que o assunto tem que ser melhor debatido".

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — A segunda pergunta do representante da Unafisco: com a crise e a recessão que atingem toda a Nação, onde as empresas arranjam tanto dinheiro para emprestar ao Governo? Estariam as empresas emprestando ao Governo as importâncias que estão previamente sonogando? O que V. S<sup>a</sup> tem a dizer?

Tenho a impressão que a pergunta da Unafisco dirige-se aos tomadores de Letras do Tesouro, etc.

O SR. ABÍLIO DINIZ — Hoje, na situação em que estamos, o que não existe no País é aquilo que mais precisamos — investimento. Ninguém está investindo. As sobras de caixa das poucas empresas que têm lucro — e isso é muito importante ressaltar — evidentemente são muito mais atraídas por juros reais, altamente remuneradores, do que pelo investimento produtivo. Foi falado, neste Casa, algumas vezes, em lavagens de dinheiro, narcotráfico; não estou comparando com esse tipo de coisa, mas com investimento produtivo a sério. Nenhum investimento tem condições de dar 23, 27, 28 ou 30% ao ano de taxa real de juros.

Onde as empresas arrumam dinheiro para emprestar ao Governo? As que têm sobra não investem, porque, num investimento produtivo, um retorno razoável seria mais ou menos 15 ou 20%, e se encontra 30% no mercado financeiro. Táí, é assim que se empresta dinheiro ao Governo.

Essa é a política econômica que estamos seguindo, que este nos levando a esta recessão, que está nos levando a esta situação social, e que eu, pelo menos, ilusoriamente, acredito que seja revertida ou tenho esperança que seja revertida.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Pergunta, agora, da assessoria: considerando-se o momento fiscal do País, o senhor não acha que o imposto temporário sobre movimentação financeira é a única possibilidade para rolagem da dívida interna — dívida do setor público —, financiamento da Presidência, propiciando um mecanismo de combate à inflação e redução dos juros reais do mercado.

O SR. ABÍLIO DINIZ — Já manifestei-me, Senador, altamente a favor desse imposto. Tive até a ousadia de questionar se a alíquota não deveria ser um bocadinho maior, tomados os seus devidos cuidados, se não se deveria ter a coragem até de fazer uma alíquota um pouquinho maior.

Sou 100% a favor.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Pressões da Febraban, contrária à aprovação desse imposto — aspecto importante —: no primeiro semestre de 1992, os bancos tiveram



um lucro 55% maior do que o comparado no mesmo período do ano anterior, que já não foram pequenos. Qual o argumento que os bancos podem apresentar que verdadeiramente venha a nos convencer de que esse imposto não deva ser estabelecido?

O SR. ABÍLIO DINIZ — A meu ver, os bancos não vão conseguir, nem ninguém vai conseguir, argumentos que lhes possam convencer, embora muitos argumentos reais possam ser apresentados. Quando se quer entrar alguma coisa, pega-se tudo aquilo que se possa imaginar, que se possa enxergar para entrar, certo? Foi citada aqui a história da Argentina, onde existe a chamada meia verdade. As meias verdades são terríveis, são piores do que as mentiras, porque a mentira a gente pega logo ali na esquina, rápido. Agora, meia verdade, é complicado! Essa história de que a Argentina não deu certo — e que já virou manchete — rola por aí, inclusive junto com os economistas! Na Argentina, não deu certo. Agora, não se explica por que a Argentina não deu certo e por que foi extinto e como o foi!

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Dr. Abílio Diniz, agora vou fazer as minhas perguntas: V. S<sup>a</sup> tem empresas em outros países. Propala-se demais que a carga tributária brasileira é muito alta. Conheço até um grande jurista brasileiro que se notabilizou por uma frase — evidentemente, o período é incompleto — “O Brasil é o país que mais tributa no mundo”; só esquece de colocar uma vírgula e terminá-lo, dizendo: “mas é o que menos recebe”.

Gostaria de saber de V. S<sup>a</sup> se as empresas que o senhor tem em outros países são tributadas mais ou menos do que no Brasil.

O SR. ABÍLIO DINIZ — Abordei isso na minha exposição inicial, Senador, e fiz até uma conta que, antecipadamente, pedi ao ilustre representante da Receita que me perdoasse por alguma imperfeição ou imprecisão no cálculo. Cheguei a uma carga tributária, se todos os impostos fossem recolhidos, com uma evasão de 15%. Quer dizer, esses impostos que estão aí, se todos fossem pagos, com uma evasão, com uma perda de 15%, teríamos 34% de carga tributária sobre o PIB; excessivamente alta para um país como o nosso.

Citei inclusive, Senador, como exemplo — peguei um exemplo médio na América Latina — o caso do Chile com 23%. Não podemos falar em 30% para o Brasil. Citei o caso da Europa, onde na maior parte dos países é mais de 30%, mas estão em situação completamente diferente da nossa. E citei também o caso dos países asiáticos, ao redor de 16% do PIB, mas também com a justificativa do porquê uma carga tão baixa.

Não tenho qualquer dúvida de que se caminarmos na direção correta — o que significa fazer agora essa reforma tributária de emergência — e se começarmos a pensar imediatamente na reforma fiscal no ano de 1993, quando se pensa do lado da receita, pensa-se do lado da despesa e, principalmente, a meu ver, todo o sistema tributário brasileiro tem que ser repensado, porque hoje 60% da contribuição, no Brasil, vem das empresas, atingindo indiretamente toda a sociedade, quando deveria ser o contrário. Na Europa, nos países mais desenvolvidos, cerca de 30% provém do pagamento através das empresas, ao passo que 70% origina-se do Imposto de Renda de ganhos da pessoa física. Essa idéia já faz parte de uma lei ou de um sistema tributário mais justo, dentro de um país em desenvolvimento que pretende ter uma melhor distribuição de renda. Embora seja mais profundo do que

isso, não pode ser relegado o seu estudo para 1998. É preciso que haja um compromisso deste Governo, do Executivo.

Vamos aprovar esta reforma de emergência com pequenos ajustes — que me parece seriam sensatos —, com o compromisso de imediatamente elaborarmos uma reforma fiscal profunda, diferente de reforma tributária, que abrangesse não apenas receita e despesa, mas também o aspecto social da carga tributária, seja ela regressiva ou progressiva, a forma de arrecadação no País, um ponto extremamente importante se objetivamos uma melhor distribuição de renda no País. E é preciso que esta Casa trabalhe no sentido de que não haja contestações futuras.

Se se diminuir a evasão, o sistema tributário brasileiro consegue arrecadar, no mínimo, 30% do PIB, o que é excessivo. Porém, ele é extremamente regressivo.

Falo com tranquilidade, pois, por pertencer a uma faixa mais alta, serei uma das pessoas que vão ser mais atingidas, mas é assim que tem que ser. Quando fizermos a reforma fiscal para valer, temos que repensar inclusive essa parte.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — O que pensa V. S<sup>a</sup> do imposto colocado após o preço, como acontece nos Estados Unidos?

Nas vitrines das lojas americanas, o preço da mercadoria é exposto e, quando se vai pagar no caixa, paga-se a mercadoria e destacados os impostos. O americano se diz um pagador de impostos, motivo suficiente para reclamar do policial, do governador, do Presidente da República. Entretanto, ele tem presente sempre o valor que paga, porque é adicionado ao preço de face.

Qual a sua opinião sobre a exigência da nota fiscal para facilidade da fiscalização, inclusive do consumidor na rua?

O SR. ABÍLIO DINIZ — Sr. Senador, talvez não seja praxe aqui na Casa, mas eu diria que é um horror pensar nisso no Brasil de hoje. Conheço bem o sistema de cobrança nos Estados Unidos. Aqui se tem falado no imposto sobre consumo, muito defendido pelo setor industrial, deixando a arrecadação para o comércio.

Esse imposto nos Estados Unidos, hoje, já é considerado, e em outros países, no que se refere ao recolhimento, como menos eficiente do que o imposto sobre o valor agregado, usado por nós e que teve origem na França.

No nosso caso, o imposto recolhido na ponta do comércio será feito de uma forma declaratória, ou seja, dependendo da declaração que o contribuinte fizer sobre as suas vendas. Não será justo, pois aquela meia dúzia que pagar corretamente será colocada para fora do mercado pela competição, pela concorrência, que, certamente, não irá declarar aquilo que é devido. Isso é o que chamo dar dinheiro ao Governo de forma inteligente neste momento. Temos que aperfeiçoar a máquina, temos que formar cultura, mas, no momento, temos que evitar os impostos declaratórios tanto quanto possível, se quisermos uma arrecadação maior.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Sr. Depoente, passarei a palavra ao nobre Senador César Dias, Relator *ad hoc*, para fazer as suas perguntas. Peço licença a V. S<sup>a</sup> para atender a uma solicitação, no telefone, do meu Líder, que talvez tenha também alguma pergunta a fazer.

O SR. RELATOR (César Dias) — Srs. Senadores, Sr. Abílio Diniz, preliminarmente, eu gostaria de fazer algumas considerações.

Existe um tipo de sonegação feita pelo Estado — os empresários têm consciência disso —; uma das piores inclusive, que é o superfaturamento, as obras comissionadas, faraônicas, sem nenhum fim social, tudo isso sobrenadando a corrupção. Trata-se de um tipo de evasão para a qual não há punição efetiva. Com a instituição da nova Constituição, pudemos começar a aparelhar a máquina administrativa para evitar o máximo possível a corrupção.

Diante desse fato, V. S<sup>a</sup> acha que os sonegadores devem ir para a cadeia, em julgamento sumário, como ocorre nos Estados Unidos e em outros países evoluídos?

O SR. ABÍLIO DINIZ — Precisamos caminhar passo a passo. Se aumentássemos excessivamente as punições neste momento, em que, diante da falta de credibilidade do Governo, as pessoas se dão ao direito de não pagar os seus tributos, às vezes até premidos pelas suas necessidades, estaríamos talvez cometendo uma injustiça.

Temos que começar gradativamente, até chegar a um ponto de respeito pela tributação, em que as pessoas sejam condenadas por crime de sonegação fiscal, como é o caso não só dos Estados Unidos, como de outros países da Europa. Isso faz parte do que chamo de formação de cultura de que os impostos são sérios e têm que ser pagos.

O SR. RELATOR (César Dias) — Não sei qual é o conceito dos grandes empresários sobre um perdão fiscal generalizado, uma reforma tributária ampla e, depois, uma repressão maior aos sonegadores. Qual a sua opinião a respeito disto?

O SR. ABÍLIO DINIZ — Penso que talvez não precise ser tão amplo, a não ser em algumas casos. Discordo do Senador Esperidião Amin, que aconselhou uma pessoa a pagar o Finsocial, porque a Justiça deveria julgá-lo constitucional. Até de uma forma um tanto quanto dramática, peço à Deus que o Supremo julgue pela inconstitucionalidade.

Podemos avançar nesta questão, não tanto por ser ou não constitucional, não tanto pelo mérito. Dizem os juristas que o mérito é esse. Não sou jurista e analiso pelo lado das empresas. Há um número imenso de empresas que não pagaram o Finsocial por impossibilidade, não o incorporaram a preço, nem a lucro. Foram levadas a isso pela necessidade; não fizeram depósito, não se prepararam para o efeito devastador de uma decisão pela constitucionalidade, mesmo que seja um pagamento a longo prazo. Sobre isto não tenho a menor dúvida: apenas as empresas que tiveram lucro conseguiram depositar em juízo por precaução; mas a grande e esmagadora maioria não o fez por impossibilidade de pagamento.

Não vou entrar no mérito, porque não sou jurista. Estes dizem que é inconstitucional; os economistas, que é absurdo. Não opto por nenhum dos dois, embora entenda da parte econômica. O importante é analisar a situação do País, a realidade das empresas, sobretudo pelo lado social. Não adianta fazer impostos e tentar cobrar de quem não pode pagar, pois essa medida, além de eliminar um número muito grande de empresas; retira a capacidade de reinvestimento das que conseguirem sobreviver.

A minha dramaticidade em pedir a Deus que o Supremo julgue pela inconstitucionalidade objetiva justamente não entrar no mérito, mas na análise do efeito devastador sobre as empresas.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Não temos mais perguntas e nenhum inquiridor inscrito. Estamos, portanto, chegando ao fim dos nossos trabalhos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Pois não. Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Sr. Presidente, antes de encerrar, eu gostaria de fazer chegar às mãos de V. Ex<sup>a</sup> três requerimentos, sobre os quais vou apresentar uma justificativa muito sucinta.

Neste momento, estou cumprindo a minha palavra. Compreendendo que isto possa causar algum constrangimento, mas maior constrangimento haveria se eu não a cumprisse. Há dois meses, no âmbito da CPI da VASP, foram apresentados documentos para algumas quebras de sigilo bancário; e um deles ainda persiste. Soube hoje pela manhã que, não obstante o Sr. Orestes Quércia ter apresentado os extratos de duas de suas contas, essa Comissão recebeu do Banco Central a informação de que, pelo menos na cidade de São Paulo, ele teria uma conta a mais. Pela circunstância de estarmos vivendo a situação de o Senado ser júri no julgamento de um Presidente que foi afastado com ampla quebra de sigilo bancário, medida aprovada por todos nós e aplaudida pela sociedade brasileira, não me sinto bem nem como juiz ou membro do júri, nem como político ao saber que a questão da manutenção do sigilo bancário é uma quebra-de-braço, no caso, prejudicando um político. Mas, com o fato novo trazido pela reportagem da *Veja* desta semana, revista que foi a iniciadora da CPI do PC, estou cumprindo o que considero ser o meu dever, apresentando estes dois requerimentos referentes ao sigilo bancário e ao sigilo fiscal do Sr. Orestes Quércia. E, em função de um assunto igualmente momentoso, estou apresentando documento para quebra do sigilo bancário, em função de denúncias da Central Única dos Trabalhadores, que estou anexando aqui.

Faço chegar às suas mãos estes requerimentos e aguardo uma deliberação de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Nobre Senador Esperidião Amin, discutiu-se bastante aqui a questão do sigilo bancário. Como Presidente, cabia-me observar. Neste instante, no entanto, sou obrigado a emitir juízo de valor sobre a situação. Entendo que o sigilo bancário não pode ser um dogma, mas tem que ser um direito de privacidade do cidadão. Como se quebra o sigilo bancário? Por que quebramos o sigilo bancário na CPI do Sr. PC e agora também no julgamento do Presidente Collor? Porque existe o ilícito penal comprovado, ou pelo menos indícios bastante graves que levam à pressuposição de que há necessidade, para aclarar verdadeiramente os fatos, da quebra do sigilo bancário. Repito: todas as vezes em que sentirmos indícios de ilícito penal, o sigilo deve ser quebrado, e deve ser quebrado no seu foro próprio.

Estamos em uma CPI para tratar da evasão fiscal. As denúncias da imprensa ajudaram-nos extraordinariamente no julgamento do Sr. PC Farias e estão nos ajudando muito no julgamento do Presidente Collor. Mas repito a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador, que, na hora em que tivermos indícios de sonegação fiscal comprovados, então, nesse momento, essa CPI que foi instalada para apurar a evasão fiscal estará pronta para acolher esses requerimentos.

No entanto, a CPI que está apurando os negócios da VASP, muitas vezes não sei se intencionalmente — objetivando alcançar a figura do governador da época, que é o Presidente do meu Partido, está procedendo a um estudo, e parece, como disse V. Ex<sup>a</sup>, que já foi quebrado o sigilo de duas contas. Espero sinceramente que a CPI instalada com esse fim precipue chegue ao seu desiderato. Digo até que, se eu estivesse nessa Comissão e alcançasse indícios de fraudes na privatização ou qualquer outro tipo de fraudes, eu seria favorável à quebra de sigilo não só do presidente do meu Partido, mas também de qualquer pessoa ou entidade.

No entanto, para deixar clara a minha posição como Presidente desta CPI, eu gostaria de reafirmar que não posso admitir o sigilo como dogma, mas tenho que considerar que o sigilo é, pela Constituição de 88, garantidor da mínima privacidade do cidadão e das empresas. Repito, então, que, se tivermos um indício forte de sonegação fiscal, porque essa CPI trata de evasão fiscal, estarei pronto a apreciar a quebra de sigilo e submetê-la à maioria do Plenário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Mas eu gostaria de saber, Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> vai submeter ou vai dar algum despacho prévio.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Não, *in limine*, não posso acolher sua proposição por falta de substância.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Posso lhe afiançar que os requerimentos estão dotados de substância.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Em sonegação fiscal?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Em sonegação fiscal. Basta compulsar o gráfico publicado pela revista *Veja* desta semana, para que se tenha pelo menos o indício. Não estou aqui fazendo uma acusação final, muito menos sentença; basta que se compulse o gráfico. Estou também levando em consideração o fato de que está presente o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fundos de Previdência, onde foram quebrados os sigilos bancários de 84 pessoas. E hoje compareci à chamada CPI do PP para ratificar o pedido de quebra do sigilo bancário de uma pessoa que me é muito cara. Para guardar coerência, acho que V. Ex<sup>a</sup> pode fazer todas as consultas devidas, inclusive ao teor do requerimento, que V. Ex<sup>a</sup> não leu ainda.

Mas a pergunta que lhe faço é a seguinte: V. Ex<sup>a</sup> vai proferir um despacho? Se o despacho for denegatório, desejo, previamente, anunciar o meu propósito de recorrer. V. Ex<sup>a</sup> porém, tem todo o direito de apreciar os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Não estou aqui pretendendo uma decisão precipitada de V. Ex<sup>a</sup>, muito menos uma deliberação, já que é evidente que não há quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Com as argumentações que V. Ex<sup>a</sup> apresentou, mesmo se tivesse adicionado a quebra de sigilo do Sr. Paulo Maluf, eu não teria acatado a proposição. V. Ex<sup>a</sup>, no seu requerimento verbal, não disse que dispunha de indícios de evasão fiscal. E esta CPI propõe-se a apurar evasão fiscal, sonegação fiscal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Esclareço, então, que, em ambos os requerimentos, é evidente que há o nexo com evasão fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Peço, então, que V. Ex<sup>a</sup> encaminhe os requerimentos. Vou apreciá-los e depois proferirei a minha decisão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Perfeitamente.

O SR. CÉSAR DIAS — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Pois não, nobre Senador.

O SR. CÉSAR DIAS — Eu gostaria de contrapor argumentos à posição do nobre Senador Esperidião Amin. O Senador Esperidião Amin é um dos mais completos Senadores que tem o Senado Federal, não pela sua cabeça brilhante, mas pelos seus neurônios cintilantes. Eu gostaria de dizer ao nobre Senador que V. Ex<sup>a</sup> está sendo imparcial e está com uma certa paixão partidária neste momento. Penso que o Presidente Quéricia está sendo alvo de um escárnio publicitário que tenta denegrir a imagem daquele homem público. E não podemos aceitar, de forma alguma, que venham pedir quebra de sigilo bancário de uma hora para outra sem apresentar um estudo prévio e sem ouvir depoimento aqui do próprio Presidente Quéricia ou de pessoas que envolvam realmente o que está especificamente destinado a esta Comissão, que é a sonegação fiscal, etc.

E o nobre Presidente, Senador Ronan Tito, realmente bateu a minha carteira porque eu também iria pedir a quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Maluf.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Aí V. Ex<sup>a</sup> estaria sendo imparcial.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Eu queria pedir...

O SR. CÉSAR DIAS — Realmente eu estaria sendo, nobre Senador,...

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Quero intervir, nobre Senador, porque nós vamos ter que encerrar os trabalhos por uma questão...

O SR. ELCIO ALVARES — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Quero prestar uma informação ao Plenário da CPI.

O Dr. Abílio Diniz que veio prestar essas declarações, para nós de muita valia, deverá embarcar no voo de 1h30min. Diante desse fato, submeto aos senhores o seguinte: encerrarmos a reunião para que S. S<sup>a</sup> possa se retirar ou autorizarmos a sua ida e continuarmos o nosso debate.

O SR. ELCIO ALVARES — Sr. Presidente, creio que a minha questão de ordem resolverá tudo.

Logicamente V. Ex<sup>a</sup> disse que está sob sua apreciação o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Perfeitamente.

O SR. ELCIO ALVARES — Obviamente, não teria contradita, não teria mais nada. Mas eu gostaria de fazer um registro porque, também, quero colocar minha posição pessoal. Creio que todos nós que exercitamos a vida pública, no momento em que o Brasil está vivendo, é o imperativo da nossa consciência abrimos as nossas contas.

Não sei a razão que moveu o Senador Esperidião Amin, que respeito muito nos seus posicionamentos; às vezes aparentemente, sem demérito, a sua opinião, em relação ao Senador César Dias, pode parecer até uma posição política. O Senador

Esperidião Amin é um companheiro acendrado do candidato Paulo Maluf.

Mas eu acredito que realmente tenho uma responsabilidade hoje de presidir a Comissão do **impeachment**. E tudo começou com uma matéria exatamente igual a que está na **Veja**, atingindo o Presidente Fernando Collor de Mello.

Li a reportagem da **Veja** sobre o Governador Orestes Quércia.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Senador Elcio Alvares, eu queria só pedir que a Comissão liberasse o Dr. Abílio Diniz e nós continuássemos o debate.

O SR. ELCIO ALVARES — Está liberado. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Porque V. Exª suscita alguns assuntos que, **data venia**, como diria V. Exª, também merecem um reparo desta Presidência.

Pedindo licença ao Senador Elcio Alvares, gostaria de agradecer muitíssimo a presença, o depoimento enriquecedor para esta CPI e para o nosso reajuste fiscal, e dizer ao Sr. Abílio Diniz que nós agora, também, aprendemos a não só admirá-lo, mas a depender de suas informações. Num determinado momento, V. Sª disse que para um segundo tempo haveria alguma discussão. Nós também achamos isso. Essa é uma primeira discussão, inclusive muito importante. Infelizmente, o tempo não nos permite que façamos uma discussão mais profunda.

Quero agradecer a presença de V. Sª penhoradamente e agradecer também a presença do Sr. Tarcísio, que é o Secretário Adjunto da Receita, que, atendendo a uma solicitação, veio assistir a nossa reunião. Creio que para recolher subsídios para a nossa reforma fiscal.

Agradeço a presença e libero V. Sª (Pausa.)

Reaberto os trabalhos.

Peço desculpas ao Senador Elcio Alvares por interrompê-lo. V. Exª tem novamente a palavra.

O SR. ELCIO ALVARES — Quem pede desculpas sou. Apenas prossigo para encerrar.

Queria fazer um registro, é do meu dever, coincidentemente eu estava presidindo a CPI que investiga irregularidades nos Fundos de Pensão e na Petrobrás. O Senador Esperidião Amin compareceu ali, no momento em que nós discutíamos a abertura do sigilo das contas do Sr. Amílcar Garzaniga, que é um amigo pessoal de S. Exª, e pediu que a Comissão permitisse a abertura do sigilo das suas contas, uma posição que eu achei até certo ponto importante. E acho que é fundamental.

Não gostaria, evidentemente, de começar a discutir esse assunto agora, neste momento. V. Exª diz que vai examinar, vai apreciar o pedido do Senador Esperidião Amin. Então, na ocasião oportuna, eu me reservarei ao debate do pedido no seu mérito. Mas só quero fazer esse registro em homenagem ao Senador Esperidião Amin, inclusive o nobre Senador César Dias também esteve presente, e ele teve esse gesto. Até certo ponto, um gesto inusitado, mas que caracterizou muito bem o seu posicionamento. Então, considerando que possa ter havido um toque político, não discuto,...

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — A Casa é política.

O SR. ELCIO ALVARES — Exatamente. Mas ele é o próprio confesso. O Senador Esperidião Amin não esconde que teve um pretexto político.

Então, eu gostaria de dizer a V. Exª que quando a matéria for debatida, e evidentemente ela deve ser examinada com

a profundidade de sempre, eu me reservarei o direito de examinar também o mérito e estender o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Nobres Senadores Esperidião Amin e Elcio Alvares, eu não tenho porque proteger quem quer que seja. Tive uma atitude pública quando por parte do Sr. Presidente do meu partido quis expulsar o Governador Roberto Requião, três Senadores e eu nos contrapomos a ele frontalmente. Não tenho também que proteger o Presidente do meu Partido, Orestes Quércia, numa atitude fiscalizatória real, mesmo porque eu requeri não as contas do Sr. Orestes Quércia, requeri todas as contas do Brasil pela Febraban. Estou brigando com a Febraban. Já tivemos, eu e o Presidente da Febraban, um encontro, uma alteração pessoal horrível, horrível. Estou obstinado em recolher essas contas todas quirografadas para que possamos fazer os cheques de todos esses fantasmas, etc. E eu tenho aí indícios fiscais consideráveis para fazer esse pedido, na medida em que nós assistimos a quantidade de fantasmas que apareceram nas CPI. E por isso mesmo, eu não estou pedindo a quebra desse sigilo. E veja, não é uma quebra para torná-la pública. Não é uma quebra que vai expor até para os membros da CPI os nomes das pessoas. Mas é uma quebra para que possamos, através do computador, fazer cruzamentos e verificar não só os CPF fantasmas, mas, também, os depositantes fantasmas. Não tem porque temer isso e não tem porque proteger ninguém, seja meu amigo, seja do meu partido, seja quem for. O que eu argumentei, no momento, baseado no requerimento verbal feito pelo Senador Esperidião Amin, ou eu tenho o sigilo como um direito do cidadão à sua privacidade, não como dogma, não como dogma, no momento em que pese sobre qualquer indivíduo ilícitos ou — não, não basta provar — indícios fortes de ilícitos penais na área da sonegação fiscal, porque esta CPI é para a questão da evasão fiscal. E nos ensina o caboclo que quando se quer pegar um frango, separa um. Se quiser pegar dois, pegue um de cada vez.

Na medida em que nós comecemos a distrair as atenções de uma CPI que pretende ser da evasão fiscal, para aprofundar, por exemplo, as investigações da CPI da VASP e outras coisas que sejam, corremos o risco de sair correndo atrás de dois frangos ao mesmo tempo. Mas como o Senador Esperidião Amin diz que além do seu requerimento verbal possui matérias substanciais sobre indícios de ilícitos na área da sonegação, sem dúvida nenhuma vou verificar o mais rápido possível. Não vou protelar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Sr. Presidente, não tenho nenhuma dúvida quanto ao trâmite dos requerimentos. V. Exª vai conhecê-los, eu não posso cobrar-lhe conhecimento de textos que V. Exª não leu. Mas eu gostaria apenas de fazer algumas colocações a propósito da intervenção do meu amigo, nobre Senador César Dias, que fez até considerações de natureza subjetiva a respeito da minha atitude.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Não. Ele é médico. Pode ser clínico.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Não. As de natureza objetiva, respeito. As de natureza subjetiva, não. As de natureza subjetiva é de que eu estaria sendo movido por uma paixão partidária. Sou filiado a um partido, mas nesse caso estou agindo com a maior tranquilidade e serenidade, não sob paixão. Por quê? Repito e V. Exª é testemunha. V. Exª

e o Senador Fernando Henrique Cardoso são testemunhas de que quando o primeiro requerimento do Deputado Tuga Angerami, do PSDB de São Paulo para quebrar o sigilo bancário do Sr. Orestes Quércia, foi indeferido na CPI da VASP ou foi postergado, segundo a imprensa, graças a uma ação do PT. Neste não sob paixão. O Senador Fernando Henrique Cardoso e V. Ex<sup>a</sup> são testemunhas do que ocorreu quando o primeiro requerimento do Deputado Tuga Angerami, do PSDB de São Paulo, para quebrar o sigilo bancário do Sr. Orestes Quércia foi postergado, segundo a imprensa, graças a uma ação do PT, do PT? A declaração que saiu na imprensa é do Deputado José Dirceu, dizendo que não era oportuno, naquele dia, 10 de setembro, quando ainda se tratava de campanha em prol do **impeachment** do Presidente Collor, criar essa cizânia. Aquela, sim, uma ação partidária, eu comuniquei. Independente de qualquer coisa, se isso não acontecer lá, vou propor aqui. E comuniquei ao então Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso, hoje Ministro, e comuniquei a V. Ex<sup>a</sup> Comuniquei que ia requerer, não que iria conseguir, pois isso depende do Plenário, depende da decisão.

De sorte que, de lá para cá, o que aconteceu foi o seguinte: faz dois meses que os esforços lá encetados para quebrar esse sigilo bancário goraram. Até o dia de hoje não foi possível.

Acho isso ruim para todos nós; é ruim para todas as pessoas honradas que pertencem ao partido do Sr. Orestes Quércia, a começar por V. Ex<sup>a</sup>, passando — aí é um conceito objetivo — pelo Senador César Dias, que é um homem honrado. Eu não gostaria de ter como Presidente um homem que se recusasse a quebrar seu sigilo bancário.

Por isso, se o Sr. César Dias requereu a quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Maluf, não sei se vai chegar antes ou depois da quebra que ele oficiou ontem. Segundo o **Jornal da Tarde**, edição de 11 de novembro, que está anexo ao meu requerimento, ele teria oficiado. Se não oficiou, pode pedir, porque eu não gostaria de viver com esse mal-estar.

Esta é a consideração que faço: tenho um partido político, mas a paixão não me faz pedir o de A e negar o de B. Creio que tem que haver o de A e o de B, principalmente quando o de A está hibernando há dois meses.

Em segundo lugar, o requerimento a propósito da CUT também tem um sentido atualíssimo. A CUT concordou, num debate promovido pela **Globo**, concordou em quebrar o seu sigilo bancário e depois discordou. Se isso não é um indício... Concordou, porque anunciou que concordava e, ao oficializar que concordava, estabeleceu condicionantes, "n" condicionantes: "quebro desde que...". É incondicional, ou quebra ou não quebra, ou então se estabelecem critérios objetivos e aí vamos à discussão acadêmica, teórica e técnica que temos que considerar, principalmente nessa proposta do Governo: como é que o Ministro da Fazenda abre?

Não quero antecipar aqui a discussão que vai haver sobre o requerimento quando V. Ex<sup>a</sup> proferir o seu despacho. Não quero. Quero apenas dizer ao Senador César Dias, meu amigo, que eu tenho filiação partidária, não sou beneditino, sou jesuíta, e por isso tenho algumas preferências, e não sou imparcial. Neste caso não estou sendo movido por paixão partidária, estou procurando usar isonomia e analogia. Fui lá à CPI para quê? Para pedir: "Tem que quebrar o sigilo bancário do meu amigo, senão ele vai ficar mal falado". Porque não querer quebrar já é quase uma meia confissão a essa altura da vida que estamos presenciando e vivendo no Brasil.

Era essa a colocação, com o maior respeito, ao Senador César Dias, em função das suas colocações subjetivas. As objetivas, quanto à cabeça brilhante, é inegável; quanto aos neurônios, tenho medo que isso seja a antecipação de uma autópsia.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Com a palavra o nobre Senador César Dias.

O SR. CÉSAR DIAS — Eu gostaria de agradecer ao Senador Esperidião Amin. Eu disse, momentos antes, que V. Ex<sup>a</sup> era um Senador dos mais completos que tínhamos no plenário. Realmente, tenho um certo ceticismo quando a imprensa começa a falar mal de alguém e depois o Aristides Junqueira, um homem da altitude do nosso Procurador-Geral da República, inocenta, como foi o caso do Alcení Guerra.

Então, até que me provem o contrário, eu acho que o Presidente Quércia é inocente, pelos meus preceitos.

Gostaria de pedir desculpas a V. Ex<sup>a</sup> se o ofendi, jamais faria isso. Realmente, sou movido por companheirismo, estarei aqui defendendo o Presidente Orestes Quércia até o último momento em que eu achar e ter conveniência, consciência de que ele realmente merece a defesa do nosso partido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — A defesa mais competente que V. Ex<sup>a</sup> vai poder exercer é abrindo as contas bancárias dele. Enquanto for preservado o sigilo, esse diz-que-disse não vai terminar mais. E a base para ser tratado o assunto da evasão fiscal é o gráfico da evolução patrimonial, que a revista **Veja**, publica — não estou dizendo que aquilo está certo ou está errado, mas a revista **Veja**, não é nenhum jornalco, nem é tida como uma edição irresponsável. Está lá: 1961, 22 mil dólares de patrimônio; em 1992, 52 milhões de patrimônio. Se isso não é matéria para evasão fiscal!!

O SR. CÉSAR DIAS — Isso tem que ser provado.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Gostaria que não entrássemos na discussão do mérito pois vamos analisar, eu e assessores, porque não sou jurista, para verificar a questão do mérito.

O SR. CÉSAR DIAS — Só para informar, Sr. Presidente, aos presentes que quem me orientou para pedir a quebra do sigilo bancário do Paulo Maluf foi o próprio Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Só não vou pedir, primeiro, porque acho que se alguém neste País já teve que quebrar todo seu sigilo, inclusive o sigilo de uma propriedade da sua mãe, quando o então Governador de São Paulo, Franco Montoro, que ontem foi condenado a devolver aos cofres públicos estaduais, junto com o Sr. Orestes Quércia 2 bilhões e 600 milhões de cruzeiros por propaganda fraudulenta tida pela Justiça — está nos jornais de ontem — foi condenado ontem, junto com Orestes Quércia e com Luís Carlos Bresser Pereira, os três foram condenados, além da agência de publicidade DPZ; e eu não os condenei, foi a Justiça.

Mas quando o Sr. Franco Montoro foi Governador, todos sabem que foi feita uma devassa na vida do Maluf, não sei se precisa devassar mais alguma coisa. Mas se precisar o senhor a requiera e eu votarei a favor.

Vou defender Maluf votando a favor da quebra do sigilo bancário dele, essa vai ser minha defesa. Se alguém quiser a minha, vou votar a meu favor pedindo para quebrar o meu

sigilo bancário, isso é que é defender o amigo, isso é que é ser companheiro. Agora mantê-lo na obscuridade, sujeito a essas maledicências... Se tivesse quebrado o sigilo bancário do Sr. Orestes Quêrcia em setembro e nada fosse encontrado, a **Veja**, não teria feito esta reportagem, ou então a teria feito com dados já comprovados.

Desta maneira, ficará mal falado, vai prejudicar V. Ex<sup>a</sup> e seu partido. Não sou premedebista mas sou simpatizante.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) — Não havendo nada mais a tratar, está encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 13 horas e 14 minutos.)*

## **MESA**

### **Presidente**

Humberto Lucena - PMDB - PB

### **1º Vice-Presidente**

Chagas Rodrigues - PSDB - PI

### **2º Vice-Presidente**

Levy Dias - PTB - MS

### **1º Secretário**

Júlio Campos - PFL - MT

### **2º Secretário**

Nabor Júnior - PMDB - AC

### **3º Secretário**

Júnia Marise - PRN - MG

### **4º Secretário**

Nelson Wedekin - PDT - SC

### **Suplentes de Secretário**

Lavoisier Maia - PDT - RN

Lucídio Portella - PDS - PI

Beni Veras - PSDB - CE

Carlos Patrocínio - PFL - TO

## **LIDERANÇA DO GOVERNO**

### **Líder**

Pedro Simon

## **LIDERANÇA DO PMDB**

### **Líder**

Mauro Benevides

### **Vice-Líderes**

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

## **LIDERANÇA DO PSDB**

### **Líder**

Mário Covas

### **Vice-Líder**

Jutahy Magalhães

## **LIDERANÇA DO PFL**

### **Líder**

Marco Maciel

### **Vice-Líderes**

Elcio Álvares

Odacir Soares

## **LIDERANÇA DO PSB**

### **Líder**

José Paulo Bisol

## **LIDERANÇA DO PTB**

### **Líder**

Lourenberg Nunes Rocha

## **Vice-Líderes**

Valmir Campelo

Jonas Pinheiro

## **LIDERANÇA DO PDT**

### **Líder**

### **Vice-Líder**

Magno Bacelar

## **LIDERANÇA DO PRN**

### **Líder**

Ney Maranhão

### **Vice-Líder**

Áureo Mello

## **LIDERANÇA DO PP**

### **Líder**

Irapuan Costa Júnior

## **LIDERANÇA DO PDS**

### **Líder**

Esperidião Amin

## **LIDERANÇA DO PDC**

### **Líder**

Epitácio Cafeteira

## **LIDERANÇA DO PT**

### **Líder**

Eduardo Suplicy

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Márcio Lacerda	MS-3029/30
Ney Suassuna	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MT-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Álvares	ES-3131/32	Vago	
PSDB			
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/3063
Carlos D'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
PDT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Áureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3001/02
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68
PSB+PT			

**Secretária:** Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

**Reuniões:** Quartas-feiras, às 10 horas

**Local:** Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa  
- Anexo das Comissões - Ramal 4315

## **COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Almir Gabriel

Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Ney Suassuna	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/	Ronan Tito	MG-3038/39

Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Gribaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Márcio Lacerda	MT-3039/30	Vago	
José Sarney	MA-3429/31	Vago	

### **PFL**

Lourival Batista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Vago	
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Álvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Vago	

### **PSDB**

Almir Gabriel	PA-3245/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

### **PTB**

Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto de O.	- 4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos D'Carli	AM-3080/81

### **PDT**

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
----------------	------------	----------------	------------

### **PRN**

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Áureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

### **PDC**

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
--------------------	------------	--------------	------------

### **PDS**

Lucídio Portella	PI-3055/57	Vago	
------------------	------------	------	--

### **PSB + PT**

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

### **PP**

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
----------------	------------	-------------	------------

**Secretário:** Luiz Cláudio de Brito

Ramais 3515/16

**Reuniões:** Quartas-feiras, às 17 horas.

**Local:** Sala das Comissões, Anexo das Comissões - Ramal 3652

## **COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3038/39	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65	Juvêncio Dias	PA-3050/
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
PFL			
Carlos Patrocínio	AL-3245/47	Odacir Soares	RO-3218/19
Vago		Bello Parga	MA-3069/70
Raimundo Lira	PB-3201/02	Marco Maciel	PE-3197/98
Henrique Almeida	AP-3191/93	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Álvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75



**PSDB**

Beni Veras	CE-3242/43	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

**PTB**

Affonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Mariuce Pinto	RO-4062/63

**PDT**

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

**PRN**

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Áureo Mello	AM-3091/92

**PDC**

Moisés Abrão	GO-3136/37	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------	------------	---------------	------------

**PDS**

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
-----------------	------------	-------------------	------------

**PP**

Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90
-------------	------------	-------------------	------------

**Secretário:** Dirceu Vieira M. Filho

**Ramais:** 311-3515/3516/4354.

**Reuniões:** Terças-feiras, às 10 horas

**Local:** Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES  
E DEFESA NACIONAL - CRE**

(19 Titulares e 19 Suplentes)

**Presidente:** Alfredo Campos

**Vice-Presidente:** Hydekél Freitas

**Titulares**

Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	ES-3154/56
Divaldo Suruagy	RS-3185/86	Mansueto de Lavor	RS-3076/78
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AC-3227/29
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RO-3064/65

**PFL**

Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Marco Maciel	PE-3197/98	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3301/02
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Hydekél Freitas	RJ-3082/83

**PSDB**

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

**PTB**

Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Mariuce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

**PDT**

Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

**PRN**

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215
---------------	------------	----------------	--------------

**PDC**

Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
---------------	------------	--------------------	------------

**PDS**

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
-------------------	------------	------------------	------------

**Secretário:** Paulo Roberto Almeida Campos

**Ramais:** 3496 e 3497

**Reuniões:** Quintas-feiras, às 10 horas

**Local:** Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE  
INFRA-ESTRUTURA - CI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

**Presidente:** Dario Pereira

**Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3111/12
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Ney Suassuna	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3929/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

**PFL**

Dario Pereira	RN-3098/	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Álvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekél Freitas	RJ-3082/83	Vago	

**PSDB**

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
Vago		José Richa	PR-3163/64

**PTB**

Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Affonso Camargo	PR-3062/63
Mariuce Pinto	RR-4062/63	Vago	

**PDT**

Lavoisier Maia	RN-3229/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
----------------	------------	---------------	------------

**PRN**

Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
----------------	------------	---------------	------------

**PDC**

Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
---------------	------------	--------------	------------

**PDS**

Vago		Lucídio Portella	PI-3055/56
------	--	------------------	------------

**PP**

João França	RR-3067/68	Irapuan Costa Jr.	GO-3089/90
-------------	------------	-------------------	------------

**Secretário:** Celson Parente - Ramais 3515 e 3516

**Reuniões:** Terças-feiras, às 14:30 horas

**Local:** Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Valmir Campelo

Vice-Presidente: Juvêncio Dias

**Titulares****Suplentes****PMDB**

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Ney Suassuna	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Márcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

**PFL**

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Bello Parga	MA-3069/72	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Vago		Henrique Almeida	AP-3191/92

**PSDB**

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
---------------	------------	------------	------------

Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

**PTB**

Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Luiz A. de Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Mariuce Pinto	RR-4062/63
Valmir Campelo	DF-3188/89	Carlos D'Carli	AM-3080/81

**PDT**

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

**PRN**

Áureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

**PDC**

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

**PDS**

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

**PP**

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

**Secretária:**

Ramais 3496/3497/3321

Reuniões: Terças-feiras, às 17 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

### SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral ..... Cr\$ 1.143.568,56

### SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral ..... Cr\$ 1.143.568,56

J. avulso ..... Cr\$ 8.168,35

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF  
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

# **CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR**

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

**Lançamento**  
**Cr\$ 800,00**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

---

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991  
ANO 28 \_ NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

## HOMENAGEM

Luiz Viana Filho – *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos – *Jarbas Maranhão*

## COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro – *Letacio Jansen*

O planejamento na economia brasileira – *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 – *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988: subsídios para os comparatistas – *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais – *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 – *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandado de segurança contra ato judicial – *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito no processo de extradição. Indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição – *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal – *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos – *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay sobre

o Direito do Mar – *Georgenor de Sousa Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa – *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura de hermenêutica na Teoria Pura do Direito – *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsci – *Ronaldo Polatti*

A filiação ilegítima e a Constituição de 1988

*Clayton Reis*

Solidariedade e fiança – *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens – *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento – *Daniel E. Moeremans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente – *Hugo Nigro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? – *José Pitas*

A arte e o obsceno – *Everaldo da Cunha Luna*  
A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 – *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! – *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn – *Luis Afonso Heck*

---

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal, Anexo I, 22º andar – Praça dos Três Poderes, CEP 70160 – Brasília, DF – Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado – CGA 470775.

# ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:  
Dispõe sobre o Estatuto da Criança  
e do Adolescente, e dá outras  
providências (D.O. de 16-7-90)

Legislação correlata

Convenção sobre os direitos da criança  
(DCN, Seção II, de 18-9-90)

Índice temático

Lançamento  
Cr\$ 1.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições  
Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º  
andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160  
- Brasília, DF - Telefones 311-3578 e  
311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

**Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).**

**Cr\$ 4.500,00**

## COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil -

*Alcides de Mendonça Lima* .....

Tarefa dos partidos políticos no processo de inte-

gração da América Latina - *André Franco Montoro*

Os actos legislativos no Direito Constitucional Por-

tuguês - *Jorge Miranda* .....

Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição

- *Inocêncio Mártires Coelho* .....

Os Direitos Humanos como limitações ao poder

constituente - *Leomar Barros Amorim de Sousa*

.....

Revisão constitucional - *Geraldo Ataliba* .....

Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre

aspectos elementares) - *Sebastião Baptista Affonso*

Mandado de injunção - *Marcelo Duarte* .....

As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Con-

stitucional Brasileiro - *Fran Figueiredo* .....

Aspectos do Regime Constitucional da Desapropria-

ção - *Vitor Rolf Lauhé* .....

A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral

ilícita - *Geraldo Brindeiro* .....

Questões e direitos relativos à mulher nas Consti-

tuições do Brasil e de Minas Gerais - *Anamaria*

*Vaz de Assis Medina* .....

Fundações privadas instituídas pelo Poder Público

- *Adilson Abreu Dallari* .....

Auditoria e avaliação da execução - *Rosinethe*  
*Monteiro Soares* .....

Soberania do Poder Judiciário - *Antônio de Pádua*

*Ribeiro* .....

O Poder Normativo da Justiça do Trabalho - *Paulo*

*Emílio Ribeiro de Vilhena* .....

A Escola Judicial - *Sálvio de Figueiredo Teixeira*

.....

Da constitucionalidade do bloqueio de valores -

*Adriano Perácio de Paula* .....

O Programa Brasileiro de Privatização de Empre-

sas Estatais - *Marcos Jurruena Villela Souto* .....

Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capi-

tal estrangeiro - *Werter R. Faria* .....

Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico

- *Mauro Márcio Oliveira* .....

A pau e pedra: notas sobre o vandalismo - *José*

*Arthur Rios* .....

Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa

- *Rubem Nogueira* .....

.....

PESQUISA - Direito Comparado

Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961 .....

Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978 .....

Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor,

1986 .....

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições

Técnicas .....

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal - CGA 470775.